



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

LIZIANE INES CANTINI

**O ALCANCE DOS ODS POR MEIO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS
ESCOLAS MUNICIPAIS EM DIANÓPOLIS-TO**

PALMAS-TO

2021

LIZIANE INES CANTINI

**O ALCANCE DOS ODS POR MEIO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS
ESCOLAS MUNICIPAIS EM DIANÓPOLIS-TO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins – UFT, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. João Aparecido Bazzoli

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

C231a CANTINI, LIZIANE INES.

O ALCANCE DOS ODS POR MEIO DO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS EM DIANÓPOLIS-TO. /
LIZIANE INES CANTINI. – Palmas, TO, 2021.

118 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em
Desenvolvimento Regional, 2021.

Orientador: João Aparecido Bazzoli

Coorientadora : Reijane Pinheiro Da Silva

1. Cidade. 2. Educação . 3. Sustentabilidade. 4. Agente Transformador. I.
Titulo

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

LIZIANE INES CANTINI

**O ALCANCE DOS ODS POR MEIO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS
ESCOLAS MUNICIPAIS EM DIANÓPOLIS-TO**

Dissertação apresentada a UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas-TO, Curso do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional foi avaliado para a obtenção do grau de Mestre e aprovada pela sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data: 10 de março de 2021.

Banca examinadora:



Prof. Dr. João Aparecido Bazzoli, Orientador, UFT



Prof. Dr. Reijane Pinheiro da Silva, UFT



Prof. Dr. Maria Anezilany Gomes do Nascimento, UECE

PALMAS-TO
2021

Dedico este trabalho à minha mãe exemplo de fortaleza, aos meus filhos, incentivadores do meu processo de conhecimento e ao marido pelo apoio e compreensão nos momentos de ausência.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. João Aparecido Bazzoli, pela orientação, profissionalismo e respeito com que conduziu todo o processo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, na pessoa do Professor Dr. Alex Pizzio.

À Professora Dr^a. Reijane Pinheiro da Silva, que prestou valiosas contribuições para a realização deste trabalho.

À Professora Dr^a. Maria Anezilany Gomes do Nascimento, por valiosas contribuições junto a Banca de Avaliação.

A todas as pessoas que participaram direta e indiretamente na elaboração deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho objetivou analisar o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, por meio do Projeto Político Pedagógico das escolas municipais em Dianópolis-TO, compreendendo como a educação escolar pode contribuir ou travancar o processo de aceleração da implantação dos ODS no município. Para tanto, a fundamentação teórica buscou compreender a relação entre educação e desenvolvimento, percebendo como o fator humano e social podem contribuir para o desenvolvimento local, a partir da questão educacional, assegurando ou interferindo na construção de cidades sustentáveis. Debateu-se e discutiu-se a Agenda 2030, a partir do Projeto Político Pedagógico, o qual possibilita a formação com resultados para a transformação social ao desenvolver as atividades pedagógicas nele inseridas. Com relação ao método quali/quantitativo e exploratório, aplicado ao presente estudo, partiu-se da caracterização do município e das escolas, relacionando os fatores sociais, econômicos e ambientais, resultado do levantamento de dados a partir de documentos, bibliografias e por meio de questionário estruturado. Por fim, para implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram apresentados procedimentos relacionados à educação básica municipal, no sentido de conscientizar a comunidade local e regional quanto à importância do processo educacional na promoção e alcance das metas da Agenda proposta pela ONU até o ano de 2030, por meio da mudança consciente de hábitos.

Palavras-Chaves: Cidade. Educação Sustentabilidade. Agente transformador.

ABSTRACT

This work aims to analyze the reach of the Sustainable Development Goals - SDGs, by means of the Politic-Pedagogic Project of the municipal schools in Dianópolis-TO, in an attempt to understand how school education can contribute or hinder the process of accelerating the implementation of SDGs in the municipality. For this purpose, the theoretical foundation seeks to comprehend the connection between education and development, considering how the social and human factor can add to local development, from the educational matter, ensuring or interfering in the construction of sustainable cities. It is intended to debate and discuss the Agenda 2030, from the Politic-Pedagogic Project, which enables education with results to social transformation by developing the pedagogical activities included therein. As for the quali/quantitative method and exploratory applied to this study, it starts from the characterization of the municipality and schools regarding social, economic and environmental factors, the result of data collection from documents, bibliographies, and through structured questionnaires. Lastly, in order to implement the Agenda 2030 and the Sustainable Development Goals, it will be presented procedures related to the basic municipal education, in the intent of raising the awareness of the local and regional community about the importance of the educational process in promoting and achieving the Agenda goals proposed by the UN until the year 2030, through conscious change of habits.

Keywords: City. Education. Sustainability. Transforming agent.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1- Localização Município de Dianópolis-TO	24
Figura 2- Estimativa da população dos municípios do Sudeste do Tocantins – 2019	26
Figura 3 - Setores da cidade de Dianópolis-TO	27
Figura 4 - Praça Francisco Liberato Póvoa	28
Figura 5 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	37
Figura 6 - Palestra Escolas Municipais, zona urbana e rural de Dianópolis-TO	77
Figura 7 - Palestra realizada com a comunidade escolar do Colégio João d'Abreu.....	78
Figura 8 - Encontro com representantes dos Conselhos Municipais	79
Figura 9 - Encontro com gestores e coordenadores pedagógicos das escolas municipais, zona urbana e rural de Dianópolis-TO	79
Figura 10 - Visita técnica a Escola Municipal Santa Luzia	80
Figura 11- Gênero a ocupar cargos na equipe diretiva das escolas municipais de Dianópolis-TO	82
Figura 12 - Grau de escolaridade dos gestores escolares/coordenadores pedagógicos em 2019.....	82
Figura 13 -Participação da equipe gestora em curso de formação.....	83
Figura 14 -Capacitação, formação, cursos oferecidos pela escola ao quadro de professores em 2019.....	85
Figura 15-Agenda 2030 e a discussão para elaboração do PPP/2019.....	92
Figura 16- Construção coletiva do Projeto Político Pedagógico	100
Figura 17 - Análise comparativa para relatório no PPP.....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Escolas Municipais de Dianópolis -TO, ano base 2019.	30
Tabela 2 - Capacitação para os profissionais da educação sobre o tema da Agenda 2030	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Gênese do desenvolvimento sustentável: eventos importantes selecionado	32
Quadro 2 - Pilares para sustentabilidade das cidades.....	53
Quadro 3 - Dimensões da demanda como processo educativo	58
Quadro 4 - Os sete saberes necessários a Educação do futuro, segundo Edgar Morin...	60
Quadro 5 - Proposta de adequação brasileira das metas do ODS 4	63
Quadro 6 -Temas Contemporâneos Transversais	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD – Associação de Ciclismo de Dianópolis
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
BNCC – Base Nacional Curricular Comum
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CEO – Centro de Especialidade Odontológica
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social
CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CME – Conselho Municipal de Educação
CMMA – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
GTSC – Grupo de Trabalho da Sociedade Civil
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICLEI – *Local Governments Sustainability* – Governos Locais para Sustentabilidade
IES – Instituição de Ensino Superior
IFTO – Instituto Federal do Tocantins
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC – Ministério da Educação e Cultura
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONG – Organização Não Governamental
ODM – Objeto de Desenvolvimento do Milênio
ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
ONU – Organização das Nações Unidas
PCH – Pequena Central Hidrelétrica
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PEE – Plano Estadual de Educação
PPA – Plano Plurianual
PME – Plano Municipal de Educação
PNAD – Pesquisa Nacional de Educação
PNE – Plano Nacional de Educação
PNUD – Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RPU – Revisão Periódica Universal
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica
SECADI – Secretaria de Educação Continuada Alfabetização Diversidade e Inclusão
SEDUC – Secretaria de Educação e Cultura
SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Dianópolis
SNE – Sistema Nacional de Educação
UE – Unidade de Ensino
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UBS – Unidades Básicas de Saúde
UFT – Universidade Federal do Tocantins
UMA – Universidade da Melhor Idade
UM DESA – Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas
UN – *United Nations* – Nações Unidas
UNESCO – Organização das Nações Unidas
UNINTER – Centro Universitário Internacional
UNOPAR – Universidade do Norte do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 METODOLOGIA	21
3 MUNICÍPIO DE DIANÓPOLIS-TO: ESPAÇO E ATORES	24
3.1 A educação no município de Dianópolis	29
4. AGENDA 2030 - HISTÓRICO E DESDOBRAMENTOS	31
4.1 Importantes movimentos a partir da década de 1990	34
4.2 ODS 11, cidades e assentamento sustentáveis	40
4.2.1 Participação social na construção da cidade.....	44
4.2.2 A transformação da cidade como resultado humano.....	47
5. DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO	52
5.1 Desenvolvimento e sustentabilidade	52
5.1.1 Desenvolvimento e Educação	56
5.1.2 Educação inclusiva, equitativa e de qualidade – ODS 4	62
5.1.3 ODS 4 - o retrato no Brasil	65
5.1.4 Um novo normal e os impactos causados ao ODS 4.....	69
5.2 Projeto Político-Pedagógico alinhado ao desenvolvimento local	71
5.2.1 O Plano Municipal de Educação de Dianópolis - 2015/2025.....	75
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	77
6.1 Primeira etapa – discutindo a agenda 2030	77
6.1.1 Segunda etapa – coleta de dados e análise	81
6.2 Implementação dos ODS na agenda educacional municipal	95
6.2.1 A Agenda 2030 na educação municipal de Dianópolis-TO	96
6.2.2 Passo 1 - Sensibilização e envolvimento	97
6.2.3 Passo 2 - Preparar os instrumentos para planejamento do Projeto Político- Pedagógico à luz dos ODS.....	99

6.2.4 Passo 3 – Implementação de estratégias, parcerias e monitoramento	103
6.2.5 Passo 4 – Administração Municipal	105
6.2.6 Passo 5 – Sistematização dos registros do Projeto Político-Pedagógico	105
6.2.7 Passo 6 – Reconhecer o papel do líder e gestor educacional	107
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	112

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o processo educacional tem despertado opiniões unânimes sobre a importância do conhecimento para alavancar o desenvolvimento social, humano, sustentável e econômico. É perceptível o quanto o fator educacional pode colaborar na mudança da qualidade de vida das pessoas, atingindo a sociedade como um todo, nos diversos setores estruturais que fazem parte da cidade. O processo da valorização educacional resulta em avanços pessoais e coletivos, trazendo possibilidades de inovações tecnológicas, incentivo ao empreendedorismo e ao desenvolvimento humano.

Na busca do equilíbrio entre conhecimento, humanidade e desenvolvimento, alguns movimentos em prol da humanidade e do planeta vêm acontecendo. Essas iniciativas e experiências adquiridas na busca desse equilíbrio para o planeta e a qualidade de vida da humanidade, possibilitou que em Nova Iorque, no ano 2000, líderes mundiais convergissem em apoio à Declaração do Milênio, firmando compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com meta de alcance em 15 anos.

Em decorrência dessa iniciativa, num segundo momento, a partir de 2012, novos estudos e projetos começaram a tomar forma pelos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, no ano de 2014, foram apresentados os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esses objetivos compõem-se de 169 metas e 231 indicadores destinados aos 193 países signatários, com proposições temáticas para que o conceito de sustentabilidade seja implementado globalmente nas políticas públicas dos governos.

Nesse sentido, importante salientar que nos 17 ODS estabelecidos pela ONU, destacam-se as metas quanto à erradicação da pobreza, igualdade de gênero, mudanças climáticas, consumo consciente, questões ambientais e urbanas, saúde e educação.

Grande parcela da população, incluindo a acadêmica, vem fomentando as possibilidades de transformação através de debates, discussões e projetos em prol de novas bases coletivas e sociais, assegurando, assim, a busca dos direitos à redução das desigualdades, levando cidadania a todos os brasileiros. Neste sentido, percebe-se a urgente necessidade de também incorporar os ODS ao fazer pedagógico, alinhando o processo educacional e a construção do conhecimento à percepção local, de forma a alçar a cidadania global, na perspectiva de transformar as cidades e assentamentos em espaços mais humanos, inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Especificadamente neste estudo, a vertente da educação foi trazida ao contexto, entendendo-a como um direito básico estabelecido na Constituição Federal que deve garantir, de modo mais efetivo, o pleno desenvolvimento do ser humano, capacitando-o para o trabalho e o livre exercício da cidadania. Assim sendo, buscou-se interligar o processo educativo enquanto caminho para a formação do pensamento que conduza ao desenvolvimento sustentável, por meio de ações necessárias e efetivas, voltadas para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, sobretudo o ODS 4, que trata da educação de qualidade e o ODS 11 que refere-se à cidades e comunidades sustentáveis, com uma visão no desenvolvimento local. Portanto, compreende-se que este trabalho contribui para o impulsionamento da educação, proporcionando investimento no conhecimento humano no que se refere à formação de uma prática sustentável para o dia a dia, a partir do envolvimento de atores da sociedade, professores e gestores, nos debates acerca da Agenda 2030.

Salienta-se, entretanto o quanto é desafiador e relevante tratar do tema educação e sustentabilidade, sobretudo quando provoca discussões e análises acerca de como as pessoas podem se organizar em relação à participação social e à mudança de paradigmas para o desenvolvimento sustentável.

Ao tentar despertar o interesse para localização e implementação de ações locais pelas vias educacionais, este estudo reafirma a intenção da UNESCO (2016), quando esta propõe uma educação para o desenvolvimento sustentável, num conceito dinâmico que envolve uma nova visão da educação, a qual busca empoderar pessoas de todas as idades, na perspectiva de assumir a responsabilidade de criar e desfrutar de um futuro sustentável.

Ademais, importa evidenciar que o século XX caracterizou-se por grandes transformações socioeconômicas, tecnológicas, políticas e culturais, especialmente a partir da década de 80. Nesse desencadeamento, o século XXI enfrenta um processo de transformação igualmente avassalador, em decorrência da crescente urbanização.

Neste contexto, identificou-se que muitos enfrentamentos decorrentes destas transformações, dependerão de um planejamento consistente e de estratégias pacientemente trabalhadas, que alcancem o ser humano em seu saber/fazer cotidiano, levando-o a dominar os avanços tecnológicos, tornando-o capaz de desenvolver atitudes empreendedoras. Nesse sentido, o fazer pedagógico se aplica.

Cabe pontuar que o processo educativo, rico em conhecimentos, deve ser um instrumento apto a propiciar o desenvolvimento, da parte para o todo, na construção do

próprio indivíduo e na formação do conhecimento humano e social, nas relações com o outro e com o ambiente.

Assim sendo, este trabalho visou analisar o alcance dos ODS no Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas municipais em Dianópolis -TO, com o propósito de compreender como a educação escolar pode contribuir ou atravancar o processo para a aceleração da implementação dos ODS no município. Daí, surgiram questões como: é possível que as escolas municipais se transformem em instituições fomentadoras dos ODS? As escolas serão capazes de instigar o diálogo na construção do conhecimento humano para o desenvolvimento local, sob a ótica da Agenda 2030?

Ao se estruturar o contexto da sustentabilidade para a sua convergência local, situamos o estudo ao pensar Dianópolis, cidade polo do sudeste do Tocantins, interligando a proposta formulada a partir do campo educacional e sob a ótica da Agenda 2030.

Contudo, é preciso ter em alto conceito que a educação é um direito de todos e não pode ser considerada como único fator ou instrumento isolado capaz de produzir desenvolvimento em uma região. Ademais, Freire (2004), quando fala em educação como intervenção, a vê como a que aspira mudanças radicais na sociedade na área de economia, relações humanas, questões de direito à propriedade e ao trabalho, à terra, à educação e à saúde. Ele afirma que as pessoas não podem estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não se pode estar no mundo, apenas constatando. A acomodação é apenas caminho para a inserção, a qual implicará em decisão, escolha e intervenção na realidade.

O estudo justificou-se em razão da possibilidade de debate e discussão da Agenda 2030, a partir do campo educacional, identificando a relação existente entre educação, sociedade e desenvolvimento, para contribuir com o desenvolvimento sustentável local e conseqüentemente do Tocantins, a partir do conhecimento humano e da participação social. A pesquisa buscou constatar e compreender essa relação, partindo do contexto político/pedagógico a ser trabalhado nas escolas, propiciando uma visão ampla sobre a educação como um bem pronto para transformar a vida das pessoas e impulsionar a qualidade de vida, economia e desenvolvimento sustentável, vislumbrando a construção de uma cidade diferente, assentada nos pilares da sustentabilidade.

Assim, a estrutura do trabalho compreende quatro partes. A primeira corresponde aos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, cuja abordagem é qualitativa, quantitativa e exploratória, que partiu da caracterização do município e das escolas no que se referem aos fatores sociais, econômicos e ambientais.

A segunda parte traz a fundamentação teórica, a fim de analisar o alcance dos ODS por meio do PPP das escolas municipais em Dianópolis, para compreender a relação entre educação e desenvolvimento, e como o fator humano e social podem contribuir para o desenvolvimento local, a partir da perspectiva educacional, de modo a assegurar ou interferir na construção de cidades sustentáveis. Para isso, abordou-se a Agenda 2030, seu histórico e desdobramentos, os movimentos importantes a partir da década de 1990. Discute também as cidades e assentamentos buscando destacar o ODS 11 evidenciando as questões da cidade como resultado humano e da participação social.

A terceira parte discute o desenvolvimento e a sustentabilidade na perspectiva de compreender a educação como vetor de implantação de ações para a efetividade da Agenda 2030. Busca alinhar a discussão sob a perspectiva de desenvolvimento e educação, traz o ODS 4 ao debate e apresenta um retrato do Brasil quanto as metas desse objetivo. Também discute o PPP (2019), de forma a identificar a relação entre os temas do desenvolvimento sustentável e o processo educativo, assim como o Plano Municipal de Educação (PME, 2015-2025).

Na sequência, na terceira parte faz-se a análise e discussão dos resultados, a fim de contribuir para a conscientização e reconhecimento da necessidade de aceleração dos debates em instituições públicas ou privadas, no que diz respeito à implantação dos ODS no município. Também foram pontuados alguns desafios, com base no contexto atual observado em relação à educação básica municipal, para apontar estratégias focadas na aceleração dos ODS no município de Dianópolis -TO, a partir da conscientização da sociedade local, quanto à importância da educação como meio fundamental ao desenvolvimento regional nos aspectos humano, social e econômico, conforme preconiza a Agenda 2030.

Nesse sentido, pressupôs-se o alcance das metas da Agenda 2030, a partir da influência que a educação exerce no desenvolvimento regional, visto ser multiplicadora do empoderamento humano e que pode contribuir para construção de uma cidadania sustentável. Compreende-se que neste processo, o indivíduo ao empoderar-se passe a ter domínio sobre a sua própria vida, sendo capaz de tomar decisões sobre o que lhe diz respeito.

É salutar entender que o crescimento da população urbana traz novos e complexos desafios aos gestores públicos locais, e um deles é, justamente, o de reconhecer no sistema educacional a força necessária para implantação da Agenda 2030, visto que dentro desse espaço, chamado cidade estão as ciências humanas e sociais, que decifram todas as nuances e sonhos de uma geração.

Para Bazzoli (2017), o espaço urbano, ainda que seja físico, é um espaço social no qual vivem seres humanos que tem suas necessidades, seus sonhos, seus projetos de vida e que graças à união de esforços com seus pares, vencem todos os desafios e sobrevivem ao longo dos tempos.

Assim, a relevância do projeto não esteve somente na compreensão dos ODS a partir da educação, mas na possibilidade de debate e análise de ações práticas, que podem criar hábitos conscientes em relação ao meio ambiente, resultante dos tópicos e dos objetivos de aprendizagem trabalhados nas instituições escolares através do fazer em sala de aula, e que possibilite ao agente local, em qualquer idade ou tempo, assumir o papel de agente transformador para trilhar o caminho do desenvolvimento sustentável.

Espera-se que a pesquisa, contribua para a compreensão de que o processo educativo de qualidade pode ser veículo de transformação, quando influencia os atores locais a pensarem a cidade com a efetivação da Agenda 2030 e, conseqüentemente, abrir caminhos para o desenvolvimento regional.

2 METODOLOGIA

Este capítulo objetiva apresentar os procedimentos teórico-metodológicos utilizados neste estudo, partindo da reflexão acerca do objeto de investigação e da metodologia utilizada no levantamento de dados da pesquisa. Para um bom entendimento, há necessidade de reconhecer no Projeto Político Pedagógico e no seu processo de construção, o caminho de uma educação democrática que pode contribuir para o desenvolvimento local e a construção de cidades mais humanas, resilientes e sustentáveis. Assim, alinhou-se a pesquisa ao objetivo geral.

O presente trabalho foi realizado com base no levantamento de dados e informações do PPP/2019 das Unidades Escolares (UEs), o qual se configura como um instrumento fundamental para contextualização e entendimento do processo educativo, com vistas às ações de aceleração dos ODS no município. O Regimento escolar, bem como o PME (2015-2025) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também foram utilizadas para embasamento e alinhamento das ações observadas dentro das normas, à luz da Agenda 2030.

Para tanto, construiu-se uma reflexão sobre o objeto de estudo, cujas metodologias escolhidas foram aplicadas na perspectiva de compreender o papel da educação no município, e assim contribuir para a conscientização e reconhecimento da necessidade de aceleração dos debates para implantação dos ODS em instituições públicas ou privadas.

Pressupondo a educação como multiplicadora de conhecimentos, promotora do empoderamento do ser humano e de influência direta no desenvolvimento regional, nesse sentido, fator contribuinte para o alcance das metas da Agenda 2030 com a construção de uma cidadania sustentável, para a formação do pensamento crítico e de agentes transformadores locais.

Quanto à abordagem do problema, tratou-se de uma pesquisa qualitativa, quantitativa e exploratória. Segundo Diehl e Tatin (2004), a pesquisa qualitativa proporciona reunir um conjunto de técnicas de pesquisa social que podem contribuir na descrição de determinadas problemáticas ou situações, percebendo as interações das variáveis, compreendendo os processos dinâmicos e os comportamentos por que passam os grupos sociais.

Esse tipo de investigação não privilegia nenhuma prática metodológica, em sobreposição a outra. Para Pablo Borda *et al.* (2017, p. 11), o pesquisador qualitativo tem o propósito de alcançar uma compreensão profunda e verdadeira dos fenômenos que procura

estudar. “El propósito de todo investigador cualitativo es lograr una comprensión profunda y cabal de los fenómenos que procura estudiar.”¹

Já os dados quantitativos levantados, segundo Diehl e Tatim (2004), buscaram garantir os resultados, evitando-se as distorções quanto à interpretação, dando margem de segurança quanto às observações sociais alcançadas durante o processo de pesquisa.

A coleta de informações bibliográfica e documental, teve como propósito construir a fundamentação teórica. Partiu-se para a seleção de conteúdos e publicações que atendessem ao tema escolhido, reunindo conhecimento para fundamentar a pesquisa, compreender a problemática em estudo e alinhar os objetivos à metodologia a ser utilizada. As teorias orientam a busca dos fatos, proporcionam estabelecer critérios pertinentes a serem observados, testar hipóteses e buscar respostas. (MARTINS E THEÓPHILO, 2007).

Assim, alinou-se a pesquisa ao pensamento de Paulo Freire (2004), considerando que as questões devem permitir a compreensão da impossibilidade de estudar apenas por estudar, sem ser uma ação descomprometida com o mundo, como se nenhuma relação tivesse com os outros ou com o planeta, “alheado de nós e nós dele” (FREIRE, 2004, p. 77).

Na mesma linha de importância, no que se refere à educação, o pensar do sociólogo Edgar Morin (2007) afirma que é preciso ensinar os métodos que permitem apreender as relações mútuas, compreendendo as influências provocadas entre as partes e o todo e vice-versa. O autor chama de “conhecimento relevante” aqueles conhecimentos que são capazes de trazer à discussão os problemas globais e fundamentais, para construir, a partir dele, o conhecimento parcial e local.

Sob estas perspectivas, e obedecendo às normas sociais impostas por ocasião da coleta de dados, fez-se uso de ferramenta digital disponível no *Google Forms* com a finalidade de se extrair informações de um questionário, que apontassem possibilidades de compreensão do processo educacional enquanto contribuição ou entrave para a aceleração da implantação dos ODS no município. A pesquisa contou com a participação de integrantes da equipe diretiva (gestor ou coordenador pedagógico) das escolas urbanas e rurais do município de Dianópolis-TO.

A realização das ações propostas e a sequência de cada etapa, oportunizaram o conhecimento da realidade quanto à formação do quadro docente e sobre os ODS, de forma que a Agenda 2030 fosse analisada sob a perspectiva educacional e do fazer pedagógico, a

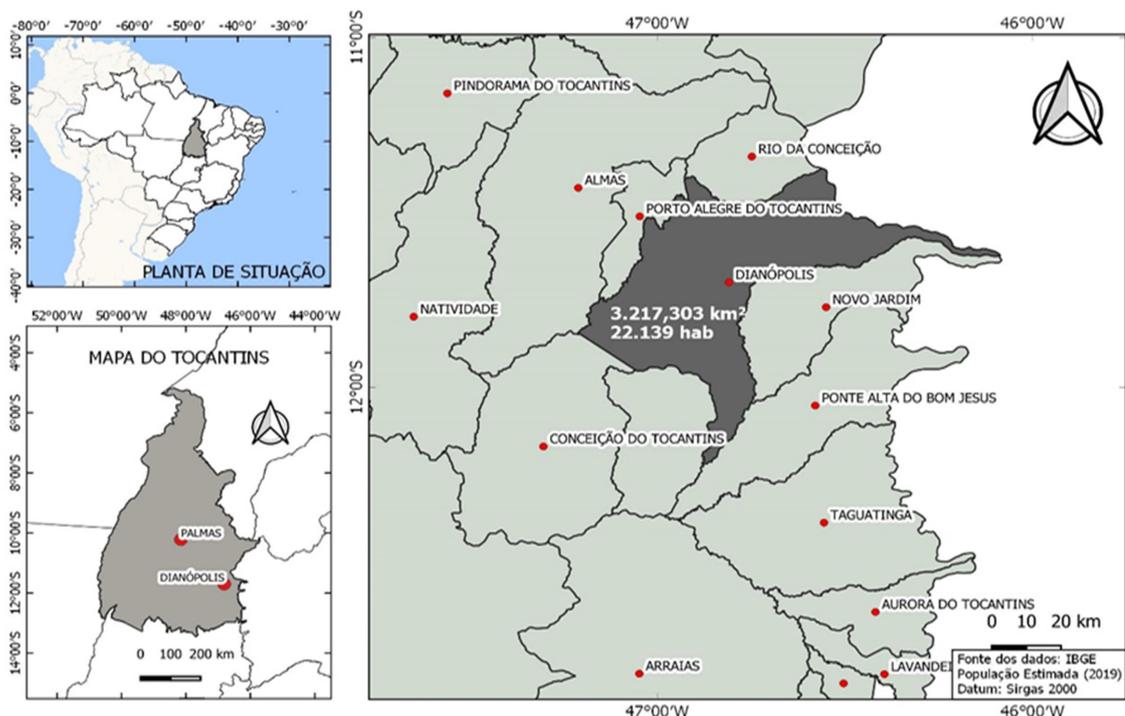
¹ O objetivo de todo pesquisador qualitativo é obter uma compreensão profunda e completa dos fenômenos que procura estudar.

partir do PPP das escolas da rede municipal de Dianópolis, no sentido de apontar estratégias para a aceleração dos ODS no município.

3 MUNICÍPIO DE DIANÓPOLIS-TO: ESPAÇO E ATORES

Realizou-se este estudo no município de Dianópolis, no sudeste do estado do Tocantins. Dianópolis faz parte da Região Geográfica Imediata de Dianópolis (IBGE, 2017), que por sua vez, faz parte da Região Geográfica Intermediária de Gurupi. Distante aproximadamente 350 Km da capital Palmas, 145 Km de Luiz Eduardo Magalhães, na Bahia e 600 Km de Brasília, a Capital Federal.

Figura 1- Localização Município de Dianópolis-TO



Fonte: IBGE – Nota: elaborado por Hamistenie Borges, a pedido da autora.

É uma das mais antigas cidades do Tocantins, hoje com 134 anos, cujo início de povoamento ocorreu ainda no século XVIII, marcada por uma história com fatos trágicos conhecidos como “O Barulho”, que inspirou o filme de ficção de Bernardo Élis, conhecido nacionalmente como “O tronco”². O município destaca-se na região sudeste do Estado por

² “O tronco”- O Fato conhecido como “Barulho”, aconteceu em janeiro de 1919, cujo estopim foi o inventário, pós assassinato de Vicente Belém e que culminou na perseguição e morte do Cel. Joaquim Ayres Cavalcante Wolney. A partir desse ocorrido, o filho do Cel. Joaquim chamado Abílio Wolney consegue fugir e chegar às terras da Bahia, onde buscou reforços para vingar a morte de seu pai e libertar seu povo. No pequeno povoado de São José do Duro, eram mantidos em cárcere pela milícia, nove (9) pessoas entre amigos e parentes de Abílio Wolney, atrelados a um tronco que ficava no porão de uma das construções da época, chamada “Casarão”, localizada bem ao centro do povoado. Os nove reféns, foram brutalmente assassinados quando da entrada no

seus aspectos turísticos, econômicos e históricos, tendo seu nome ligado às senhoras distintas da sociedade local chamadas “Custodianas”, de onde surgiu o nome Dianópolis, “Terra das Dianas”³.

É oportuno registrar algumas características gerais do município em relação à região sudeste e seu reconhecimento como polo para municípios circunvizinhos. Na segunda metade da década de 80, a abertura de lotes agricultáveis para produção de soja, na região conhecida como “Gerais da Bahia”, atraiu mineiros, paulistas, gaúchos, paranaenses entre outros, o que colaborou para o aumento populacional do município e da região. Outro fator importante alguns anos mais tarde, foi a pavimentação asfáltica da rodovia TO 040, ligada à BR 020, na Bahia, que proporciona a logística e o escoamento de produtos e mercadorias ao interior do Tocantins. Assim, a cidade cresceu rapidamente e sem planejamento urbano estruturado.

Atualmente a produção de fruticultura, a exemplo do Projeto de Irrigação Vale do Manuel Alves, localizada no município de Dianópolis-TO, é apontado como um grande potencial para desenvolvimento econômico da região, o qual tem se destacado como um dos maiores polos de produção de frutas do Tocantins, cuja comercialização já atinge outros estados do Brasil, gerando uma receita em torno de R\$ 12 milhões no ano 2017. O projeto tem potencial para gerar cerca de 1.000 empregos diretos e 2.000 indiretos. Ainda em 2017, foram produzidos 8,4 milhões de toneladas de frutas.⁴

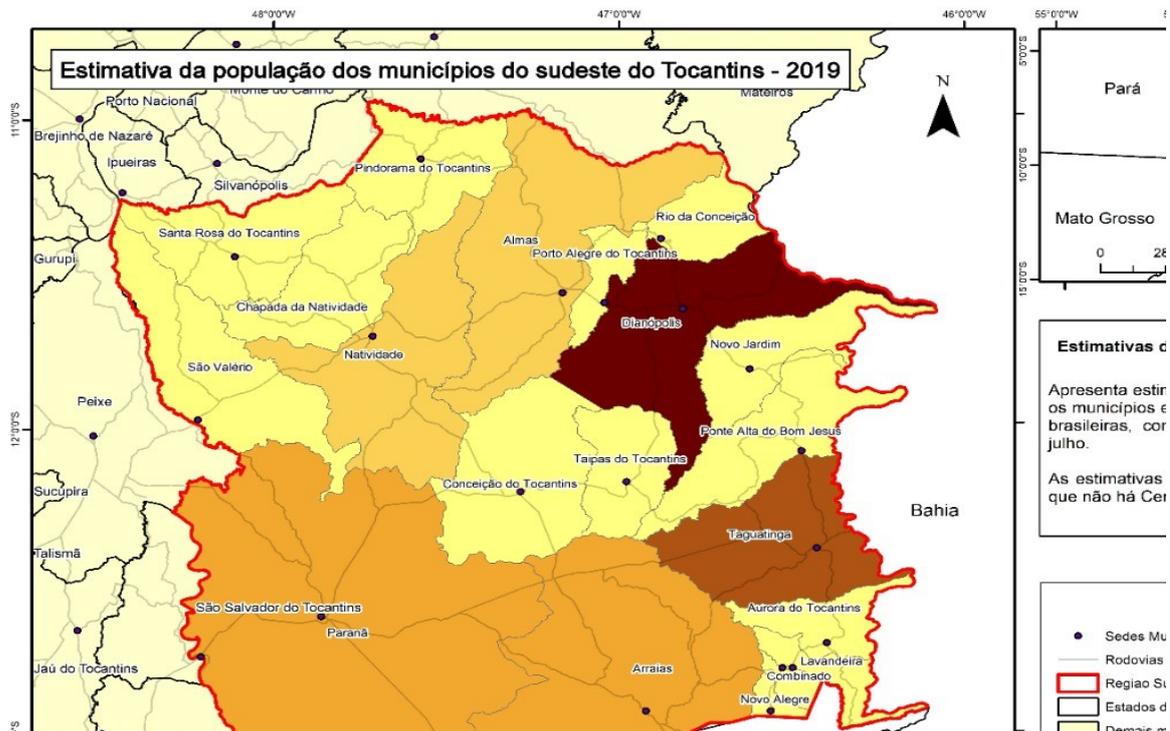
No que diz respeito à população, a estimativa mais recente do IBGE/2020 aponta 22.424 habitantes no município. Dianópolis possui um comércio diversificado e bem estruturado, rede hoteleira de boa qualidade e instituições financeiras fortes (BASA, Banco Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco e SICREDI) e na área da saúde, conta com um Hospital Regional de Referência. As cidades circunvizinhas como Porto Alegre do Tocantins, Novo Jardim, Rio da Conceição, Conceição do Tocantins, Taipas do Tocantins, Almas e Mateiros, beneficiam-se da estrutura oferecida, fomentando a economia local e regional.

povoado e enfrentamento da milícia pelo bando chefiado por Abílio Wolney. (Fonte: O Barulho (2013); A Chacina Oficial (2012) – Abílio Wolney Ayres Neto)

³ “Terra das Dianas” - Custodiana Neponuceno Wolney Araújo (1904-1979); Custodiana Costa Aires (1902-1995); Custodiana Wolney Póvoa (1902-1970); Custodiana Leal Rodrigues (1897-1985). A cidade de São José do Duro, passou a chamar-se Dianópolis, em homenagem e reconhecimento à dedicação destas quatro mulheres para com as pessoas que moravam no local, e também por seus esforços em relação às necessidades da comunidade. Suas atitudes demonstravam amor fraterno, perdão, solidariedade e senso de justiça. Acolhiam com carinho as pessoas que na pequena cidade chegavam, independente de credo ou cor. Foram responsáveis pela implantação da religião católica no município. (Fonte: Noélia Costa Póvoa Araújo)

⁴ DEUS, Elmiro de. Dia técnico mostra potencial produtivo e econômico na produção frutífera no projeto Manuel Alves. **SEAGRO**. Disponível em <https://seagro.to.gov.br/noticia/2018/10/9/diatecnicomostrapotencialprodutivoeeconomiconaproducaofrutiferano-projeto-manuel-alves/>. Acesso em: 17 abr. 2020.

Figura 2- Estimativa da população dos municípios do Sudeste do Tocantins – 2019



Fonte: Italo Schelive Correia.

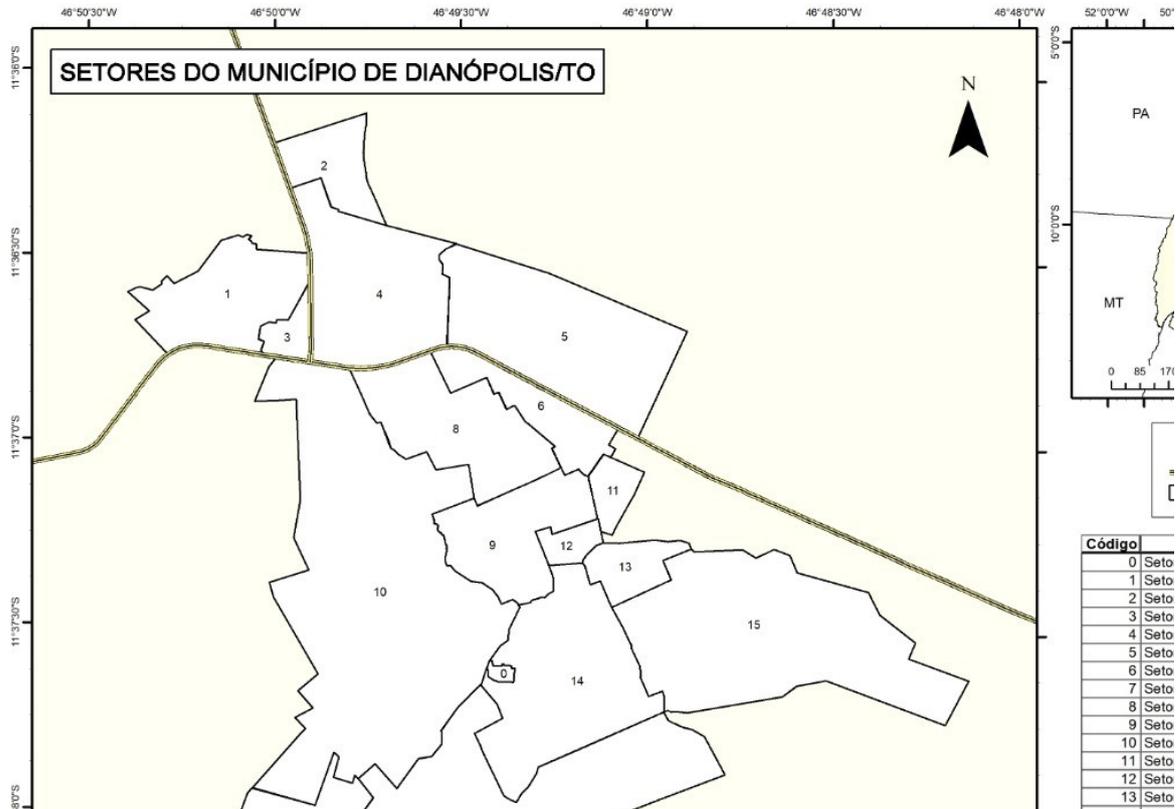
O município não possui um Plano Diretor, conforme preconiza o Estatuto da Cidade, Lei Federal n.º 10.257/2001. Esta lei o torna obrigatório aos municípios que atendem características de mais de vinte (20) mil habitantes, que compõem regiões metropolitanas, sejam turísticos, ou ainda que tenha grande obra que coloca o meio ambiente em risco, ou que possa mudar muito a região⁵.

Dianópolis, atende as características acima citadas quanto ao número de habitantes e ainda, segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura, o município possui dez Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) - que de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), para ser considerada uma PCH deve ter uma potência entre 1 MW e 30 MW - além de integrar o cenário turístico das Serras Gerais, atualmente em projeção nacional.

A cidade é composta por dezessete setores, muitos deles habitados recentemente, motivados por uma expansão urbana através de loteamentos, sendo que destes, poucos tem infraestrutura adequada. A maioria dos setores possui escolas da Rede Municipal e Estadual de Educação.

⁵ Lei Federal n.º 10.257/2001, art.41, I ao VI.

Figura 3 - Setores da cidade de Dianópolis-TO



Fonte: Italo Schelive Correia.

A cidade, assim como seus habitantes, apresenta fortes características de resiliência, advindas de fatos acontecidos nos anos de 1918/1919, portanto, há mais de cem anos. Do desencadeamento dos fatos trágicos, muitas famílias ficaram dilaceradas, mas a vida se fez novamente pela força das viúvas e filhos que permaneceram e reconstruíram o povoado. O reflexo de todo este contexto ainda é percebido nos dias atuais, na valorização da história local e no “bairrismo” observado na maioria dos municípios.

Algumas realidades sociais existentes atualmente no município, se originaram da organização e da vontade popular, a exemplo da APAE, implantada após muitos anos de persistência, encabeçada por mães de pessoas portadoras de necessidades especiais; a Feira do Bode, que segundo informações orais a existência atravessa mais de uma década; a Associação da Melhor Idade, a Feira do Bela Vista, a Associação dos Feirantes e Pequenos Produtores. Outras iniciativas populares que se destacam são a Associação de Artesãos, que trabalha na produção de artesanato a partir do capim dourado e participa de feiras de exposição por o todo país, bem como a criação da Associação de Ciclismo de Dianópolis (ACD), fomentando o movimento do ciclístico, práticas saudáveis de exercícios físicos, promovendo a integração do município em importantes etapas do circuito estadual e nacional,

quando muitos associados participam de competições por todo o país, conseguindo colocações expressivas.

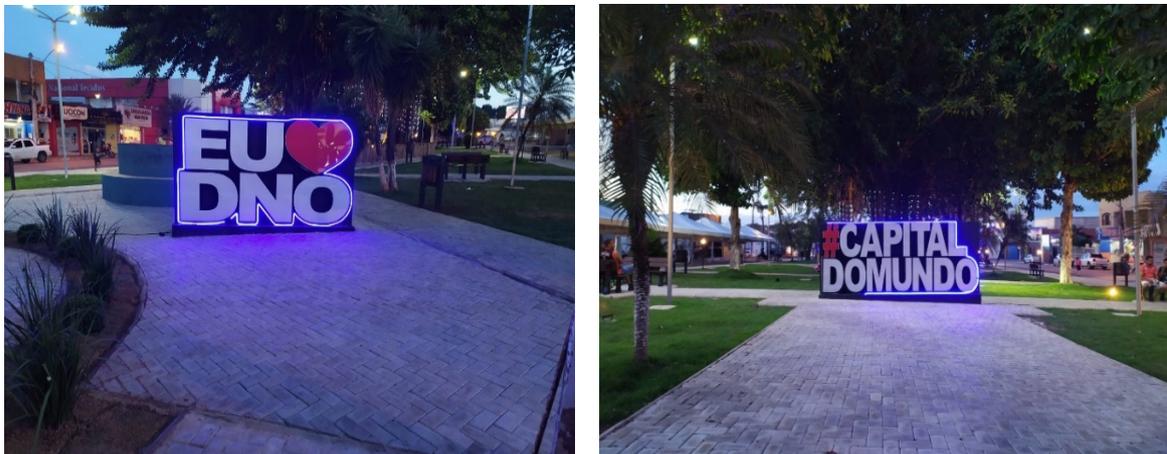
Acerca da necessidade que o indivíduo tem de se agrupar em busca de objetivos comuns, considera-se que

Por desejo próprio ou não, somos, ao longo da vida, levados a participar de grupos e atividades. Este ato nos revela a necessidade que temos de nos associar para buscar objetivos, que seriam de difícil consecução ou mesmo inatingíveis se procurássemos alcançá-los individualmente. Assim, *cidadania e participação* referem-se à apropriação pelos indivíduos do direito de construção democrática de seu próprio destino. (TENÓRIO e KRONEMBERGER, 2016, p.18).

Observa-se que “pessoas diferentes podem ter modos diferentes de interpretar ideias” (SEN, 2010, p. 333). Segundo o autor, um senso de justiça pode motivar as pessoas. Os valores têm desempenhado um papel fundamental no êxito das organizações sociais. As ideias básicas de justiça, não são estranhas aos indivíduos, os quais não se preocupam apenas com seus interesses, mas pensam na “família, vizinhos, concidadãos e outras pessoas do mundo”. Seguindo na mesma perspectiva do autor, o espaço existe e não é necessário criar artificialmente na mente humana uma ideia de justiça e equidade. Necessita-se somente, fazer uso, de modo sistemático, convincente e eficaz das discussões e questões gerais para o bem de todos.

Recentemente, a cidade passou a ter a denominação de “Capital do Mundo”, título originado por força da juventude e seus pares, influenciando rapidamente toda a comunidade, por meio das mídias sociais, a adotar a designação.

Figura 4 - Praça Francisco Liberato Póvoa



Fonte: Acervo particular da autora. (Dez. 2020).

3.1 A educação no município de Dianópolis

A Agenda 2030, a educação e as práticas educacionais para o fomento do desenvolvimento norteiam essa pesquisa, que permite analisar o alcance dos ODS, por meio do PPP das escolas da rede municipal de Dianópolis-TO, buscando compreender como a educação escolar pode contribuir ou avançar o processo para a aceleração da implementação dos ODS no município.

A educação no município teve seu marco inicial no ano de 1750 com a criação da Missão de São Francisco Xavier do Duro. A primeira escola pública foi fundada em 1943 e atendia somente o gênero masculino. Somente mais tarde criou-se uma escola para atender ao gênero feminino. A Escola Batista Blonnye Holmes Foreman, fundada em 1947 e o Colégio João d'Abreu fundado em 1951, ainda hoje fazem parte da educação no município (PME, 2015).

A Lei n. ° 641/94 é a primeira lei municipal que dispõe sobre a criação de escolas rurais. Embora a referida lei tenha sido instituída no ano de 1994, muitas escolas já funcionavam desde os anos 1970, outras nos anos 1980 e 1990.

A rede municipal de ensino de Dianópolis-TO, que compõe o universo desta pesquisa é formado por quinze escolas, sendo dez (10) urbanas e cinco (5) da zona rural. Atualmente o sistema de ensino do município conta com grande parte de seu quadro de professores graduados em área educacional, outra parcela ainda cursa graduação e alguns técnicos em magistério, sendo que destes setenta e cinco (75) professores trabalhando em regime de contrato e cento e quarenta e um (141) professores efetivos. Deste quantitativo, dois são mestres.

O município é servido por cinco escolas da rede estadual, sub a jurisdição da Diretoria Regional de Educação de Dianópolis e conta também com a Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), Campus Dianópolis.

Já a esfera Federal se faz presente com uma unidade do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) e pela Universidade da Melhor Idade (UMA/UFT). Também conta com Universidades de Educação a Distância, sendo Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR) e Centro Universitário Internacional (UNITER).

Segundo o PME (2015-2025), o trabalho voltado para a educação do município, vem sendo realizado de forma a atender aos anseios da comunidade, que sempre valorizou o saber como meio fundamental para o alcance do desenvolvimento regional.

Tabela 1 - Escolas Municipais de Dianópolis-TO, ano base 2019

NOME DA ESCOLA	LEI DE CRIAÇÃO / NÍVEIS DE ENSINO	LOCAL	Nº ALUNOS	PROF. GRAD.	PROF. ESPECIAL.
Centro Municipal de Educação Infantil Maria Parteira	Lei n.º 1289/2014 Creche	Urbana Setor Santa Luzia	125	09	02
Centro Municipal de Educação Infantil Tia Marieta	Lei n.º 1290/2014 Creche	Urbana Nova Cidade	116	08	00
Centro Municipal de Educação Infantil O Pelicano	Lei n.º 1379/2017 Creche	Urbana Centro	128	12	04
Escola Municipal Assentamento Santo Antônio	Lei n.º 846/2001 Ed. Inf. e Ed. Fund. Anos Iniciais	Rural 33 Km	15	01	00
Escola Municipal Batista Blonney Holmes Foreman	Lei n.º 1411/2019 E. Fundamental- Anos Iniciais	Urbana centro	224	24	05
Escola Municipal Contagem	Lei n.º 641/1994 Ed. Inf. e E. Fund. Anos Iniciais e Anos Finais	Rural 15 km	42	02	00
Escola Municipal Descoberto	Lei n.º 641/1994 E Fund. Anos Iniciais e Anos Finais	Rural 50 Km	93	06	03
Escola Municipal Felipe Batista dos Santos	Lei n.º 1281/2014 E. Fund. Anos Iniciais e Anos Finais	Rural 38 Km	119	11	00
Escola Municipal Imaculada Conceição I	Lei n.º 1219/2010 E. Fund. Anos Iniciais	Urbana Setor JK	424	16	04
Escola Municipal Imaculada Conceição II	Lei n.º 1346/2016 Ed. Infantil	Urbana Setor das Dianas	224	10	10
Escola Municipal Irmã Amparo	Lei n.º 1015/2007 Ed. Infantil	Urbana Setor Cavalcante	180	09	09
Escola Municipal Professor Renato Rodrigues	Lei n.º 1366/2017 E. Fund. Anos Iniciais	Urbana Setor Nova Cidade	325	14	05
Escola Municipal Santa Luzia	Lei n.º 1206/2012 E. Fund. Anos Iniciais	Urbana Setor Santa Luzia	196	15	08

Escola Municipal São José	Lei n. °1206/2012 E. Fund. Anos Iniciais	Urbana Centro	300	19	15
Escola Municipal Varjão	Lei n. ° 641/1994 E. Fund. Anos Iniciais e Anos Finais	Rural 55Km	138	7	03

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações do questionário.

4 AGENDA 2030 - HISTÓRICO E DESDOBRAMENTOS

Neste capítulo discute-se o alcance dos ODS por meio do PPP das escolas municipais em Dianópolis-TO e fundamenta a compreensão de como a educação escolar pode contribuir ou atravancar o processo para a aceleração da implantação dos ODS no município. Para tanto, trouxe a discussão a Agenda 2030, seu histórico e desdobramentos com recorte nos ODS 4 e 11. Aborda os temas desenvolvimento e sustentabilidade na perspectiva de compreender a educação como intermediária na implantação de ações que garantam a efetividade da Agenda 2030. O PPP (2019) é trazido ao contexto de estudo em sua proposta de construção, assim como a relação entre os temas desenvolvimento sustentável e processo educativo, de forma a contribuir para o reconhecimento da necessidade de acelerar os debates em instituições públicas ou privadas sobre a implantação dos ODS no município.

No estado do Tocantins, a Agenda 2030 vem sendo disseminada e construída no vislumbre de novos caminhos e anseios a partir de discussões, debates e projetos de extensão acadêmica, promovidos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), por meio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR).

A exemplo da capital Palmas, as discussões e ações vêm sendo provocadas a partir da academia e de projetos de extensão em parceria com vários órgãos e empresas públicas e privadas, como o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins (CAU/TO), a ONU HABITAT, Associação Tocantinense de Municípios (ATM) entre outros, os quais têm sido parceiros na implementação da Agenda 2030.

Consequentemente, o interior tocantinense tem sido atingido pela disseminação do conhecimento adquirido, via processo de formação educacional e profissional, bem como pela aplicação de pesquisas sociais, com possibilidade de acelerar a implantação da Agenda 2030 no território tocantinense.

Em Dianópolis-TO, o objeto em estudo passou a ser discutido tendo em vista a intenção de desenvolver a pesquisa na comunidade, junto às escolas municipais. O que se observou quanto a isso, foi que a Agenda 2030 ainda não fazia parte das discussões dentro da esfera governamental local e que os conhecimentos apresentados pela comunidade educacional ainda eram bem superficiais.

A partir desta constatação, viu-se a necessidade de trazer ao conhecimento da comunidade local e propor discussões sobre o tema, o que será abordado mais à frente neste estudo.

Somente no século XX surgiu a Teoria Econômica do Desenvolvimento, com vistas a explicar as causas para diferentes padrões de crescimento econômico entre os países e as regiões, apresentando estratégias e instrumentos para superar os desafios que surgem nesse processo, assim como a análise das consequências para os povos. Neste sentido, salienta-se que as pesquisas científicas sociais, a evolução tecnológica, os meios sociais de comunicação, aliada à cooperação e aos esforços quanto à problemática da sustentabilidade mundial, numa linha de tempo, tem produzido movimentos em prol da humanidade e do planeta. Decorrente disso, diversos eventos internacionais contribuíram para a concretização do pensamento sobre desenvolvimento.

Conforme se observa no quadro abaixo, o pensamento convergente para desencadear ações voltadas para o desenvolvimento sustentável, completa mais de meio século, o qual, no seu início, visava fomentar programas de redução da pobreza nos países mais pobres, através do crescimento econômico, redução das taxas de desemprego e subemprego, buscando alcançar a melhoria da qualidade de vida.

Quadro 1- Gênese do desenvolvimento sustentável: eventos importantes selecionados

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Primeira Década do Desenvolvimento da ONU – período de 1960 a 1970. • Criação do instituto das Nações Unidas de Pesquisas sobre Desenvolvimento – UNRISD (1963). • Criação da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento – UNCTAD (1964). • Criação do programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (1965). • Criação da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (1967). • Conferência da UNESCO sobre conservação e uso racional de recursos (1968). • Programa Homem e Biosfera da UNESCO (1970). • Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano – Estocolmo (1972). • Criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – UNEP (1972). • Resolução da Assembleia Geral da ONU sobre a criação de uma Nova Ordem Mundial (1974). • Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA (1975). • Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – Um – Habitat (1978). • I Conferência Mundial sobre o Clima (1979). • Publicação do Documento Estratégia de Conservação Mundial – UICN, UNEP, WWF (1980). • Criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD (1983). |
|--|

- Assembleia Geral da ONU declara o desenvolvimento como um direito humano (1986).
- Publicação do relatório Nosso Futuro Comum (1987).
- Criação do Painel Intergovernamental sobre a Mudança do Clima (IPCC) (1988).
- Primeira publicação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pelo PNUD (1990)
- Publicação do documento Cuidando do Planeta Terra (1991).
- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio de Janeiro (1992).
- Criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) no âmbito da ONU (1992).
- Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável – Johannesburgo – Rio +10 (2002).
- Cúpula Mundial da Nações Unidas – Nova York (2005).
- Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio de Janeiro – Rio+20 (2012).
- Criação do Fórum Político de Alto Nível das nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (2013).
- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODSs (2015).

Fonte: Barbieri (2020 p. 18-19).

Pode-se observar que a preocupação com as questões ambientais e a degradação resultantes dos processos de crescimento econômico e desenvolvimento foi muito lentamente sendo abordada nos fóruns, conferências e movimentos afins, atingindo a sociedade civil, os agentes, indivíduos, instituições governamentais e não governamentais, instituições privadas e órgãos internacionais, apresentando reações muito diversificadas em cada segmento e em cada território.

Seguindo ainda o pensamento de Barbieri (2020), em 1972 a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/UNEP), atualmente ONU Meio Ambiente, com sede em Nairóbi - Quênia, foi um dos resultados concretos mais importantes, pois o órgão desempenhou papel central na coordenação e ações da ONU, em relação ao meio ambiente. A partir desse evento, muitos países passaram a tomar atitudes e a se estruturar na criação de órgãos específicos para tratar das questões ambientais gerais.

À medida que esses problemas identificados cresciam em quantidade e complexidade, deixavam de ser observados só como locais e tomavam dimensão maior, alcançando Estados e governos. Essa preocupação passa a atingir a proporção global somente após a Segunda Guerra Mundial (BARBIERI, 2020).

Cabe aqui destacar o relevante papel que a Organização da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) desempenha na promoção da educação ambiental, na formação do pensamento e conscientização para conduta dos indivíduos em relação às atitudes para melhoria do meio ambiente (ONU, 2018).

No Brasil, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) foi criada em 1973, subordinada ao Ministério do Interior, o que deixava transparecer que as questões ambientais, para a época, não eram prioridades. Somente em 1990, é que a Secretaria de Meio Ambiente passa a compor a estrutura da Presidência da República (BARBIERI, 2020).

Oportuno abrir parênteses e trazer o pensamento de Souza (2008), quando faz duras críticas aos planos e implementações no Brasil, afirmando que estes acontecem de modo incompleto, apenas enobrecendo os planos de seus conceptores e as implantações nunca acontecem adequadamente.

No Brasil se acredita muito em reformas mirabolantes – melhor ainda se inspiradas no que fazem os países de primeiro mundo -, contendo soluções fantásticas, mas que por aqui jamais saem do papel (SOUZA, 2008, p. 30).

Apesar das iniciativas brasileiras serem consideradas lentas pelo autor acima, é com a adoção de tecnologias novas, adesão a eventos importantes e adoção de medidas de contenção e amortização dos efeitos e impactos ambientais, junto a um processo de construção do conhecimento, que os cenários locais e globais poderão sofrer mudanças capazes de proporcionar o desenvolvimento sustentável que se busca.

Porém é preciso reforçar, que essas concepções, planos e estratégias de desenvolvimento precisam chegar ao interior do país de modo mais ágil, eficiente e estruturado, capaz de promover envolvimento nos agentes locais. É preciso ver nas cidades interioranas possibilidades de fomentar o desenvolvimento a partir da disseminação do conhecimento aliado ao sentimento de pertencimento e bairrismo, que pode ser observado em muitas cidades.

4.1 Importantes movimentos a partir da década de 1990

É pertinente conhecer a trajetória da formulação e propositura da Agenda 2030 com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, numa retrospectiva dos fatos apresentados a partir dos estudos de Nascimento (2018), que aponta os principais movimentos a partir da década de 1990, os quais resultaram nos ODM no ano 2000 e nos ODS em 2014.

Isto posto, o autor lembra que no ano de 1990 em Nova Iorque, aconteceu a Cúpula da Criança, um movimento do Fundo das Nações Unidas para a Infância. Para este encontro, reuniram-se 71 nações e 86 representantes de outros países. Deliberaram assuntos sobre mortalidade infantil; abuso e violência sexual; erradicação do trabalho infantil; redução da subnutrição de crianças; acesso à água e à educação, com meta de alcance até o final do século XX. Desse encontro resultou a Convenção dos Direitos da Criança, instrumento de Direito Internacional. No ano de 1992, no Rio de Janeiro, ocorreram decisões e acordos em favor do Meio Ambiente e Desenvolvimento Global. Em 1993 na cidade de Viena, a Cúpula

dos Direitos Humanos enfatizou os direitos à paz e a solidariedade, desenvolvimento e meio ambiente, destacando que estes resultam do acesso à informação, educação e à formação pública em Direitos Humanos. Na sequência, em 1994 no Cairo, População e Desenvolvimento foi a Cúpula que buscou discutir direitos humanos e direitos das mulheres, questões de gênero e sustentabilidade. Em 1995, na cidade de Copenhague, discutiu-se o tema Desenvolvimento Social. As discussões e metas convergiram para a redução da pobreza extrema, desemprego, respeito e dignidade entre as pessoas e entre os sexos. No mesmo ano, na cidade de Pequim, um novo encontro buscou levantar as questões referentes à participação feminina na sociedade, discutindo a igualdade entre os sexos, aliada à visão dos Direitos Humanos. Decorrido um ano, em 1996, na cidade de Istambul, o tema discorreu sobre a urbanização crescente, as condições péssimas de habitação e da qualidade de vida das pessoas.⁶

Todas essas iniciativas e experiências adquiridas na busca de um equilíbrio para o planeta e a qualidade de vida da humanidade, levaram a Assembleia Geral da ONU a considerar que a virada para o ano 2000 poderia tornar-se um momento diferenciado e único, capaz de estimular os países signatários a formularem projetos em comum para esse novo milênio, fortalecendo, assim, as Nações Unidas, frente às expectativas e desafios a serem enfrentados no século XXI.

Assim, no ano 2000 foi criado o Pacto Global (*Global Compact*), direcionado às empresas de qualquer tipo de atividade, para aderirem e desenvolverem ações concretas em prol da sustentabilidade, implementando princípios de direitos humanos e responsabilidade ambiental. A base do pacto se assenta na adesão das empresas a dez princípios:

- a) respeitar e proteger os direitos humanos
 - b) impedir violações de direitos humanos
 - c) apoiar a liberdade de associação no trabalho
 - d) abolir o trabalho forçado
 - e) abolir o trabalho infantil
 - f) eliminar a discriminação no ambiente de trabalho
 - g) apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais
 - h) promover a responsabilidade ambiental
 - i) engajar tecnologias que não agridem o meio ambiente
 - j) combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina
- (BARBIERE, 2020 p.100).

⁶ NASCIMENTO, Francisco Rômulo F. do. **Brasil ODS: um modelo colaborativo de apoio à realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU**. 2018. 70 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação). UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Sistemas e Computação, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.cos.ufrj.br/index.php/pt-BR/publicacoes-pesquisa/details/15/2849>. Acesso em: 19 out. 2019.

Qualquer empresa ou organização, desde que constituída sob as leis do país onde está estabelecida, pode aderir. Em janeiro de 2020, mais de treze mil organizações já haviam aderido e estavam em dia com o envio dos relatórios anuais, o qual é uma das condições para permanecer como integrante do Pacto⁷.

A Declaração do Milênio elencou questões fundamentais para promoção e alcance do desenvolvimento sendo, primeiro: paz, segurança e desarmamento; segundo: desenvolvimento e erradicação da pobreza; terceiro: proteção ao meio ambiente comum; quarto: direitos humanos, democracia e bons governos e quinto: necessidades especiais para a África e fortalecimento das nações Unidas. Assim, um total de 193 líderes mundiais, convergiram em apoio à Declaração do Milênio, firmando compromisso com os ODM, com oito objetivos, 21 metas e 60 indicadores para serem trabalhados e alcançados por todos até o ano 2015.⁸

Barbieri (2020) afirma que a Declaração do Milênio vai muito além dos oito ODM, quando enfatiza a necessidade de promoção da democracia e direitos humanos, abarcando o direito ao desenvolvimento e a proteção às pessoas e aos grupos vulneráveis.

No Brasil, várias ações e movimentos fizeram parte das estratégias de trabalho para o alcance das metas. Os ODM tornaram-se objetos de políticas públicas nas três esferas governamentais, recebendo apoio e contribuições da esfera privada e da sociedade civil organizada. Programas como Bolsa Família, Brasil sem Miséria e Programas de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, bem como programas para valorização do trabalho feminino e igualdade nas leis de trabalho, foram iniciativas que partiram da esfera federal.

Outra iniciativa de relevância foi a criação do Prêmio ODM Brasil, que visava incentivar e valorizar práticas locais realizadas para o alcance dos objetivos, por parte dos governos municipais ou de empresas privadas, organizações públicas ou privadas com ou sem fins lucrativos.

Em 2012 iniciam-se os novos trabalhos na comunidade internacional, dando continuidade aos ODM. A partir do documento resultante da Conferência Rio+20, “O Futuro que Queremos”, diversas recomendações foram propostas, elaboradas de modo transparente e democrática intergoverno, disponível às partes interessadas. Essa nova proposta vem orientada para ação de modo conciso, fácil de entender e de comunicar, limitadas em número e inspiradores; são globais, de aplicação universal em todos os países, porém é preciso

⁷ <https://www.unglobalcompact.org> apud Barbieri 2020, p. 101.

⁸ ONU, 2015. Disponível em: https://www.unric.org/pt/images/stories/2015/PDF/MDG2015_PT.pdf. Acesso em: 19 out. 2019.

considerar as diferentes realidades nacionais e locais, bem como suas capacidades e níveis de desenvolvimento, respeitando políticas e prioridades específicas de cada localidade (BARBIERI, 2020).

Assim, em julho de 2014, um instrumento norteador global que visa melhorar a vida das pessoas e transformar o mundo num lugar melhor para todos, sob a denominação Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, foi apresentado compondo-se de 17 objetivos, 169 metas e aproximadamente 231 indicadores.

Os ODS segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2018), devem ser alcançados num espaço de tempo de quinze anos, iniciados em 2016 e término em 2030. Para o alcance das metas propostas, será necessário o envolvimento de todos os setores das diferentes esferas da sociedade, desde órgãos públicos e privados, até as mídias, a sociedade civil organizada, a academia, órgãos internacionais e a própria ONU.

Os 17 ODS são “indivisíveis, integrados, amplos e universais” (UN, 2016) e contemplam pontos cruciais para que a humanidade alcance certo nível de desenvolvimento social e econômico. Os temas permeiam diferentes áreas: social, ambiental, econômica, vistas como pilares que estimulam o desenvolvimento de ações que atendam em áreas cruciais para o desenvolvimento da raça humana.

Importante salientar, segundo a perspectiva acima citada, que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável não podem ser vistos como caixinhas fechadas que se abrem e fecham isoladamente. Os tempos atuais exigem um pensar e uma discussão conforme os problemas vivêncidos pelas sociedades, que se apresentam complexos tanto mundialmente como localmente.

Figura 5 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Ministério da Relações Exteriores, disponível em <http://www.itamaraty.gov.br>

A Agenda 2030, segundo a Organização das Nações Unidas – Brasil (ONUBR, 2017) é vista como um plano contendo ações a serem desenvolvidas e alcançadas num espaço de tempo de 15 anos, apoiando-se em cinco elementos fundamentais e interligados, chamados 5Ps, que são assim denominados porque designam elementos que se iniciam com a mesma letra, tanto na língua nacional como na língua inglesa.

Os três primeiros representam as dimensões social, ambiental e econômica do desenvolvimento sustentável: *Pessoas-People* com o propósito de erradicar a fome, alcançando dignidade e igualdade em um ambiente saudável; *Planeta-Planet* com o intento de proteger contra a degradação, trabalhando questões de consumo e produção sustentáveis, gestão dos recursos naturais e medidas para mudança climática, atingindo a geração atual e a futura; *Prosperidade-Prosperity*, determinando que toda a humanidade desfrute de prosperidade e realizações pessoais, alcançando progresso econômico, social e tecnológico sem prejuízo à natureza. Os dois últimos representam a esfera política e institucional: *Parceria-Partnership* com a determinação de mobilizar meios e recursos para implementar a Agenda por meio de Parceria Global, fomentando a solidariedade; *Paz-Peace* o intento de promover uma sociedade mais pacífica, justa e inclusiva (ONUBR, 2017).

Extremamente ambiciosa, a Agenda 2030 traz objetivos e metas arrojados e transformadores, que demandarão esforços coletivos e mobilização conjunta dos povos para atingir êxito, cuja visão é de antever um mundo onde as benesses desses esforços atinjam toda a humanidade nos campos sociais, econômicos, educacionais, meio ambiente, produção e consumo, justiça, paz e igualdade de direitos e deveres.

Regida por princípios, a Agenda 2030 estabelece no primeiro deles, a importância de não deixar ninguém para trás, por meio de um esforço contínuo para o alcance das metas e buscar, primeiro, aquelas pessoas ou grupos que estão mais para trás, o que implica em conhecer a realidade, analisá-la, propor mudanças, estratégias e legislações, tanto a nível federal, como estadual ou municipal. O segundo é o da universalidade, ou seja, envolver todos os países, levando em conta a realidade de cada um. O terceiro é a integralidade e indivisibilidade dos ODS, a interconexão entre cada um deles, suas metas e dimensão social, ambiental e econômica. O quarto princípio diz respeito ao enfoque inclusivo e participativo, ou seja, todos os atores devem participar na adaptação dos ODS ao contexto local. Todas as pessoas devem ser envolvidas, sociedade civil, desde os mais vulneráveis aos governos, academias, empreendedores, escolas entre outros. O quinto é a apropriação nacional, que é justamente a adaptação da agenda ao contexto local. E o sexto é o enfoque baseado nos direitos humanos, pois os ODS aspiram tirar as pessoas do medo, da pobreza, da escassez. (ONUBR, 2020)

Os governos precisam respeitar e promover um lugar sem desigualdades e sem discriminação. O foco, sem dúvida, deve ser as pessoas e a qualidade de vida delas, diretamente ligadas às condições de acesso às garantias fundamentais e aos direitos humanos, bem como ao modo como são dirigidas e decididas as políticas públicas nas diferentes esferas governamentais, que impactam a vida do indivíduo.

Cabe a cada país o compromisso e a responsabilidade de implementação dos ODS. Assim, cada nação, nas três esferas governamentais pode estudar, analisar e montar seu projeto de implementação e aplicá-lo de acordo com a realidade local. Entretanto, apesar de quatro anos terem se passado da proposta dos ODS, e o planeta, por consequência toda a humanidade, estarem sob constantes ameaças, as sociedades estão longe de alcançarem as metas.

A ONU, organização de maior visibilidade e importância no sistema internacional, órgão articulador no alinhamento dos parceiros para a efetivação dos ODS, conforme afirma Sandri (2018), tem promovido relevantes discussões sobre desenvolvimento sustentável em todo o mundo, a fim de obter maior cooperação e alcançar a conscientização, solidariedade e mudança de comportamentos dos indivíduos e de atores internacionais.

A agenda é reconhecida como abrangente, ousada e demanda a cooperação de todas as esferas públicas e privadas. Precisa envolver muitas pessoas e instituições, em todos os níveis,

para criar força. Mas, principalmente, envolve atitude e compromisso coletivo para alcançar um futuro próspero para todos.

Nesse sentido, importante pontuar que o desenvolvimento sustentável não faz conexão apenas com a preservação ambiental. É preciso ser entendido como uma consequência do conhecimento obtido através da formação educacional, do processo democrático de políticas públicas e da participação social.

O país ainda está muito longe de conseguir obter sucesso no alcance das metas propostas, porém movimentos e debates precisam acontecer para que as informações e o conhecimento sobre a Agenda cheguem não só as capitais, mas também ao interior do país. Parcerias múltiplas, agentes da comunidade, debates, projetos educativos e mobilizadores precisam acontecer para envolver as pessoas e impactá-las, para que realmente se inicie processos de transformação locais.

4.2 ODS 11, cidades e assentamento sustentáveis

Desde o início das primeiras conferências, ainda na década de 70, discussões acerca do tema do ODS 11, ou seja, tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, tem sido reomentado.

Em 1976, na conferência denominada Habitat I, que ocorreu em Vancouver, no Canadá, as discussões envolveram temas como a urbanização incontrolada, o desconhecimento e as questões rurais, a imigração do campo para a cidade, os usos do solo e a falta de moradias. Um dos resultados advindos dessa conferência trouxe como principal objetivo, que toda e qualquer política de assentamento promova a melhoria da qualidade de vida e bem-estar humano, bem como o atendimento às necessidades das populações mais carentes.

Bazolli *et al.* (2017) explica, para que aconteça o desenvolvimento urbano deve haver um crescimento com equidade e sustentabilidade, objetivando atingir a plena função social da propriedade urbana na cidade.

Segundo Barbieri (2020, p.149), na década de 70 acreditava-se que era preciso frear o crescimento urbano e nos vários segmentos da sociedade civil ecoavam frase do tipo “é preciso fixar o homem no campo”. Porém, com o tempo as cidades passaram a ser vistas como local de concentração urbana, local dos seres humanos, o seu habitat, fazendo com que propostas de cidades sustentáveis fossem evoluindo. “Em 1976 a população mundial vivendo

em cidades representava 38% da população mundial, atualmente ultrapassa a metade e para 2050 a previsão é de que sejam 2/3”.

No Brasil, somente após a Constituição Federal de 1988, com a constitucionalização da política urbana, é que o direito a cidade, função social da propriedade e os problemas urbanos tiveram importância nos debates, passando a ser efetivamente discutidos (BAZOLLI, 2019).

Para maior clareza das questões do estudo, alguns conceitos são fundamentais para a apropriação do conhecimento, pois podem colaborar na discussão, elaboração e proposições de ações que conduzam para uma política educacional sustentável, comprometida com a cidade e suas necessidades. Desta forma, o embasamento contribui para formulação das estratégias de ação, a fim de melhor compreender a realidade local.

Assentamentos humanos é entendido como conceito integrador que atinge os aspectos físicos de abrigo e infraestrutura, assim como serviços, educação, saúde, cultura, bem-estar, lazer e nutrição.⁹

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016) define cidades como “a concentração populacional e a existência de um ambiente de trocas, de ligações, de transferências materiais e imateriais; um ambiente que envolve fluxos, circulação e escalas”.¹⁰ No glossário referente à Revisão das Perspectivas de Urbanização Mundial da Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, o termo relaciona-se a “um tipo de assentamento urbano definido de acordo com as fronteiras legais/políticas e administrativamente reconhecido com um status urbano usualmente caracterizado por alguma forma de governo local.”¹¹ (UM DESA, 2018).

Quanto aos espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em conformidade com a ONU, “o caráter de uma cidade é definido por suas ruas e espaços públicos. Desde as praças e avenidas, até os jardins do bairro e parques infantis, o espaço público forma o esqueleto da cidade sobre o qual tudo o mais repousa”.¹²

⁹ Glossary of Statistical Terms. Disponível em: <https://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=1266>. Acesso em: 25 nov. 2019.

¹⁰ IBGE, Coordenação de Geografia. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil**. - 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016. e-Book (PDF). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/arranjos_populacionais/2015/pdf/publicacao.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

¹¹ ONU. Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/wup/>. Acesso em: 25 nov. 2019

¹² ONU. Disponível em: http://habitat3.org/wp-content/uploads/Habitat-III-Issue-Paper-11_Public-Space-2.0.compressed.pdf. Acesso em: 16 ago. 2019.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, assegura em seu artigo 5º, nos incisos XV e XVI o direito de ir e vir, bem como o direito de livre manifestação, pois é no espaço público que os direitos humanos se realizam, no uso do bem comum.

Planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, segundo a Lei n.º 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana e dando outras providências, traz o entendimento que planejamento das cidades, aglomerados urbanos, microrregiões e o planejamento municipal são instrumentos para organização da política urbana. Dispõe o art. 2º, inciso IV da referida lei, que é por meio do planejamento do desenvolvimento das cidades, da organização espacial urbana da população, das atividades econômicas desenvolvidas em todo o seu território a maneira pela qual pode-se barrar distorções no crescimento urbano e conseqüentemente evitar malefícios ao meio ambiente.

A participação e inovação social no planejamento, tem o papel de apoiar grupos urbanos e excluídos para compartilhar suas opiniões e representar suas próprias necessidades. Na legislação brasileira, ainda à luz da lei supracitada, em seu art. 2º, incisos II e XIII, deixa claro que as associações, a sociedade civil organizada, cooperativas, têm garantidas sua participação na gestão das cidades, pois são entendidas como necessárias para o controle de suas atividades e exercício da cidadania.

Cita-se ainda, as audiências e debates que devem ser promovidos pela gestão pública, pois são elementos que colaboram para a elaboração do Plano Diretor, do Plano Plurianual (PPA), da Lei Orçamentaria Anual (LOA) e também da Lei Diretrizes Orçamentárias (LDO) que só podem ser aprovados pela Câmara Municipal após a realização desses debates, audiências e consultas públicas.

Para Bazolli *et al.* (2017), é vital a união de frentes diversas para estabelecer um novo paradigma na estrutura do pensamento e da ação sobre a dinâmica das cidades, incentivando a participação popular, valorizando a integração social nas diversas dimensões que compõe o espaço urbano, social, econômico, histórico e cultural.

O planejamento e a gestão, juntos provocam uma organização espacial e abrem margem para mais diálogo entre setores, divisões administrativas e atores, promovendo assim maior integração social, econômica e de infraestrutura. São ferramentas que facilitam e articulam decisões e ações políticas, afetam a distribuição e os fluxos de pessoas, bens e atividades.

Nesse sentido, fazendo relação com o papel da educação no seu processo contínuo de formação, pode-se construir o desenvolvimento do indivíduo, de modo a torná-lo um cidadão consciente e apto a exercer essa cidadania, atuando dentro da sociedade civil em todos os âmbitos e processos desde a elaboração, estudos e planejamentos das políticas públicas, continuando também durante o processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações implementadas.

Quanto ao planejamento regional de desenvolvimento, este envolve diferentes níveis de governo, os quais desempenham papel fundamental no alcance da Agenda 2030. Segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (2004), o desenvolvimento urbano e o regional incorrem na elaboração de projeto de médio e longo prazo, tendo como metas a redução das desigualdades sociais, um melhor ordenamento do território e uma visão estratégica.¹³

Outro entendimento, não menos importante, é sobre serviços básicos, que conforme consta no Relatório do Secretário Geral das Nações Unidas, intitulado “Uma vida Digna para Todos(as)” (2013) inclui a concepção de que as pessoas não devem passar fome, não ter moradia ou não ter acesso a água limpa e saneamento. A exclusão social e econômica, a falta de acesso a serviços básicos de saúde e educação são direitos humanos e formam as bases para uma vida decente.

A Constituição Federal de 1988, no caput do seu art. 182, dispõe sobre o desenvolvimento urbano, sendo que o Poder Público Municipal pode executar ações para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, garantindo o bem-estar de todos os seus habitantes. Assim, a urbanização inclusiva é um novo modo de estruturar a cidade, sob o viés da inclusão com mais igualdade, acesso a serviços e oportunidades, colaboração e mobilização que possam interagir com a diversidade.

O caput do art. 39 da Lei 10.257, de 2001, informa que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende exigências fundamentais expressas no plano diretor quanto à ordenação da cidade, atendendo as necessidades dos cidadãos no que se refere à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.

Nesta perspectiva, a cidade cumpre o papel social quando a acessibilidade aos bens e serviços, equipamentos, espaços públicos, sistema de transporte e mobilidade, saneamento básico, habitação de modo justo e democrática atende a toda população.

¹³ BRASIL. Ministério das Cidades. **Cadernos MCidades..** Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/103/titulo/cadernos+Mcidades+1+Politica+Nacional+de+Desenvolvimento+urbano>. Acesso em: 18 abr. 2020.

Importa ressaltar a ideia de desenvolvimento sustentável como centro no alcance das necessidades básicas dos seres humanos que, conseqüentemente, vivem em aglomerados urbanos. Segundo a Declaração de Cocoyoc, ocorrida no México em 1974, qualquer processo de crescimento que não considere a satisfação plena dessas necessidades, ou ainda pior, que crie obstáculos a qualquer uma delas, é uma falsa ideia de desenvolvimento.

Barbieri (2020) enfatiza que os processos de desenvolvimento não devem se limitar apenas à satisfação somente das necessidades básicas, pois há outras necessidades e valores fundamentais como a liberdade de expressão e participação na formação das bases da própria existência humana, contribuindo, sob qualquer aspecto, para construção de um futuro.

É imprescindível que as cidades sejam entendidas como local de alcance aos direitos, como palco para uma sociedade em constante movimento e construção, independente de seus tamanhos e localizações no território nacional. E para que esse entendimento aconteça é basilar que a educação fomente essa transformação a partir da construção do conhecimento.

4.2.1 Participação social na construção da cidade

A cada nova década tem-se observado que as questões que envolvem cidadania passaram a variar levando o mundo a se questionar em que medida ela pode ampliar ou complementar a cidadania tradicional.

Freire (2004, p. 69) afirma que a educação é uma forma de intervir no mundo, o que nos leva a pensar sobre a cidadania, que como conceito veio evoluindo à luz dos direitos humanos, civis, políticos e sociais. E afirma que, reconhecer-se cidadão implicará desenvolver a “capacidade de aprender, não para nos adaptar, mas, sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a”.

Para Sen & Kliksberg (2010), há uma frustração crescente com a insignificância e ausência de iniciativas capazes de envolver o cidadão nas políticas ambientais, assim como é evidente muitos governantes e autoridades públicas desacreditarem no apelo ao senso de responsabilidade social como meio de trazer resultados melhores.

[...] ao mesmo tempo em que buscamos uma expansão do domínio do ativismo cívico, temos de nos indagar como a nossa noção de sustentabilidade poderia ser ampliada à luz de nossa concepção de cidadania adequadamente responsável. (SEN & KLIKSBERG, 2010, p. 67).

Para os autores, é preciso analisar se a cidadania é puramente instrumental, ou seja, uma maneira ou um modo de conservar o meio ambiente, ou se é muito mais do que isso, especialmente se a cidadania eficaz é parte e parcela daquilo que querem sustentar. É preciso entender que padrões de vida sustentáveis não são a mesma coisa que sustentar a liberdade das pessoas de ter ou ainda salvaguardar as coisas que as pessoas valorizam ou ainda as coisas com as quais elas têm razão para dar importância.

No pensar de Tenório e Kronemberger (2016, p. 18), em muitos momentos da vida o ser humano é levado a participar de grupos e atividades diversas, o que revela a necessidade de alcançar objetivos, pois “cidadania e participação referem-se à apropriação pelos indivíduos do direito de construção democrática de seu próprio destino”.

Essa conscientização do papel de agente de transformação local, bem como o senso de pertencimento à comunidade escolar é importante, pois o desenvolvimento traz consigo a necessidade de ampliar habilidades e competências no fator humano que compõe este cenário, de forma a agregar valor ao processo de localização dos ODS, por meio da discussão democrática e aberta, aliada às percepções locais, o que possibilitará planejar com foco no desenvolvimento, a partir do processo educacional. Assim, “Envolver a capacidade de pensar, valorizar e agir, e isso requer conceber os seres humanos como agentes em vez de meros recipientes” (SEN & KLIKSBERG 2010, p. 69).

A consciência coletiva de que o processo educacional e o fazer pedagógico podem movimentar as pessoas a se unirem em prol de necessidades e interesses comuns agrega valor ao processo na construção de políticas públicas eficientes, assim maior será a condição de alcançar o desenvolvimento desejado. Demo (1993) sustenta que participar é um processo de construção, essencialmente advindo de uma conquista sequencial, contínua e prolongada.

Nesta mesma visão, Hanson e Brembeck (1969) afirmam que desenvolvimento depende fundamentalmente das pessoas, dos seus interesses, aspirações, animação, participação e ações. Ou seja, é a disposição em fazer algo ou alguma coisa não só para si, mas de modo a impactar também para os outros. E completa: “Poderia sugerir que o funil do desenvolvimento, hoje em dia, no mundo todo, não são exclusivamente o dinheiro ou as reservas de capital: é e continua a ser o povo” (HANSON E BREMBECK 1969, p. 53).

Sen (2010, p. 77) apresenta o mesmo pensar ao afirmar que os fins e os meios do desenvolvimento requerem que a perspectiva da liberdade seja trazida ao contexto. Neste cenário descrito, as pessoas precisam ser reconhecidas, e se perceber como ativamente

envolvidas na construção de suas realidades sociais e do próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas de projetos e programas astutos para o desenvolvimento.

Bazzoli *et al.* (2017) convergem para o mesmo raciocínio quando afirmam que a participação popular pode ser vista com equivalência à responsabilidade social, proporcionando maior satisfação das necessidades sociais e uma crescente sensação de ter voz e vez, junto ao processo de tomada de decisão.

Para Barbieri (2020, p. 35) o indivíduo é a parte central de todo processo que visa o desenvolvimento. “É uma condenação à ideia de desenvolvimento concebido em gabinetes, a portas fechadas, por governantes”. Afirma ainda que o direito ao desenvolvimento é intransferível, sendo que qualquer nação, povo ou mesmo indivíduo estão habilitados a discutir e desfrutar, colaborando e contribuindo na formulação de políticas para o desenvolvimento social local.

O que se observa é que os fatores como pessoas, atividades econômicas, relações sociais, educacionais e culturais, preservação, impactos ambientais, ações humanitárias acontecem cada vez mais dentro das concentrações urbanas. Toda essa interatividade, como numa cadeia, gera enormes desafios dentro da perspectiva mundial de sustentabilidade, levantando questões fundamentais quanto a habitação, infraestrutura, serviços básicos, alimentação, educação, emprego decente, saúde, segurança e a manutenção dos recursos naturais.

Entender o local onde se vive para aprender a viver lado a lado com o outro e colaborando para desenvolver a comunidade quanto as questões ambientais, sociais e humanas, depende do grau de responsabilidade de cada indivíduo. No entanto, Sen & Kliksberg (2010) alertam que a concepção de seres humanos é ampla e que, por certo as pessoas têm necessidade, mas também valores e prezam sua capacidade de raciocinar, avaliar, agir e participar. Prosseguem afirmando que ver as pessoas somente através de suas necessidades pode proporcionar uma visão acanhada da humanidade.

As políticas educativas associadas ao fazer pedagógico trabalhado em cada instituição escolar, podem contribuir para a formação da cidadania a partir de cada indivíduo aprendiz, para construção de um mundo melhor e para o desenvolvimento sustentável da cidade. O ponto central da questão é, como fazer um bom uso do que se discute e aprende nas instituições educacionais, de forma que o conhecimento venha mudar a vida das pessoas.

É preciso fazer acontecer a conexão entre compreensão, apropriação e localização dos ODS e das possíveis ações a nível local, bem como reconhecer que os atores locais, em todos

os níveis – indivíduos, associações, grupos, unidades educacionais, corporações, municípios, países membros da ONU - têm papéis fundamentais a desempenhar.

Neste contexto, reafirmando as colocações de Sen & Kliksberg (2010) quando evidenciam que os indivíduos não são apenas pacientes, cujas necessidades exigem atenção, mas são também agentes, com liberdade de decidir quais são seus valores e como poder buscá-los para além das simples necessidades. A liberdade de escolha do indivíduo depende de como cada um vê a si mesmo. Afirmam de modo enfático que, quando negadas as possibilidades de filiações ou associações, essas negações podem até não matar, mas, tem o poder de asfixiar a voz, a independência e a própria capacidade de agir como cidadão, causando efeitos profundos sobre a forma como se percebem uns aos outros.

Então, pelo exposto, conhecer e entender o ritmo e a dinâmica da cidade e o pensar do povo por meio da educação, é fator determinante para reconstrução de valores e ações na construção da cidade para todos. Gadotti (1983) afirma que é fundamental que o educador tenha conhecimento da realidade social, da concepção teórica e que esteja comprometido com a população. Para Barroso (2006), as nações só terão um desenvolvimento efetivo se este vier por meio da educação.

Nesse sentido, compreender a importância de uma escola democrática, reconhecendo nela um espaço para a discussão das questões na construção da cidade para todos, é fator básico para que se forme o entendimento sobre o que os cidadãos podem fazer quando são movidos por uma compreensão social capaz de transformar vidas.

4.2.2 A transformação da cidade como resultado humano

Para que as sociedades atuais consigam entender e implementar ações na busca do desenvolvimento sustentável, muitas mudanças serão necessárias, partindo do próprio indivíduo na percepção do seu papel dentro do ambiente em que está inserido, e no valor reconhecido a cada ser vivo que faz com que a natureza seja preservada no presente e para as futuras gerações.

Bazolli *et al.* (2017) acredita que o desenvolvimento local é resultado do interesse dos seus agentes, quando a cidade então não é neutra, devendo ser vista como força ativa e ferramenta capaz de gerar emprego, renda e, conseqüentemente, desenvolvimento.

Entender o espaço urbano sob a perspectiva de reprodução humana segundo Carlos (2015), é dar significado à existência individual e social do homem, dentro da esfera do

cotidiano, de viver, agir e pensar; é pensar o indivíduo num contexto amplo, desde o fator histórico de produção material para existência até o modo de produzir possibilidades de mudanças.

Neste entendimento, o debate acerca do Direito à Cidade, da sustentabilidade, tem se destacado no cenário atual, nacional e internacionalmente, onde constantemente são apresentados textos e estudos que visam definir esse direito. Em março de 2010, na cidade do Rio de Janeiro, durante o V Fórum Urbano Mundial, a Carta do Rio de Janeiro, cujo título é “O Direito à cidade: unindo o urbano dividido”, foi apresentada pelos movimentos sociais participantes e nela, um dos direitos que se firma e se reivindica, assim está expresso:

[...] o Direito à cidade deve se constituir como um direito coletivo das presentes e futuras gerações a uma cidade sustentável, sem discriminação de gênero, idade, raça, condições de saúde, renda, nacionalidade, etnia, condições migratórias, orientação política, religiosa ou sexual, assim como de preservarem sua memória e identidade cultural [...]

O direito à cidades sustentáveis no Brasil está definido no Estatuto da Cidade e assegura em seu art. 2º, inciso I, a garantia à cidades sustentáveis como sendo o “direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”.

O homem transforma seu habitat, conseqüentemente o espaço urbano onde desenvolve-se dia a dia, as atividades humanas. Nesse sentido, o local transforma-se com rapidez e algumas características têm ficado bem evidentes em todo esse processo: o crescimento desordenado sem o controle eficiente da esfera política-normativa, sem a participação social coletiva no planejamento e no desenvolvimento de ações.

A participação social, embasada na legitimidade e na perspectiva da ação comunitária, com vista a possibilitar um canal aberto para o contato e comunicação entre os indivíduos e destes com o Estado, garante por meio do esforço coletivo, o direito à cidade sustentável, já que busca o alcance do bem-estar comum de seus cidadãos, em harmonia com os preceitos constitucionais. (BAZZOLI *et al.*, 2017)

Partindo da premissa participação social, importante se faz entender a relação entre a cidade e o indivíduo. Dentro da perspectiva histórica, Rolnik (1995, p. 33) sustenta que “a cidade é antes de mais nada um imã”. É vista pela autora como um campo magnético capaz de atrair, reunir e concentrar indivíduos, onde a construção de templos, modificou de vez a maneira como os homens começam a ocupar o espaço. O ato de plantar e colher passa a

re-significar o espaço para vida de forma permanente, de onde resulta a apropriação material e o ritual de posse do território.

Benevolo (2015), ainda dentro de um contexto histórico, afirma que a cidade é o centro da evolução maior que a aldeia, num processo de transformação muito rápido, sendo que ela assume o marco na nova história civil. No campo, onde é produzido o excedente, as transformações estruturais da economia, acontecem de modo lento, mas na cidade onde é distribuído o excedente, as transformações ocorrem rapidamente, de modo mais profundo na composição e atividades da classe dominante, influenciando toda uma sociedade.

Nessa direção, Carlos (2007) defende a impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do contexto histórico. Entende a cidade como processo de construção humana, resultado do produto histórico-social do trabalho materializado e transferido ao longo do tempo entre as gerações. Assim, o autor observa a cidade como expressão e significação da vida humana, pois contém e revela ações passadas ao mesmo tempo em que desenha o futuro, nas tramas do presente.

O ponto de partida é compreender a cidade através do cotidiano vivenciado na relação sócio espacial, percebendo a cidade como o espaço onde a vida acontece e se faz cheia de sentido.

Oliveira (2016) enfatiza que mesmo havendo situação de equilíbrio entre o que entra e sai da cidade, podem existir situações não previstas, que afetam a sustentabilidade. Assim, a habilidade e a capacidade de se adaptar a situações de imprevisto ou às externalidades é o que pode garantir a sustentabilidade.

Sob essa mesma ótica, Junior e Freitas (2017) corroboram que a cidade é um espaço dialético, resultado do trabalho humano produzido e reproduzido continuamente pelo trabalho ao longo da história, compondo um espaço dinâmico, complexo, simbólico, contraditório, múltiplo e heterogêneo. Acreditam que pensar a cidade é poder, antes de tudo, interpretá-la, vivê-la capacitando-se sempre diante das novas demandas e tecnologias, sem desprezar o passado e com atenção para o futuro.

Na opinião de Carlos (2007), o homem ao criar os espaços vai dando novos sentidos à vida e assim a cidade pode ser analisada como lugar em que se reproduz como referência para o indivíduo, como lugar de constituição da identidade que traz os elementos de sustentação da memória, revelando a condição humana e do próprio espaço urbano, enquanto construção e obra realizada pelo homem.

A cidade é movimento. É reprodução humana, força e engrenagem capaz de gerar desenvolvimento, emprego e renda. E isso acontece quando os atores sociais se reconhecem como chave mestra dentro do processo, aliados às políticas públicas educacionais eficientes, na busca por estratégias de desenvolvimento (CARLOS, 2015).

Sob essa perspectiva é possível entender a necessidade de um pensar e agir sobre a dinâmica cotidiana das cidades, onde a participação popular é fundamental para determinar o futuro onde se quer chegar, sem deixar ninguém para trás, agregando os vários setores que compõem o espaço urbano, ou seja, ambiental, cultural e histórico, educacional e econômico.

A humanidade precisa estar ciente que as ações do presente refletem consequências no futuro. A responsabilidade deve ir além de garantir as necessidades futuras, que certamente serão diferentes das atuais. As gerações que ainda estão por vir, precisarão ter a garantia de que poderão subsistir. E nesse sentido, o processo educacional é formador e construtor de conhecimentos, a partir dos pilares da educação da UNESCO: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. O desafio é justamente esse, educar, formar o cidadão para alcançar soluções possíveis, capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável.

Para Hanson e Brembeck (1969, p. 61), o objetivo da educação não pode ser atingido “sem uma consciência nítida de que os fatos da responsabilidade cívica não são necessariamente a educação para tal responsabilidade”. Para os autores, a responsabilidade intelectual e cívica precisa ser praticada para ser adquirida pelas pessoas. Nesse sentido, as escolas precisam apresentar uma interpretação muito mais imaginativa do que a que tem sido trabalhada atualmente e desenvolver aulas onde os estudantes realmente participem, se engajem, atuem, compreendendo e assumindo responsabilidades de cidadãos no contexto escolar e na comunidade em geral.

Desta forma, pode-se afirmar que as escolas municipais de Dianópolis-TO podem contribuir para que a cidade se desenvolva conforme suas características econômicas, sociais, culturais, educacionais e dos recursos naturais disponíveis desvelados a partir do processo educacional. Configura-se uma discussão bastante complexa, que demanda conhecimentos e pesquisas sobre a realidade local, identificando os fatores produtivos que geram renda e movimentam a economia, bem como as desigualdades que se manifestam na sociedade local, e trabalhar as questões pertinentes que envolvem as relações de poder econômico, social e de classe.

Diante do exposto, torna-se relevante a compreensão de que as escolas municipais de Dianópolis-TO, podem e devem promover o desenvolvimento sustentável a partir da transformação do indivíduo, enquanto agente principal do processo de formação da cidadania global, capaz de converter conhecimentos em habilidades, valores e atitudes para a construção de um mundo mais inclusivo, próspero e resiliente.

5 DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO

A popularização dos termos abordados no estudo a seguir, começam a atingir um maior número de pessoas e grupos sociais a partir da década de 1990. Este período foi marcado por transformações no âmbito empresarial e social. A palavra de destaque para a época era globalização percebida pela abertura, grau de relações e conexão entre os países em escala global. (BARBIERI, 2020)

5.1 Desenvolvimento e sustentabilidade

A expressão sustentável, expressa a ideia daquilo que se pode sustentar. Traz embutido na palavra a questão de estabilidade e de equilíbrio, perpetuando a imagem de algo durável no tempo. A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente (CMMA), também reconhecida como Comissão de Brundtland, assim definiu em 1987 o termo desenvolvimento sustentável:

[...] processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras [...] é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (Nosso Futuro Comum, 1988, p. 46 *apud* IBGE, 2002, p. 9).

O pensamento de Boff (2012), segue a mesma concepção trazida no texto acima, quando este afirma que sustentabilidade não pode ser reducionista e ser aplicada apenas ao crescimento/desenvolvimento, como acontece atualmente. Engloba muito mais, desde os territórios abrangendo as pessoas individualmente, as comunidades, a cultura, a política, à a indústria, as cidades e principalmente todo o planeta Terra, incluindo seus sistemas. O autor define sustentabilidade como um modo de ser e de viver que exige um pensar e agir, de modo a alinhar as práticas humanas às potencialidades limitadas de cada bioma, sem descuidar das necessidades atuais e futuras das gerações.

Giansanti (1998) do ponto de vista econômico, considera desenvolvimento sustentável como a capacidade de as sociedades sustentarem-se de forma autônoma, gerando suas riquezas e bem-estar ao cidadão, a partir de seus recursos próprios e das suas potencialidades. Já o desenvolvimento ecologicamente sustentável é considerado pelo autor como a garantia de um progresso material e bem-estar social que resguardam os recursos e o patrimônio natural dos diferentes territórios. Nesse sentido, ele reforça que é preciso um exame crítico da real necessidade aliada aos padrões de consumo atuais, revendo então as finalidades da produção

econômica aos valores predominantes na sociedade, e que a questão envolve o indivíduo e sua real condição de agente, através das atitudes e escolhas pessoais.

O conceito de sustentabilidade traz um chamado para novos modos das atividades cotidianas e está estreitamente ligado a essas variações que, por sua vez, também estão atreladas aos valores socioeconômicos, que faz dele um conceito em constante construção, resultante da organização social e econômica, da qualidade da educação enquanto formação, da riqueza e da pobreza de um país ou região, da empregabilidade, industrialização ou a falta destas.

Sob este prisma de estratégias locais, Giansanti (1998) considera que os cidadãos têm direito de viver em ambientes e espaços salubres, equilibrados, que proporcionem bem-estar e que, para tanto, precisam assumir importante papel quanto às responsabilidades individuais e sociais para que isso venha ocorrer. “Para implementar propostas de uso sustentável é preciso organização, mecanismos de decisão, persistência e espírito coletivo dos participantes” (GIANSANTI 1998, p.102).

É difícil universalizar um conceito, apropriar-se dele e implementá-lo. Porém, conforme Oliveira (2016, p. 87) “atualmente, desenvolvimento sustentável é entendido como tudo aquilo que é bom e desejável para uma sociedade”. Ele diz que o Relatório da ONU, traz a sustentabilidade das cidades na integração de quatro pilares. A educação e saúde, colocadas dentro dos pilares de sustentabilidade, nesta perspectiva apresentada, vem como fator essencial para o desenvolvimento social. Sua apresentação torna claro que todo processo de desenvolvimento parte do ser humano, enquanto conhecedor e detentor do saber, o que implica em acesso à educação de qualidade, em condições de saúde que lhe permitem atuar para transformar. Se essa condição lhe for oferecida, os outros pilares serão alcançados em sequência, para um desenvolvimento local.

Quadro 2 - Pilares para sustentabilidade das cidades

1-Desenvolvimento Social	2-Desenvolvimento Econômico	3-Gestão Ambiental	4-Governança Urbana
<ul style="list-style-type: none"> • Educação e saúde • Alimentação e nutrição • Construções verdes • Água e saneamento • Transporte Público verde • Acesso à energia limpa • Áreas de recreação e apoio à comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento produtivo verde • Criação de emprego descente • Produção e distribuição de energia renovável • Tecnologia e inovação 	<ul style="list-style-type: none"> • Manejo da floresta e solo • Gestão de resíduos • Eficiência de energia • Gestão de água • Conservação da qualidade do ar • Adaptação e mitigação das mudanças climáticas 	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento e descentralização • Redução das desigualdades • Fortalecimento dos direitos civis e políticos • Apoio às ligações locais, nacionais, regionais e globais

Fonte: Oliveira (2016, p. 14). Organização das Nações Unidas, Departamento de Políticas e Divisão de Análises (2013).

Sobre a ideia de desenvolvimento, Kieckhöfer (2005) descreve genericamente as etapas pelas quais as sociedades passaram, colocando o desenvolvimento como o resultado de uma melhora progressiva das condições econômicas e culturais da humanidade, país ou comunidade, numa evolução gradual de um estágio inferior para um estágio mais elevado. E afirma que, assim como a humanidade evoluiu, a história também teve transformações marcantes nos aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais. O estágio inicial, segundo a autora denominado de Desenvolvimento Natural, buscava a satisfação das necessidades. O tempo passou e as mudanças ocorridas trouxeram novas necessidades aliadas à busca de poder e riqueza, o que resultou no Desenvolvimento Capitalista, com foco no crescimento econômico. A corrida para alcançar um nível econômico cada vez maior desencadeou enormes problemas sociais, que ocasionou um novo conceito chamado Desenvolvimento Econômico, envolvendo duas questões fundamentais, o social e o cultural. Desse processo surgiram, paralelamente, outras teorias como a da Economia do Bem-Estar, centrada nas questões do Desenvolvimento Social; a Economia do Meio Ambiente; Economia Ecológica e o Eco Desenvolvimento, que resultaram no Desenvolvimento Sustentável.

Para Silva (2016), desenvolvimento é a palavra que acompanha e ancora os discursos ideológicos oficiais dos tempos atuais. A força que a palavra passou a carregar, segundo o autor, levou alguns estudiosos do assunto a defini-la como uma ideologia dos tempos modernos. Para alcançar o desenvolvimento de determinado lugar é necessário envolver as pessoas que formam a sociedade local, dando a eles conhecimento e permitindo exercer o direito de escolher o que será melhor para o lugar onde vivem, valorizando a cultura local.

Sobre a possibilidade da construção do desenvolvimento local, Kieckhöfer (2005) defende que a ideia de desenvolvimento territorial ou local é contemporânea, resultado de duas transformações ocorridas nas últimas décadas, sendo uma delas o surgimento das ONGs, que trouxeram o conceito de estratégias de ação local, em oposição à globalização e seus impactos; a outra diz respeito à descentralização, valorizando aspectos locais.

Pensar o atual modelo de desenvolvimento da sociedade é uma necessidade essencial, visto que o diálogo entre o mundo moderno e as sociedades locais acontecem, mas que não se percam culturas e valores locais. As sociedades não podem simplesmente aceitar a palavra desenvolvimento sem questionar, quando esta não valoriza os saberes locais. (ESCOBAR, 2007).

Para Oliveira (2002, p. 40), o desenvolvimento deve ser encarado como um “processo complexo de mudança e transformações” que atinge a ordem econômica, política, social e, principalmente, a humana. Afirma ainda, que desenvolvimento é sinônimo de crescimento, com os incrementos positivos no produto e na renda, sendo transformados para atender ao ser humano em suas necessidades básicas, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

Ainda em tempo, é importante salientar a diferenciação entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico. Giansanti (1998) entende o crescimento econômico num sentido mais estrito. De modo geral, a visão do autor restringe-se ao campo econômico, pois remete ao aumento da capacidade produtiva da economia, ou seja, o modo como acontece a produção de bens e serviços de um determinado país ou setor, o qual é definido essencialmente pelos índices de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*, aliado à força de trabalho, à efetiva produção nacional poupada e investida, bem como à condição do aperfeiçoamento tecnológico. O desenvolvimento econômico, na concepção do autor, vincula crescimento econômico à condição de melhoria dos padrões de vida de uma população e todas as consequências sociais que demandam desse processo, oportunizando o alcance do bem-estar social comum a todos, a posse de bens materiais e o aumento da capacidade de consumo dos indivíduos.

Por essa perspectiva, o desenvolvimento local precisa ser entendido como um caminho a ser percorrido a partir da união dos esforços, do pensar e desenvolver ações que sejam capazes de integrar, de apresentar uma comunicação eficaz, de fortalecer a cultura já existente e de descobrir novas identidades culturais resultantes das interações sociais, ambientais e educacionais. Nesse sentido, o poder de transformação parte da formação do saber consciente, que se reconhece pertencente à comunidade e, portanto, com responsabilidades sobre seu papel na trajetória a ser construída para o desenvolvimento, bem como da identificação dos fatores negativos como a degradação social, ambiental ou decorrente da informalidade, ou mesmo de processos violentos.

Para Sen e Kliskberg (2010), é importante entender as pessoas, seus valores e suas atitudes. Há quem apresente a cultura como único fator de desenvolvimento. Para os autores é preciso olhar muito além do BIP *per capita*. É preciso tomar outro caminho, com perspectivas mais amplas para descobrir como se consegue obter desenvolvimento, o que faz surgir a ideia de capital social. Eles destacam que existe atualmente quatro tipos de capital.

O primeiro deles seria o capital natural, cuja constituição se dá nos recursos naturais. O segundo capital é aquele construído pela sociedade e engloba as infraestruturas, tecnologia, capital financeiro, o capital comercial entre outros. O terceiro é o capital humano, representado pela condição de acesso e níveis de saúde e educação da população. O quarto é o capital social, representado aqui pelos níveis de confiança, relações de associatividade, a prática cívica e os valores éticos predominantes. Os autores acreditam que o capital social é de grande relevância para o desenvolvimento e para a democracia.

O capital social primeiramente se constrói através da cultura e da educação. Segundo os autores anteriormente citados, a ética e o capital social influenciam de modo muito ativo, potencializando ou deteriorando o capital social, permitindo o avanço da desigualdade social quando utilizados de modo errôneo.

Na maioria dos assentamentos urbanos do planeta, a desigualdade é um dos problemas mais contraditórios; o crescimento da riqueza, em oposição ao crescimento da pobreza, fator que torna perceptível a concentração de renda nas mãos de poucos. O equilíbrio entre sustentabilidade e a distribuição da riqueza produzida é crucial para a conquista de cidades mais sustentáveis.

Conforme Sandri (2018), para a CMMA, no relatório da ONU lançado em 1987, a pobreza generalizada já não é inevitável, é apenas um mal em si mesma; que para haver desenvolvimento é preciso atender às necessidades básicas de todos e dar aos indivíduos a oportunidade de realizar aspirações de uma vida. Afirma que o discurso está distante da demanda, pois o sentido do processo não nasce das proposições teóricas ecologistas, mas do acontecer dinâmico, dos problemas sentidos na cotidianidade e da busca de elementos de satisfação, das necessidades mais urgentes dos grupos e das coletividades. Sobre essa acepção, Carlos (2015, p. 62) traz que “A cidade, enquanto realização humana, é um fazer-se intenso, ininterrupto”.

Portanto, essa percepção precisa mostrar ações voltadas para as necessidades, a fim de que sejam alcançados objetivos de bem-estar para todos os habitantes, gerando assim desenvolvimento amplo, social, ambiental e cultural para uma vida com segurança não só no planeta, mas no principal palco da vida das pessoas, que são as cidades.

5.1.1 Desenvolvimento e Educação

A educação, sem dúvida nenhuma, é e continuará sendo a panaceia capaz de transformar a realidade social do agora e do futuro. É um todo essencial e inevitável que levará ao caminho do desenvolvimento. Acerca dessa premissa, ainda surgem indagações sobre de que educação se trata e qual o fim que esta deve alcançar. Entretanto, a UNESCO, na Conferência dos Estados Africanos sobre Desenvolvimento da Educação na África, ocorrido em 1961, assegura em seu relatório que a educação não deve objetivar a produção de mercadorias e serviços, deve sim, persuadir os indivíduos a fazerem melhor uso de seus conhecimentos e capacidades, de forma a desenvolver seus potenciais natos.

A educação poderia, portanto, ter valor, mesmo que não contribuísse em nada para o desenvolvimento econômico. A educação está catalogada entre os direitos humanos universais; é necessária para o completo desenvolvimento da personalidade humana, e se baseia no respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais.¹⁴

Certamente, torna-se imprescindível que o professor tenha consciência do seu papel e traduza a importância do respeito às generalidades da dignidade humana em seu fazer cotidiano, compreendendo as diferentes realidades locais vivenciadas. Muito mais que apenas habilidades técnicas e conhecimento, é necessário desenvolver um clima educacional que motive o conhecer para pensar a mudança, gerando atitudes coletivas.

Hanson e Brembeck (1969) acreditam que é preciso alimentar o espírito de inovação dentro das escolas. Como primeiro passo apresentam que a pesquisa, a experiência, a criação e a prova devem compor o cotidiano pedagógico; entender que imobilismo não gera progresso e sim, o que é novo e desafiador gera desenvolvimento. Em segundo plano, as escolas precisam permitir aventurar-se, dando margem ao risco e lançar-se a campo fazendo suas próprias pesquisas e constatações. E em terceiro, desenvolver atitudes saudáveis em relação ao trabalho, que propiciem produção assertiva ao executar as tarefas técnicas, sem resistência ao criar, desenvolver e mudar o que precisa ser mudado.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o desenvolvimento humano e social acontece quando as pessoas conseguem aumentar as potencialidades através das melhorias que lhes são proporcionadas quanto à educação, treinamento, acesso à saúde e habitação, meio ambiente e alimentação, onde o que decorre do desenvolvimento econômico oportuniza condição de vida melhor, acesso à informação e participação ativa nas políticas públicas (PNUD/IPEA/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/IBGE, 1998).

¹⁴ UNESCO. Relatório Final, Conferência dos Estados africanos sobre o Desenvolvimento da Educação na África, Adis-Abeba, 15-25, Maio 1961.

Do ponto de vista de Sen (2010), o desenvolvimento resulta do envolvimento das pessoas. Nesse processo, a perspectiva de liberdade deve estar no centro, para então acontecer a convergência dos fins e dos meios para alcance do desenvolvimento. Sob essa ótica, as pessoas precisam ser reconhecidas como parte ativa do processo, com oportunidades de discussão e conformação frente ao destino que a ela se abre. As pessoas necessitam ser vistas como agentes e não apenas beneficiárias passivas dos programas de desenvolvimento.

Silva (2016, p. 174) relata que o desenvolvimento precisa dialogar com os saberes locais. Esse diálogo é que poderá gerar compromisso com um projeto para o desenvolvimento. Pondera o autor, que recentemente questões importantes têm sido levantadas, como: “desenvolvimento do quê, para que e para quem?” Sustenta o autor que é preciso abarcar no projeto de desenvolvimento, as particularidades sociais, ambientais e culturais da localidade e fazer o diálogo para o desenvolvimento interagir diretamente com elas.

Seguindo essa linha de pensamento, Escobar (2007) assegura que é preciso inserir o conhecimento local e as relações dos indivíduos com o meio ambiente onde estão fixados, nos processos de intervenções na comunidade. Nesse viés, é possível entender a educação como meio, para que essa discussão e reconhecimento aconteçam a partir do conhecer e identificar-se localmente.

Kieckhöfer (2005) atribui importância às experiências de organizações e ações populares, que possibilitam definir conceitos a partir da história e cultura locais, desenvolvendo incentivos às dinâmicas sociais onde a própria comunidade potencializa recursos, forças e capacidades próprias, para buscar coletivamente o bem comum.

A construção do agora precisa projetar um futuro melhor. Nesse sentido, um processo didático sobre os ODS precisa acontecer para conjugar mudanças na vida cotidiana, numa ótica vivencial. O quadro abaixo apresenta quatro dimensões para o processo educativo que devem ser conhecidos pelos envolvidos do fazer pedagógico, alinhando aprendizagem ao cotidiano.

Quadro 3 - Dimensões da demanda como processo educativo

DIMENSÃO	DESCRIÇÃO
Sociopolítica	Participação popular que corresponde à democracia participativa, com base em que todo sujeito individual ou coletivo, empenhado na direção de sua própria vida, adquire poder político e, por conseguinte, participa da construção da sociedade civil.
Técnico-Científica	Cada participante no processo deve, para além de saber, saber fazer, conhecendo na prática os instrumentos adequados que levam a consecução das metas propostas.
Pedagógica	É um afazer que nasce na cotidianidade em quatro momentos diferenciados:

	<ul style="list-style-type: none"> a) Sentir a necessidade e perceber o problema; b) Objetiva a realidade para conhecê-la e atribuir-lhe significado; c) Analisar as causas e conseqüências; d) Propor os elementos de satisfação.
Espaço-Temporal	<p>Não há processo sem tempo. A educação é um processo consumidor de tempo e na Mediação Pedagógica insiste-se uma e outra vez em:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) “Saber esperar”, visto que o processo educativo implica ritmos diferentes que devem ser respeitados; b) “Não forçar ninguém”, pois não devemos confundir os propósitos institucionais com o fazer a partir da cotidianidade; c) “Não há pressa”, já que não interessa tanto a acumulação da informação e dos produtos programados, e sim os processos que se abrem à reflexão, inerente ao imprevisível.

Fonte: SANDRI (2018, p. 33).

Segundo Sen (2010), é preciso ver os indivíduos como seres que têm e sentem bem-estar, mas não se pode ficar apenas nesta concepção. É preciso ir além e compreender o papel da condição de agente e assim perceber as pessoas como responsáveis, seres capazes de optar pelo que querem e escolher agir de um modo ou de outro. “[...] temos de assumir a responsabilidade por fazer ou não fazer as coisas. Isso faz diferença” (SEN, 2010, p. 247).

Freire (2004) traz o pensamento convergente, quando afirma que precisamente ao reconhecer que podemos observar, comparar, avaliar, escolher, decidir, intervir, romper ou até mesmo optar, crescemos e passamos a ser éticos com probabilidade e possibilidade de discutir essa ética, sem a transgressão com direito. Possibilidade de descruzar os braços e lutar.

Para Morin (2007), existem sete saberes “fundamentais”, que a educação do futuro deveria desenvolver em toda a sociedade e em toda cultura, sem exclusividade nem qualquer tipo de rejeição, segundo modelos e regras próprias locais. O professor tem um papel extremamente importante neste processo. O pensamento de Edgar Morin vincula-se à Agenda 2030, possibilitando diálogo de seus estudos com o roteiro das Nações Unidas e seus estados membros. Torna visível e destaca a importância da Agenda 2030, explicitando a quebra de paradigmas e atitudes de mudança que devem guiar o pensamento e as ações dos indivíduos, para enfrentar os desafios e alcançar o sucesso.

Sob essa perspectiva, o propósito, o conhecimento de fatores e de recursos disponíveis podem propiciar uma promoção social, econômica e cultural. Juntos, a interação desses fatores aliados ao processo educacional, comunidade, órgãos governamentais, não governamentais e privados, podem aproveitar os recursos da região onde estão inseridos, buscando meios de identificar as prioridades, valorizando-as e transformando-a sem ações para melhorar a condição de vida das pessoas. São relações sociais que partem do individual para o coletivo, o pensar de toda uma comunidade.

Ainda trazendo a visão de Morin (2007), existe uma quantidade de fontes e causas de erros e de ilusão múltiplas e renovadas que constantemente produzem a incerteza do conhecimento. Cabe destacar que em qualquer educação existe a possibilidade de grandes indagações sobre como conhecer realmente as coisas. Assim, o autor destaca que é quando essas indagações vêm à tona, que acontece o despertar para o conhecimento, proporcionando uma verdadeira aventura no processo de formação da estrutura do conhecimento, e para isso a educação é indispensável. “O conhecimento do conhecimento, que comporta a integração do conhecedor em seu conhecimento, deve ser para a educação, um princípio e uma necessidade permanente” (MORIN 2007, p. 31). O cenário ideal para iniciar esse processo de reconhecimento e de construção a partir da teoria, alinhado à prática, deveria ser o âmbito educacional, onde é permitido ao indivíduo aprendiz, errar e refazer para acertar.

Quadro 4 – Os sete saberes necessários à Educação do futuro, segundo Edgar Morin

I- As cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão

Trata-se de armar cada mente no combate vital rumo à lucidez. É preciso, segundo o autor, introduzir e desenvolver na educação o conhecimento das características, mentais, culturais dos conhecimentos humanos, processos e modalidades, das disposições psíquicas e culturais que conduzem ao erro ou à ilusão.

II- Os princípios do conhecimento pertinente

A necessidade de promover o conhecimento capaz de aprender problemas globais e fundamentais para neles inserir os conhecimentos parciais e locais, é ignorado. É preciso ensinar os métodos que facilitam as relações mútuas e as influências recíprocas entre as partes e o todo, em um mundo complexo.

III- Ensinar a condição humana

O ser humano é um todo formado pelo físico, biológico, psíquico, cultural, social, histórico. A educação por disciplinas, torna impossível aprender o que significa ser humano. O modo de ensinar precisa ser reestruturado para que cada um tome conhecimento e consciência da identidade complexa de “ser humano”.

IV- Ensinar a identidade terrena

O conhecimento dos desenvolvimentos da era planetária e o reconhecimento da identidade é indispensável ao indivíduo e ao grupo, o que é um dos principais objetos da educação. Todas as partes do mundo se tornam solidárias, sem, ocultar as opressões e a dominação que devastaram a humanidade. Precisa-se mostrar o complexo de crise planetária, fazendo todos se perceberem diante dos mesmos problemas de vida e de morte e que partilham um destino comum.

V- Enfrentar as incertezas

Ensinar estratégias que permitem enfrentar os imprevistos, o inesperado e a incerteza, para se reconstruir em virtude das informações adquiridas em busca do desenvolvimento. Aprender a trabalhar as incertezas em busca da acertividade. É necessário que todos os profissionais da educação, constituam a vanguarda ante as incertezas de nossos tempos.

VI- Ensinar a compreensão

A compreensão é fundamental para comunicação humana. Todos os sentidos são necessários para compreensão do planeta. Desenvolver compreensão exige mudança de mentalidade e deve ser a obra para a educação do futuro. A compreensão recíproca dos seres humanos será vital para vencer as adversidades. Uma das bases mais seguras da educação para a paz é a empatia.

VII- A ética do gênero humano

Não pode ser ensinada por meio de lição de moral. É preciso formar mentes com base na consciência do que é humano, sendo ao mesmo tempo indivíduo, parte da sociedade e parte da espécie. Surge duas finalidades ético-políticas do novo milênio: estabelecer uma relação mútua entre a sociedade e os indivíduos pela democracia e conceber a Humanidade como comunidade planetária. A educação deve permitir que esta consciência se traduza em vontade de realizar a cidadania terrena.

A educação deve atender às necessidades sociais das sociedades em transformação, buscando produzir um grande impacto na realidade local e na vida de cada indivíduo, oportunizando mudanças pessoais positivas e progressivas. Deve-se levar em conta os obstáculos e desafios, com o foco nos estímulos à essa transformação, que na realidade é estrutural, buscando relacionar esta estrutura com os padrões de ação e os objetivos de vida que a escola pode construir, ou seja, o ensino e a aprendizagem se realizam com mais avidez quando se reconhece a cultura. Quando acontecem rupturas sociais, tornando difícil essa relação, o ensino é prejudicado.

A perspectiva educacional e o alcance que esta efetivamente tem, é o mais importante instrumento concebido pelo homem capaz de desenvolver seu próprio progresso, porém nem todos conseguem perceber a educação dessa forma, mas todas as sociedades se utilizam dela. Ao longo da história da humanidade, percebe-se que nações que apenas utilizaram a educação para manter os conhecimentos já existentes, foram destroçadas pois não reconheceram as forças do tempo e não conseguiram se movimentar para acompanhar as transformações. Nações dinâmicas, “exigem mais do que isto de sua educação: exigem um sistema educacional que tome a liderança, modelando um futuro que assegure vida melhor para todos” (HANSON E BREMBECK 1969, p. 56).

Souza (2008) aponta que da mesma forma que o conjunto do capital social assegura o desenvolvimento das nações, a educação com qualidade dá consistência e vitalidade a esse capital social, impulsionando a prosperidade. Este afirma que antes de pensar em desenvolvimento de longo prazo para o Brasil, será necessário “assegurar às novas gerações deste país, oportunidade de acesso à escola, bem como de atingir níveis de escolaridade, numa formação de qualidade e pertinência” (SOUZA 2008, p.19).

De acordo com Hanson e Brembeck (1969, p. 259), precisamos de professores capazes de realizar a transformação cultural, cujo olhar alcance todos os lados e em diferentes direções e, desta forma, saber olhar para traz, administrar o presente pensando no futuro. Uma cultura dinâmica não pode descuidar-se dessas três visões, com as quais o professor deverá estar intimamente identificado.

É preciso sentir-se pertencente ao local onde se vive, pensar e planejar o desenvolvimento que se quer alcançar e isso inclui a comunidade escolar que conhece o potencial e as peculiaridades da realidade local onde está inserida.

Entende-se que pensar o município de forma diferente, de modo globalizado sim, mas com as bases locais bem reconhecidas e delimitadas constitui uma necessidade, para identificação dos indicadores locais e potencialidades que oportunizem o crescimento e o desenvolvimento humano capaz, então, de fazer acontecer os desenvolvimentos econômico e sustentável. Nesta perspectiva, é possível trazer novamente Paulo Freire, pois seu trabalho em prol da educação não só destaca eficiência na alfabetização, mas também busca alertar o professor para realizar uma educação capaz de desenvolver a consciência.

A sociedade do século XXI já percebe que será necessário alcançar uma educação humanizada, que abra caminhos ao indivíduo e torne-o consciente da sua presença no mundo, considerando “A maneira como atuam e pensam quando desenvolvem todas as suas capacidades, tomando em consideração as suas necessidades, mas também as necessidades e aspirações dos outros” (FREIRE & BETTO, 1985, p. 14-15).

Para construir uma nova realidade a partir da vivência local, implementando os ODS no município, sem dúvida nenhuma o processo educacional é uma porta e um aliado promissor na construção dos saberes e das ações efetivas, rumo à transformação social e ao desenvolvimento.

5.1.2 Educação inclusiva, equitativa e de qualidade – ODS 4

Um importante canal para promover a transformação local, sem dúvida alguma, é a educação, cujo potencial pode erradicar a pobreza, oportunizar mudanças na vida das pessoas e também disseminar avanços em relação aos ODS, pois impulsiona todos os demais objetivos.

Ao pensar a cidade sob a perspectiva educacional, busca-se o alcance dos ODS no PPP das escolas municipais em Dianópolis-TO, na perspectiva da construção do caminho para a aceleração da sua implantação, sob a visão teórica de cidades sustentáveis. Para tanto, a fim de ampliar a visão acerca dessa aceleração, é pertinente trazer ao contexto estudado, as metas brasileiras relacionadas ao ODS 4, que tratam da qualidade da educação.

Esses ODS buscam assegurar a educação inclusiva, equitativa de qualidade, promovendo oportunidade para todos os indivíduos, ao longo de suas vidas. É imprescindível aplicar esforços que culminem na educação de qualidade, capaz de transformar a realidade no âmbito local e global.

Visando desenvolver a educação, de forma que atinja os níveis desejados, foram traçadas dez metas que vão desde a educação infantil até o ensino superior. A educação no Brasil é vista como um problema sério e urgente a ser resolvido. Constantemente são expostas nos meios de comunicação a situação precária de muitas escolas do país, com relação à infraestrutura, qualificação dos professores, condições de trabalhos e de apoio pedagógico para o ofício de ensinar, sem falar na falta do reconhecimento social, valorização salarial da profissão, transporte para o acesso escolar.

Alguns instrumentos são fundamentais e servem de apoio para as ações voltadas ao alcance do ODS 4. O PNE com vigência de dez anos (2014 a 2024) é um deles, sendo considerado o principal apoio ao ODS 4. Tem caráter decenal determinado pela constituição e possui vinculação de recursos para o custeio. Importante dizer que se sobrepõe ao PPA e ainda por força de lei, exerce a função de articular o Sistema Nacional de Educação (SNE) (CADERNO ODS 4, IPEA, 2019).

No Brasil, o PNE contempla sete das dez metas relacionadas ao ODS 4, que se encaixam perfeitamente no contexto escolar, desde que aplicadas em conformação com a realidade local, e a inclusão na BNCC prevê parâmetros para todos os alunos do país.

A adequação das propostas da ONU nas metas, ajustadas à realidade local, poderá trazer melhores resultados a curto, médio ou longo prazo. O descumprimento dessa norma representa inobservância à Agenda 2030.

Quadro 5 - Proposta de adequação brasileira das metas do ODS 4 – Educação de qualidade

ODS 4	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
Meta 4.1	Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundamental e médio, equitativo e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes.
Meta 4.2	Até 2030, assegurar a todos os meninos e meninas o desenvolvimento integral na primeira infância, acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o ensino fundamental.
Meta 4.3	Até 2030, assegurar a equidade (gênero, raça, renda, território e outros) de acesso e permanência à educação profissional e à educação superior de qualidade, de forma gratuita ou a preços acessíveis.
Meta 4.4	Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
Meta 4.5	Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade.
Meta 4.6	Até 2030, garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, tendo adquiridos os conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática.

Meta 4.7	Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.
Meta 4.A	Ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiência e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.
Meta 4.B	Até 2030, ampliar em 50% o número de vagas efetivamente preenchidas por alunos dos países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, tais como os países africanos de língua portuguesa e países latino-americanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos no Brasil.
Meta 4.C	Até 2030, assegurar que todos os professores da educação básica tenham formação específica na área de conhecimento em que atuam, promovendo a oferta de formação continuada, em regime de colaboração entre União, estados e municípios, inclusive por meio de cooperação internacional.

Fonte: IPEA – 2018. Elaborado pela autora.

O quadro acima traz as metas conforme a proposta de adequação para efetivação da Agenda 2030 no Brasil. Poucos países realizaram o processo de adequação, o qual oferece um instrumento que orienta a territorialização dos ODS. Vale ressaltar que os ODS e seus 17 objetivos têm suas metas integradas, que implicam em ações complementares nos aspectos econômicos, sociais, ambientais e níveis de governo.

Segundo o IPEA (2018)¹⁵, as metas podem ser de ordem finalística, cujo objeto relaciona-se diretamente para o alcance do ODS 4 e podem ser da ordem de implementação, que se referem na Agenda 2030 como recursos humanos, financeiros, tecnológicos e de governança, para o alcance dos ODS. As questões de governança, constituem-se em arranjos institucionais e ferramentas, tais como legislação, planos, políticas públicas e programas de governo. O ODS 4 traz conceitos importantes relacionados a cada meta, pertinentes ao estudo para contextualização complementar.

Quanto à diferença entre resultados de aprendizagem satisfatórios e resultados de aprendizagem relevantes, o primeiro tem seu referencial nas escalas de proficiência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o segundo refere-se as competências e habilidades demandadas para a inserção social e produtiva do indivíduo.¹⁶

¹⁵ IPEA. **ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33895&Itemid=433>. Acesso em 25 nov. 2019.

¹⁶ (idem, p. 112)

O desenvolvimento integral, está ligado à compreensão de que a educação, enquanto processo de formação, deve propiciar o desenvolvimento dos indivíduos nas múltiplas dimensões, ou seja, física, intelectual, social, emocional e simbólica.¹⁷

A educação de qualidade é entendida como fenômeno complexo, abordada a partir de várias perspectivas que assegurem dimensões comuns. Deve envolver a relação entre os recursos materiais e humanos, dentro das relações que ocorrem na escola e na sala de aula, o processo ensino aprendizagem, currículos, expectativas quanto a aprendizagem e a aprendizagem alcançada pelas crianças¹⁸.

Competências necessárias, segundo IPEA (2018, p. 117), referem-se ao conjunto de habilidades harmonicamente desenvolvidas, que podem ser adequadas à função ou profissão específica. Já o empreendedorismo diz respeito à capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços e negócios, assim como à iniciativa de implementar novos negócios, novos rumos e alterações que envolvem inovação e riscos.¹⁹

Educação para o desenvolvimento sustentável segundo a UNESCO (2002), é um conceito amplo e dinâmico que compreende uma nova visão da educação que busca empoderar pessoas de todas as idades para assumir a responsabilidade de criar e desfrutar um futuro sustentável.²⁰

Cidadania global do ponto de vista da UNESCO (2016), refere-se ao sentimento de pertencer a uma comunidade mais ampla e a uma humanidade comum. Enfatiza a interdependência e a interconexão política, econômica, social e cultural entre os níveis local, nacional e global.²¹

5.1.3 ODS 4 - o retrato no Brasil

O ensino no Brasil vem sofrendo com as crises enfrentadas pela sociedade. São questões como a baixa qualidade desse ensino, despreparo de muitos profissionais da área, a valorização salarial além da violência em diversos setores, inclusive dentro das escolas,

¹⁷ Centro de Referências em Educação Integral. Disponível em: <https://goo.gl/TNGWy3>. Acesso em: 25 nov. 2019.

¹⁸ UNESCO (2003) *apud* IPEA (2018, p. 116)

¹⁹ IPEA. **ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33895&Itemid=433 >. Acesso em 25 nov. 2019. (p. 118)

²⁰ UNESCO (2002) *apud* IPEA (2018, p. 123)

²¹ UNESCO. **Educação para a cidadania global: tópicos e objetivos de aprendizagem**. -- Brasília : UNESCO, 2016. 73 p. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unesco/unesco_educacao_para_a_cidadania_global.pdf. Acesso em 25 de nov. 2019.

evasão, a infraestrutura precária para citar alguns dos inúmeros problemas que permeiam as mais variadas situações que envolve a educação no país.

Para alcançar êxitos na educação, não basta apontar a imperfeição, é preciso analisar as práticas, encontrar as falhas e reorganizar as estratégias para melhorar a qualidade de ensino e construir a evolução a partir do indivíduo.

O IPEA produziu uma análise sobre o ODS 4, intitulada “Relatório Caderno ODS 4, O que mostra o retrato do Brasil?” (IPEA, 2019), o qual apresenta dados e resultados de indicadores levantados nos anos de 2016 e 2017.

O Grupo de Trabalho da Sociedade Civil (GTSC) para a Agenda 2030, produziu o III Relatório Luz (2019), trazendo dados sobre a realidade de cada meta do ODS 4 no Brasil. O referido grupo foi instituído em setembro de 2014, é formado por organizações não governamentais, movimentos sociais, fóruns e fundações brasileiras e atua na promoção e monitoramento da Agenda 2030.

Ambos os relatórios expõem uma série de inobservâncias que afetam negativamente o alcance das metas do ODS 4. Ressalta-se que o III Relatório Luz (2019) é enfático ao afirmar que o desafio não é pequeno e os dados levantados são altamente expressivos. O número de pessoas vivendo em extrema pobreza no Brasil atinge a cota de 15 milhões, 55 milhões de pobres, 34 milhões de pessoas ainda não tem acesso ao sistema de água tratada, aproximadamente 100 milhões não são servidos pela coleta de esgoto e 660 mil domicílios sem os benefícios da energia elétrica. Outra informação alarmante apontada pelo relatório trata-se da liberação recente de 239 tipos novos de agrotóxicos que poderão impactar fortemente mais de 50% da condição da flora e campo, podendo afetar a saúde dos indivíduos.

Segundo este relatório, o Brasil vem se afastando, cada vez mais, da conquista de um futuro sustentável e que será necessária uma grande mobilização de instituições fiscalizadoras, além de alinhamentos de ordem dos governos locais no alcance dos ODS. Somente instituições fortes, governos locais e o parlamento podem ter a força necessária para implementação e institucionalização dos ODS, buscando um desenvolvimento centrado nas pessoas, no meio ambiente e no desenvolvimento econômico. Assim, das metas e estratégias que foram estipuladas para 2015, apenas 30% delas tiveram avanço. O sucesso não aconteceu, pois não foram cumpridas na integralidade, sem representatividade de avanços significativos para o ano de 2019.

Os referidos institutos fazem colocações importantes em seus relatórios, referentes a cada uma das metas relacionadas à educação. No texto que segue, destacam-se algumas dessas considerações²².

Em 2017, um quarto dos jovens não chegaram a concluir o ensino fundamental na idade esperada e a efetivação do ensino em tempo integral é um desafio importante a ser alcançado.

Quanto à Educação Infantil, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), desde os anos de 2014 a 2017, a taxa de escolarização cresceu apenas 4%. No entanto, seria necessário um crescimento de 11% para alcance total da meta até 2024. É preciso garantir vagas para 2,3 milhões de crianças de 0 a 5 anos que não frequentaram a escola em 2017.

O PNE prevê a triplicação de vagas para educação profissional técnica de Ensino Médio, mas essa meta também não será alcançada, assim como, o acesso ao ensino superior que ainda é bastante baixo e distante dos 40% indicados no PNE até 2024. Ainda existem enormes desigualdades de acesso ao ensino superior, apesar dos programas federais.

O analfabetismo funcional é um enorme desafio e precisa ser reduzido em 15% até 2024, data limite do PNE. Não há uma política estruturada para este público.

Outro ponto que não pode passar despercebido é a existência do projeto “Escola Sem Partido”, uma iniciativa que procura proibir os profissionais da educação de abordarem em sala de aula, temas como democracia, igualdade racial, igualdade e identidade de gênero. Este projeto vai contra o que indica o Comitê de Direitos da Criança da ONU; da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA); de Estados Nacionais, através da Revisão Periódica Universal (RPU) da ONU; e do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos. Não há indicadores oficiais para acompanhar a meta 4.5, assim como também não há para o acompanhamento de grupos em situação de vulnerabilidade, pessoas com deficiência, itinerantes ou mesmo jovens com medidas sócio-educativas. Todavia, é possível acompanhar as desigualdades no acesso, permanência e no êxito das etapas do processo de ensino, no que tange ao gênero, raça, renda e região.

Várias ações ameaçam sensivelmente a meta 4.7, entre elas a extinção de órgãos diretamente ligados à educação em direitos humanos. Isso representa o descompromisso com

²² III Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 (2019, p. 21-24) e Caderno ODS 4 (IPEA, 2019).

as políticas e ações voltadas para o enfrentamento do racismo e do sexismo, para a educação no campo, educação ambiental, educação de pessoas encarceradas, educação de jovens e adultos, entre outros. Também não existem indicadores para aferir se essa meta está em execução.

Quanto à infraestrutura básica das escolas, esta é muito desigual, mesmo algumas recebendo o mesmo valor em repasse financeiro e insumos, porém em alguns lugares funciona bem e em outros não. O problema é pior na região norte, cujo abastecimento de água atinge apenas 65,8% dessas escolas, sendo que 17,4% possuem poço artesiano; cacimba, poço ou cisterna (11,9%); ou ainda diretamente por rios, córregos ou outros canais (6,2%). Em 10% delas não há água, energia ou esgoto. Nas escolas de educação infantil, 61,1% têm banheiro adequado e apenas 33,9% contam com berçário.

Em 2017 foi lançada a Política Nacional de Formação de Professores, porém não houve diálogo com as Instituições de Ensino Superior (IES), nem com os profissionais da educação básica, o que poderia vir a contribuir muito na identificação de atualizações específicas, de acordo com as diferentes realidades sociais e locais.

Os relatórios são contundentes em afirmar que muito precisará ser pensado e planejado junto ao sistema educacional, em busca da qualidade e no alcance das metas da Agenda 2030 em todo país. As questões referentes a infraestrutura, atendimento, permanência e qualidade são desafiadoras e demandarão esforços conjuntos.

Contudo, ainda assim, é na escola, no período de estudos que poderá ser traçado o caminho de formação necessária para implantação, entendimento e implementação de ações para transformar a realidade individual, e conseqüentemente coletiva, no alcance do desenvolvimento local.

Sousa e Friesleben (2018, p.165) asseguram que “os grandes protagonistas desse processo são os atores locais, na formulação de estratégias, tomada de decisões econômicas e em sua implementação, pois o desenvolvimento regional é o conjunto dos diferentes desenvolvimentos locais[...]”. Os autores dizem que o acesso ao conhecimento proporciona ao indivíduo, melhoria na renda, o alcance a uma qualidade de vida desejada e conseqüentemente fortalece o crescimento da nação, mesmo de modo lento e com ajustes necessários. Sob este parâmetro, a comunidade local tem um papel fundamental na promoção e sucesso de qualquer reforma implementada para educação quando compreende e assume a responsabilidade individual ao seu próprio desenvolvimento, o que afetará, por conseqüência, o desenvolvimento coletivo.

Muito terá de ser feito para conseguir alcançar as metas previstas para 2030, no alcance do desenvolvimento sustentável, a partir da consciência e reconhecimento do papel de cada um no processo. Uma trajetória que mesmo lenta, urge ser iniciada, cujo ambiente educacional é o campo ideal para promover a mobilização e disseminar esta prática.

5.1.4 Um novo normal e os impactos causados ao ODS 4

Atualmente o planeta experimenta uma normativa social diferente, praticar o isolamento social. Novos comportamentos e atitudes foram necessários para enfrentar uma doença altamente contagiosa, causada por um vírus da família do coronavírus (SARS-CoV-2), que teve seus primeiros registros no final do segundo semestre de 2019 na China, alastrando-se rapidamente pelo mundo, alcançando o status de pandemia.

Morin (2007) afirma que o novo brota sem parar, e que quando isso acontece é preciso fazer uma revisão nas teorias e nas ideias pois, o inesperado sempre surpreende abalando as concepções mais seguras que o indivíduo possui, as quais são muito resistentes ao novo e não percebem que este novo sempre vem. Para o autor, não é prever como se apresentará algo inusitado, mas sim, estar preparado para “esperar o inesperado” (MORIN 2007, p. 30).

A sociedade brasileira ao longo dos anos vem enfrentado várias crises políticas, econômicas e ambientais, e agora soma-se a pandemia da Covid-19 que transformou a realidade social profundamente, a partir de março de 2020. Evidenciou-se os problemas sociais enfrentados pelos países em desenvolvimento e os mais pobres, afetando e alterando, significativamente, o alcance das metas da Agenda 2030, não só no Brasil como em outros países.

As escolas estão oferecendo ensino remoto e cada instituição busca se adequar às necessidades e realidades de sua clientela educacional. Apesar de todo esforço, existe uma lacuna que se observa neste período de pandemia, entre o ensino produzido pelas escolas particulares e o realizado pelas escolas públicas.

Porém é necessário registrar as diferenças e desigualdades que se observam e impedem uma educação de eficiência. Fatores como acesso e qualidade do sinal para internet, aparelhos de celular que possuam as características necessárias para acompanhar e reproduzir as aulas, o grau de instrução escolar dos familiares, alunos em zona rural entre outros, tem contribuído para que neste ano de 2020 os índices e metas sejam afetados negativamente.

Este período de tempo passa a ser conhecido como “novo normal”. O enfrentamento da pandemia tem gerado incertezas diante da crise já vivida pelo país com relação à saúde pública, educação e em relação à estabilidade econômica. Os efeitos relacionados à pandemia e ao isolamento social estão ainda longe de serem resolvidos, embora haja países com autorização emergencial para uso das vacinas desenvolvidas.

Entretanto, o que já se observa é que novos hábitos e maneiras de integrar na e com a sociedade deverão ser mantidos, pois mesmo com a vacinação em massa, os cuidados pessoais e de prevenção permanecerão por um algum tempo. Questões relacionadas à resiliência, reinvenção social, iniciativas empreendedoras e domínio de tecnologias disponíveis serão determinantes para retomada ao desenvolvimento econômico, social e educacional.

Diante de tão grave problema que se mostra ainda longe de ser totalmente vencido, será preciso uma ruptura com o que já se conhecia e partir para reconstrução. Na área educacional não será diferente e urge reinventar novos caminhos, a fim de fortalecer as políticas públicas com o desenvolvimento de ações capazes de envolver a todas as esferas e camadas sociais, restabelecendo a retomada do aprendizado e do crescimento, sem deixar ninguém para trás.

Porém, uma coisa parece ser certa, em meio a tanto caos, cabe a cada indivíduo fazer sua parte, tomar e vestir-se de cidadania para acontecer a marcha rumo a comunicação e novas aprendizagens fundamentais para incorporar saberes. Para as questões educacionais, a quebra de paradigmas referentes ao fazer pedagógico e da aplicação de novas tecnologias a serviço da educação, serão parte fundamental para atingir o futuro que queremos.

Nesse sentido, Morin (2007) contribui afirmando que no século XXI, para acontecer a base na construção do progresso, os indivíduos precisam deixar de ser brinquedos inconscientes tanto de suas ideias, quanto de suas mentiras. “O dever principal da educação é de armar cada um para o combate vital para a lucidez” (MORIN 2007, p.33). A educação necessita dessa lucidez. A publicação do IV Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030, recentemente ocorrido (agosto/2020), traz o retrato de uma realidade extremamente desafiadora, não só a nível de Brasil, mas globalmente.

O referido relatório assevera que o Brasil está se distanciando cada vez mais de alcançar uma educação de qualidade e pode até ocorrer retrocessos na oferta de educação pública, gratuita, de qualidade. Diz que o ODS 4 - educação de qualidade, tem nas metas 4.1, 4.2, 4.3, e 4C um progresso insuficiente, apresentando desenvolvimento lento, muito aquém

do necessário para implementação efetiva e que as metas 4.4, 4.6, 4.7, e 4B apresentam retrocesso devido às políticas ou ações para alcance das metas terem sido interrompidas, mudadas ou sofreram esvaziamento quanto ao orçamento. Estão em situação de estagnação as metas 4.5 e 4A, pois não houve indicadores de avanço ou retrocesso significativos, estatisticamente.

5.2 Projeto Político-Pedagógico alinhado ao desenvolvimento local

O Projeto Político Pedagógico segue preceitos expressos na Carta Magna de 1988, Seção I, Art. 206, inciso VI e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, que em seu artigo 12 estabelece as incumbências dos estabelecimentos de ensino, que estão determinadas no inciso I, “elaborar e executar sua proposta pedagógica” e no inciso VI, “articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola”. Também o artigo 14 da dessa mesma lei delibera que sejam definidas as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as peculiaridades e segundo os princípios, determinando em seus incisos I e II que haja participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Pode-se encontrar esses preceitos na Lei nº 13.005/2014, que aprova o PNE; na Resolução nº 004/2019, de 13 de fevereiro de 2019 do Conselho Estadual de Educação do Tocantins (CEE); na Lei do Sistema Estadual de Educação do Tocantins nº 2.139, de 03 de setembro de 2009; e em legislação esparsa como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Este projeto da escola, recebe denominações diferentes conforme as instituições assim denominarem: Proposta Curricular Escolar, Projeto Pedagógico, Projeto Educativo, Proposta Educacional são algumas das expressões mais usadas, porém, a denominação de Projeto Político Pedagógico traz na sua expressão significados que qualificam a sua existência e efetividade. *Projeto* por que traz o pensar, as ideias, os anseios da coletividade, para então iniciar a transformação social a partir do conhecimento. *Político*, pois tem todo um histórico, crenças, cultura, visão local e de mundo, referencial teórico ligado à educação e à democracia, intenções e objetos a serem transformados. Por fim, *Pedagógico* porque, essencialmente, é um processo educacional e coletivo, visando à construção do conhecimento e a transformação social.

Deve ser resultado de uma construção participativa que amplie o senso de pertencimento a todos os envolvidos da comunidade escolar, a fim de garantir que a realidade local esteja presente, a partir da busca de novas práticas, atitudes e novas formas de fazer o cotidiano escolar. A importância da construção do PPP está na possibilidade de trazer a realidade social, cultural, ambiental e econômica da comunidade local para dentro da escola e assim, traçar as metas, adequar as ferramentas que tanto o gestor escolar na posição de líder como professores enquanto executores, possam utilizar.

Sob esse prisma é um instrumento norteador, elaborado pela instituição escolar, que nele traz expressas as atividades pedagógicas realizadas pelas escolas, visando uma educação e gestão democrática, inserindo neste contexto toda a comunidade interna e externa. As escolas da rede municipal de Dianópolis-TO, anualmente formulam ou reestruturam os seus PPP, alinhando a formação continuada aos planos de aula e a aprendizagem dos alunos. Todas as escolas possuem seu regimento aprovado pela Secretaria Municipal de Educação de Dianópolis (SEMED).

Assim, o PPP é percebido como um documento central, que fortalece a identidade da unidade escolar, bem como esclarece a organização e define os objetivos a serem alcançados, estabelecendo ações e estratégias para o sucesso do ensino e do ano escolar, por meio de trabalho coletivo, cuja base se assenta na realidade da unidade escolar e, conseqüentemente, da comunidade local a que pertence.

O documento permite que sejam reconhecidas as especificidades locais, a fim de construir identidade e cumprir a função social, buscando aliar o conceitual ao operacional para o alcance dos objetivos propostos, que necessariamente requer a participação de todos.

Segundo orientações da Secretaria de Educação, Juventude e Esporte –TO (SEDUC-TO, 2019) o documento exige o debruçar sobre as reais finalidades da instituição escolar, compreender os anseios locais, demandas necessárias, o que se quer alcançar a partir da escola e da educação, metas e finalidade construídas de modo intencional e sistêmico, permitindo conhecer o caminho a ser percorrido. Pode-se intervir, quando necessário, corrigindo ou adaptando sempre para o bem comum.

Assim, o Projeto Escolar é Político quando busca assumir compromisso com a formação do cidadão para o tipo de sociedade que se almeja construir. É Projeto Escolar Pedagógico porque possibilita que a escola defina intencionalidades capazes de efetivar ações educativas, para atingir propósitos não só de formação, mas de transformação, sem esquecer que os termos político e pedagógico são indissociáveis.

A construção do PPP favorece à UE, levantar uma base de dados quantitativos referentes à frequência, média de aprendizado, taxas de transferência, abandono, reprovação e média em avaliações internas e externas. É onde está descrito o contexto histórico, socioeconômico, cultural e demográfico de toda comunidade escolar, os quais permitem fazer um diagnóstico que se aproxima consideravelmente da realidade local, e que facilita a propositura de ações pedagógicas que melhor atendam aos objetivos sóciopolíticos. A partir da oportunidade de construir essa identidade e fortalecer o sentimento de pertencimento, é que pode fazer nascer do PPP a transformação social, surgir um caminho para o desenvolvimento regional e para a educação que queremos.

FREIRE (2009, p. 35) considera que para mudar a cara da escola será necessário “ouvir meninos e meninas, sociedade de bairros, pais, mães, diretores de escolas, delegados de ensino, professores, supervisores, comunidade científica, zeladores[...]” e o PPP é instrumento eficaz que possibilita à escola planejar, executar, acompanhar e avaliar suas ações; buscar recursos financeiros e insumos; envolver e estimular pessoas a pensarem possíveis soluções para os problemas locais, além de desenvolver o senso de responsabilidade e de pertencimento em cada indivíduo integrado nesse processo.

Para tanto, conforme orientações da SEDUC-TO (2019), alguns princípios deverão ser observados na elaboração do PPP pelas UEs: gestão democrática, autonomia, relação entre escola e comunidade, valorização dos profissionais da escola, democratização, acesso e permanência com sucesso do aluno na escola, qualidade de ensino para todas as escolas, organização curricular, dimensão pedagógica, administrativa, financeira e jurídica.

Para a efetivação do PPP, considera-se três movimentos básicos. Primeiro o Ato Situacional, delineado para compreender e entender toda a movimentação interna da escola, por meio da realização de um diagnóstico capaz de identificar os conflitos e contradições, bem como o que prioritariamente precisa ser resolvido. Segundo, o Ato Conceitual, no qual importa que a escola leve para discussão a educação, a realidade da sociedade atual, a posição do homem frente ao que se apresenta, o currículo, o processo ensino aprendizagem, os meios de avaliação, destacando-se as prioridades que devem ser trabalhadas diante da realidade vivenciada na escola e na comunidade, constatadas no Ato Situacional. E terceiro, o Ato Operacional que dará o direcionamento das ações que provocarão a mudança da realidade da UE e de sua comunidade, constituindo-se em metas e objetivos que implicarão na tomada de decisão para implementar as ações (SEDUC-TO, 2019).

Sob esta concepção, pode-se buscar alinhar as três dimensões conceituais básicas – cognitiva, socioemocional e comportamental – que a Educação para Cidadania Global (ECG), da UNESCO (2016) apresenta. A dimensão cognitiva é aquela que implica em adquirir conhecimentos, compreender e desenvolver pensamento crítico sobre questões globais, nacionais, regionais e locais, bem como a inter-relação e interdependência de grupos humanos e países diferentes. Na dimensão socioemocional propõe-se desenvolver o sentimento de pertencimento, de integração com a comunidade local e global compartilhando valores, de respeito à diversidade, de empatia e de responsabilidade. E, por fim, a dimensão comportamental, que diz respeito ao envolvimento e atuação com responsabilidade, não só nas questões locais, mas também globalmente, buscando assim um mundo mais pacífico e sustentável.

Quanto à articulação entre o PPP e os programas e ações da SEDUC (2019), o MEC preconiza que a escola, ao elaborar o plano de ação, deve estabelecer a finalidade e o papel social da escola. Será preciso definir o perfil de indivíduo que se quer formar para atuar na sociedade, selecionando para isso quais os conhecimentos mais relevantes que precisarão ser trabalhados (conteúdos, métodos e tecnologias). Acompanhamento e avaliação serão fundamentais para envolver toda comunidade escolar no processo, assim como elaborar ações realmente relevantes que possam garantir resultados positivos, além de mudança de atitude. Paralelamente, torna-se necessária a valorização do conhecimento e do trabalho interdisciplinar do professor na prática pedagógica, sem esquecer de oferecer as condições de trabalho e de aperfeiçoamento profissional, a fim de que as metas propostas sejam alcançadas.

A construção do PPP, dentro de uma perspectiva educacional dos saberes necessários à prática educativa, proporciona à UE um instrumento facilitador de mudança no dia a dia, a partir da discussão coletiva para definir propostas e traçar caminhos para alcance das metas. Cada indivíduo pode trazer seus saberes e contribuir para a construção do projeto escolar (FREIRE, 2004). Porém, neste processo de construção, é imprescindível observar as complexas exigências de cada esfera de governo envolvida, posto que as normas e diretrizes impostas devem ser atendidas, além de alinhar ações com as necessidades da comunidade escolar. Sabe-se que a escola não trabalha sozinha e isso requer dela a plena consciência do seu papel no contexto regional, cuja expectativa é de promoção social da comunidade, unindo as questões pedagógicas necessárias ao conhecimento às questões administrativas e políticas.

Sen (2010) afirma que a liberdade é necessária e implica responsabilidade. É via de mão dupla pois é necessário a liberdade substantiva, bem como a capacidade de realizar algo.

Sem essas condições o indivíduo não poderá ser responsável por desenvolver ou realizar ações. Porém, quando diante da condição de liberdade e possuidor de capacidades, isso já impõe ao indivíduo o dever de pensar e posicionar-se sobre fazer ou não algo, o que na visão do autor corresponde à responsabilidade individual.

Por este prisma, o PPP enquanto instrumento norteador do fazer pedagógico, pode proporcionar esse pensar diferenciado a partir das discussões, através das observações do cotidiano no universo onde a escola está inserida e possibilitar a organização das necessidades locais mais urgentes, como determina a Agenda 2030, e provocar a aceleração na implantação dos ODS por meio da educação.

Vale ressaltar que o PPP não é um instrumento burocrático. É sim, um instrumento de gestão, pronto para tirar as ações do papel e torná-las reais, mas, sobretudo, um instrumento de luta por uma educação de qualidade, com condições melhores de ensino, aprendizagem, vivência e convivência. É perfeitamente possível construir uma educação de qualidade pautada na proposta da Agenda 2030 e seguindo os preceitos da BNCC, ancorada nos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), de caráter obrigatório ao trabalho pedagógico.

5.2.1 O Plano Municipal de Educação de Dianópolis - 2015/2025

A Lei Municipal nº 868/2002, instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Dianópolis, o qual é composto pelo Conselho Municipal de Educação (CME), criado pela Lei Municipal nº 810/2000; também pelo Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), instituído pela Lei nº 1022/2017; pelo Conselho Municipal de Alimentação Escolar, pela Lei nº 837/2001.

A SEMED e sua rede educacional compõem o Sistema Municipal de Ensino de Dianópolis. É um órgão executivo de políticas públicas para Educação Básica que tem como atribuições: planejamento, coordenação, execução de atividades, bem como supervisionar e avaliar essas atividades de ensino. Suas ações são pautadas nos princípios da gestão democrática, produtividade, racionalidade sistêmica e autonomia das unidades escolares, quanto à descentralização das decisões de ordem pedagógicas, administrativas e financeiras.

O Plano Estadual de Educação-2015-2025, (PEE-TO), está em consonância com o PNE (2014-2024), assim também com os planos municipais. O PEE-TO foi aprovado em Assembleia Legislativa no ano de 2015 e constitui um documento norteador das ações educacionais no âmbito tocantinense.

A Lei nº 1.306, de 18 de junho de 2015, aprova o Plano Municipal de Educação com vigência de dez anos e dá outras providências. Guarda coerência com o PNE e o PEE-TO) e traz suas diretrizes previstas no artigo 2º, *in verbis*:

- I - Erradicação do analfabetismo;
 - II - Universalização do atendimento escolar;
 - III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
 - IV - Melhoria da qualidade da educação;
 - V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
 - VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
 - VII - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
 - VIII - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
 - IX - Valorização dos (as) profissionais da educação;
 - X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.
- (PME, 2015, art. 2º)

Muitas das diretrizes do art. 2º do PME de Dianópolis estão em consonância com as metas do ODS 4 e, direta ou indiretamente, colaboram para o alcance das metas da Agenda 2030. Porém, o § 1º, constante no artigo citado acima, estabelece que o termo diversidade, que consta no inciso X, “jamais será promovido o debate e a promoção nas salas de aula do município de Dianópolis, o termo diversidade sexual, orientação sexual ou identidade de gênero”.

Abre-se um parêntese aqui para trazer ao contexto do estudo o ODS 4 – educação de qualidade, em sua meta 4.7, conforme já afirmado no inciso X do PME, a mesma não será implementada, tampouco existirá indicadores para aferimento. Nesse sentido, também o “ODS 5 - alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, sob a concepção do PME, o objetivo não será alcançado. No entanto, sabe-se que os ODS são “indivisíveis, integrados, amplos e universais” (UN, 2016), o que poderá implicar em novas conjunturas para a efetivação dessas metas.

A execução do PME, bem como fiscalização quanto à sua efetividade, monitoramento e avaliações serão exercidas pela SEMED, pelo CME e pelo Fórum Municipal de Educação, que devem acompanhar a execução do referido plano e verificar o cumprimento de suas metas, promover as conferências municipais de educação com intervalo de até quatro anos, avaliar sua execução e subsidiar a elaboração do plano subsequente.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A seguir, o estudo faz uma análise e discussão dos resultados com vista a contribuir para a conscientização e reconhecimento da necessidade de aceleração dos debates em instituições públicas ou privadas, no que diz respeito à implantação dos ODS no município. Nesse sentido, busca evidenciar o papel da educação municipal diante da possibilidade de fomentar o desenvolvimento e a efetivação da Agenda 2030 local a partir das escolas municipais.

6.1 Primeira etapa – discutindo a agenda 2030

Em janeiro de 2020, verificou-se a necessidade de apresentar a Agenda 2030 e os ODS para o público alvo da pesquisa, aproveitando-se o momento de retomada para o ano letivo que se iniciava. Oportunamente foi agendada uma palestra envolvendo todo o quadro de servidores da área educacional municipal, ocasião em que realizou-se uma explanação histórica sobre os ODS, destacando-se a evolução dos movimentos sociais em prol do planeta e das pessoas. A apresentação de cada um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foi uma ação necessária que proporcionou o conhecimento das propostas da Agenda 2030 que, apesar de estar em vigência desde 2016, ainda não faziam parte da realidade educacional no município de Dianópolis-TO

Figura 6 - Palestra Escolas Municipais, zona urbana e rural de Dianópolis-TO



Fonte: Acervo particular da autora. (Janeiro/2020)

Assim, com as discussões, abriu-se a possibilidade de integração dos ODS no PPP de 2020, o qual é estruturado por cada instituição de ensino municipal no início do ano letivo, observada a realidade local.

Diante dessa oportunidade, pode-se remeter ao pensamento de Paulo Freire (2004, p.77) que compreende o indivíduo não apenas como objeto da história, mas seu sujeito igualmente. Para o autor, há um mundo histórico que produz história, cultura, movimentos políticos, nos quais o indivíduo tem que se perceber, constatar não com intuito de adaptação, mas com intuito de mudança. A neutralidade não condiz com um ser que está no mundo, vivencia este mundo e interage com o outro, sem posicionar-se. Não é possível ao indivíduo posicionar-se “de luvas nas mãos”, é preciso derrotar a acomodação e traçar o caminho da “decisão, escolha e intervenção na realidade”.

Figura 7 - Palestra realizada com a comunidade escolar do Colégio João d'Abreu



Fonte: Acervo particular da autora. Colégio João d'Abreu (Janeiro/2020).

Ao lançar a pesquisa, muitos caminhos foram pensados para análise do objeto e a relação com a comunidade dianopolina. Assim, buscando entender a realidade e as especificidades locais, também aconteceram palestras com grupos não pertencentes ao público pesquisado, mas que integram a sociedade civil local, envolvendo educadores e funcionários

do Colégio João d'Abreu, uma escola da rede estadual e também com os representantes dos Conselhos Municipais da cidade de Dianópolis-TO.

Figura 8 - Encontro com representantes dos Conselhos Municipais



Fonte: Acervo particular da autora. (Março/2020)

Ainda na expectativa de entender a relação dos atores educacionais com os ODS, foi realizado um encontro com os gestores e coordenadores das escolas da zona urbana e rural do município na primeira semana de março (2020). Neste encontro, foi possível conhecer a realidade das escolas municipais, suas características, dificuldades e necessidades, as quais não são diferentes do restante do país. Algumas escolas municipais têm acesso limitado à tecnologia e internet, o que afeta a pesquisa a banco de dados, exemplos, experiências, projetos, relatos e materiais de apoio, principalmente nas escolas da zona rural. Algumas não possuem biblioteca estruturada; há espaços que necessitam de adequações e alguns equipamentos, no aguardo de manutenção, ficam sem condições de funcionamento. Os recursos disponíveis são escassos e limitados ao ofício de ensinar.

Figura 9 - Encontro com gestores e coordenadores pedagógicos das escolas municipais, zona urbana e rural de Dianópolis-TO



Fonte: Acervo particular da autora. (Março/2020).

Também foram promovidas visitas técnicas às escolas, a pedido dos gestores, no intuito de conversar com os professores sobre a Agenda 2030, para inserção dos ODS no dia a dia escolar, bem como foram disponibilizados materiais informativos e didático-pedagógicos para desenvolvimento de atividades que atendessem aos ODS.

Figura 10 - Visita técnica a Escola Municipal Santa Luzia



Fonte: Acervo particular da Autora (Mar./2020).

No que se refere à perspectiva de tempo da Agenda 2030, discutiu-se sobre quais seriam os ODS prioritários no momento, que poderiam ser trabalhados por cada comunidade escolar, e que poderia se tornar uma ação efetiva e sequencial para alcançar as metas internas e também fora do âmbito escolar. Nessa mesma linha de discussão, abordou-se sobre a possibilidade de mudanças que a disseminação dos ODS pode causar no âmbito escolar e na vida das pessoas, bem como trabalhar a questão da participação social, buscando formar agentes de transformação. Porém, devido a fatores externos que determina isolamento social, por consequência da pandemia da COVID-19 que se instalou, apenas uma escola foi atendida.

O espaço escolar é, sem dúvida, o local ideal para a prática da democracia, do debate e discussão para a aprendizagem, pensar a construção da cidade sustentável, onde o educador tem potencial para desenvolver a educação para sustentabilidade, enquanto agente fomentador de mudanças, através do processo pedagógico.

Na visão de Morin (2007, p. 39) a educação deve promover a “inteligência geral apta a referir-se ao complexo, ao contexto, de modo multidimensional e dentro da concepção global.” Para o autor a complexidade está justamente em conseguir unir a unidade e a

multiplicidade. É necessário ao conhecimento fazer relações da parte com o todo e vice-versa, confrontado todas entre si.

Assim os encontros remeteram à necessidade de aproveitar as oportunidades para desenvolver a compreensão dos ODS, apropriando-os à educação do município a partir da escola, envolvendo toda a comunidade escolar representada no cidadão, educando e famílias. Desta forma poderão perceber-se agentes de mudança e disseminadores do conhecimento, tanto na instituição escolar como nas discussões em grupos diversos, para além desse âmbito. Identificar os problemas, trabalhar mudanças de hábitos despertam para perspectivas de um futuro melhor.

Já para o educador, poderá oportunizar o conhecimento do saber fundamental, que segundo Paulo Freire (2004, p.79) “mudar é difícil, mas é possível”, adaptando e programando o fazer pedagógico, não importando se o trabalho realizado atinge adultos ou crianças. Reconhecer a importância da educação e do papel efetivo como educador, poderá fazer com que mudanças aconteçam e revertam as situações concretas de miséria, através do princípio da ação e do reconhecimento de pertencimento na sociedade, na busca do desenvolvimento para todos, utilizando para isso possibilidades educacionais.

6.1.1 Segunda etapa – coleta de dados e análise

Ante a nova realidade social desencadeada pela pandemia e tendo que dar continuidade à pesquisa, exigiu-se o repensar de estratégias que permitissem a obtenção das informações necessárias. Com isso, as tecnologias configuraram-se como grande aliada, apontando caminhos por meio das redes sociais e correio eletrônico, na busca de dados que contribuíssem para coleta e análise dos objetivos da pesquisa.

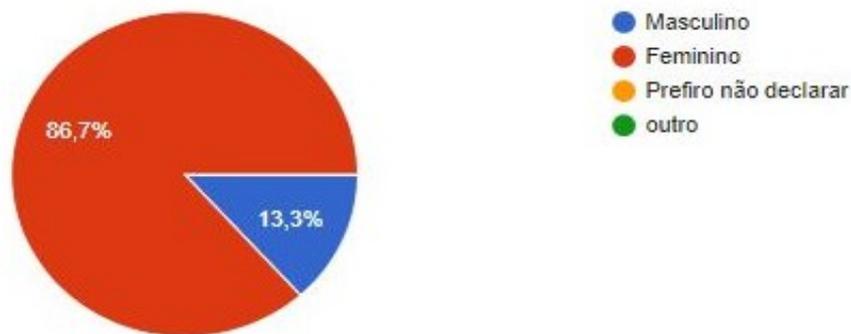
Elaborou-se um questionário utilizando-se o *Google Forms*, o qual foi enviado às quinze (15) instituições de ensino da rede municipal de Dianópolis-TO. Assim, a participação nesta pesquisa deu-se por dez (10) gestores e cinco (05) coordenadores pedagógicos que responderam ao questionário, fechando 100% das instituições pesquisadas. O gráfico que se apresenta abaixo, traz os dados referentes ao gênero participante da pesquisa, a ocupar os cargos de gestor e ou coordenador das escolas da rede municipal.

Como se pode observar, a maioria é composta pelo gênero feminino, treze (13) pessoas e duas (2) são preenchidas pelo gênero masculino. Em estudos realizados por Assunção (1996), Carvalho (1999), Tanuri (2000) e Pimenta (2002), confirmam o processo de

feminilização do magistério, contudo acredita-se que o fato possa representar uma valorização profissional do gênero feminino, resultados de conquista de espaço no mundo do trabalho e não uma desvalorização social.

A faixa etária está entre 34 e 54 anos de idade, o que representa um contingente de profissionais mais experientes atuando na área da gestão escolar.

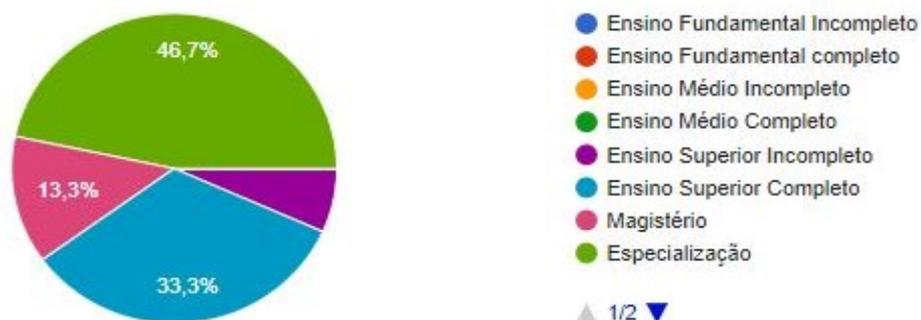
Figura 11- Gênero a ocupar cargos na equipe diretiva das escolas municipais de Dianópolis-TO



Fonte: Elaborado pela autora – Plataforma Google Forms.

Quanto ao grau de escolaridade dos indivíduos participantes da pesquisa, a maioria, que corresponde a sete (7), possui alguma especialização *lato sensu* não especificada na pesquisa. Cinco (5) dos entrevistados possuem graduação na área educacional, dois (2) formação técnica em Magistério e um (1) ensino superior incompleto.

Figura 12 - Grau de escolaridade dos gestores escolares/coordenadores pedagógicos em 2019



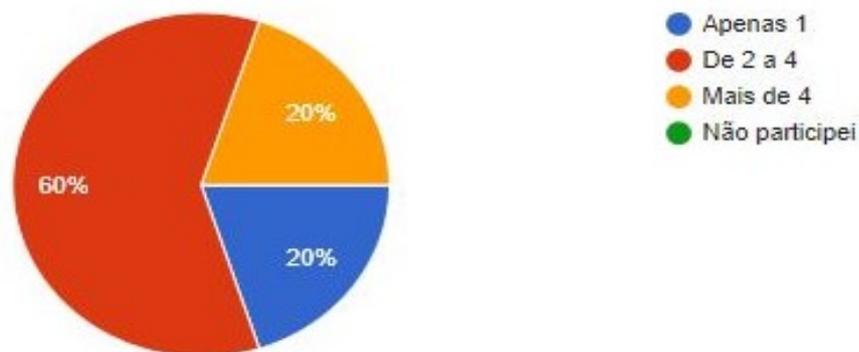
Fonte: Elaborado pela autora. Plataforma Google Forms.

Não foram identificados mestre ou doutor atuando na gestão escolar ou coordenação pedagógica das escolas municipais, porém observou-se que a UE possui professores especialistas.

Em relação à formação acadêmica/profissional, as atualizações, grupos de estudo, plataformas são cada vez mais presentes na qualificação educacional. No gráfico abaixo constam dados referentes a capacitação ou formação em que os agentes pesquisados participaram no ano 2019.

Percebe-se que boa parte deles, participou no ano em estudo de capacitações na área educacional. Importante frisar que o processo de formação continuada dentro da área educacional é fator determinante para o sucesso da educação. Ser um educador pressupõe permanente formação e atualizações constantes frente aos acontecimentos globais que causam reflexos na sociedade local.

Figura 13 -Participação da equipe gestora em curso de formação



Fonte:Elaborado pela autora. Plataforma Google Forms.

Fatores como indagação, inconformidade, busca e pesquisa estão intrinsecamente ligadas ao fazer pedagógico, elementos fundamentais que propiciam discussões dentro do espaço escolar, com a finalidade de contribuir para construção da cidadania e para a transformação social.

Para Morin (2010), cada vez mais o mundo torna-se global, integralizado. É o conhecimento que permitirá ao profissional da educação, perceber que a educação do futuro deverá ser humanizada. O autor acredita que é necessário reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano, como um quebra-cabeça que traz informações para um encaixe correto do todo ao qual faz parte.

Sob esta concepção e diante de realidades educacionais e sociais diferentes a cada localidade, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 traz em seu art. 62, parágrafo 1º que “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de

colaboração, deverão promover a formação inicial, continuada e a capacitação dos profissionais de magistério”.

Uma das colocações mais conhecidas de Freire (2004, p. 29), ilustra bem a questão do conhecimento e da pesquisa quando, afirma que “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”. Para Freire, ensinar demanda pesquisar, buscar. O ensino só se dá porque há a indagação do outro e a si próprio. A pesquisa permite constatar e, a partir disso, intervir para transformar, educar e se educar. O profissional da educação que pesquisa, o faz para conhecer e então comunicar a novidade. É o ensinar e aprender ao mesmo tempo.

Novamente trazendo o pensar de Morin (2007), este afirma que esse processo de autoconhecimento e de qualificação pessoal é fundamental para que aconteça a interação entre indivíduos/sociedade/espécie, pois se sustentam plenamente, apoiando, nutrindo-se e reunindo-se. A interação dos três elementos, permite uma co-produção, sendo meio e fim um dos outros simultaneamente. Não se pode tornar absoluta apenas uma das partes da tríade. Não se pode entender indivíduo/sociedade/espécie de modo dissociado pois, no meio dessa tríade surge a consciência. Qualquer concepção humana significa desenvolvimento das capacidades individuais, das participações enquanto comunidade e do sentimento nascido pelo pertencimento.

O autor supracitado, nos alerta quanto à consciência que deve emergir despertando a própria ética do humano, cujo indivíduo ou coletivo se posicione frente às realidades e o profissional da educação, trabalhe e compartilhe conhecimentos para a transformação.

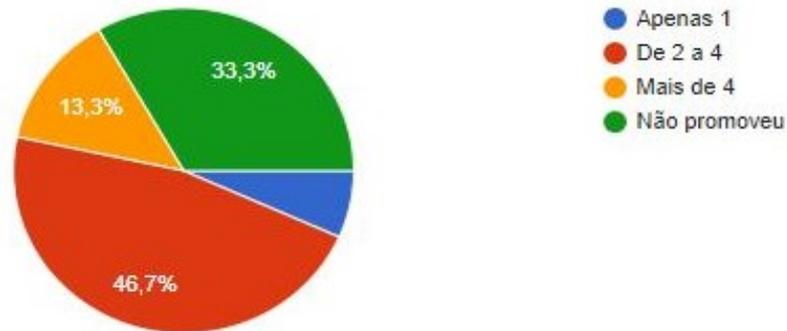
As UEs que realizaram capacitações para o seu quadro de professores, o fizeram dentro do calendário escolar, num espaço de tempo anual, bimestral, semestralmente ou aproveitando o dia pedagógico da instituição.

No ano 2019, o maior número das capacitações, formação ou cursos, dos quais os agentes pesquisados participaram, foi ofertado pelo município e algumas pela rede estadual. Dos participantes da pesquisa, 2 (dois) afirmaram não ter participado de nenhum processo de formação.

No tocante à formação direcionada ao quadro de professores de cada UE, no ano letivo 2019, das quinze (15) escolas municipais de Dianópolis-TO, dez (10) realizaram formações durante ano em estudo e cinco (5) escolas não promoveram capacitação ou formação direcionada aos seus professores. Freire (2004, p. 91) afirma que “a segurança com que a autoridade docente se move implica uma outra, a que se funda na sua competência profissional”. Para o autor, o professor que não leva a sério a sua formação, que não estuda,

que não se esforça para estar à altura da sua profissão, não tem moral para coordenar atividades em aula.

Figura 14 -Capacitação, formação, cursos oferecidos pela escola ao quadro de professores em 2019



Fonte: Elaborado pela autora. Plataforma Google Forms.

O professor precisa perceber-se em evolução, ou seja, cada vez melhor na sua prática, a qual exige do profissional da educação uma definição. É preciso, segundo o autor, posicionar-se e realizar rupturas. O processo de ensinar exige decisão. “Exige de mim que escolha entre isto ou aquilo” (FREIRE 2004, p.102).

Quando questionados se na escola em que atuam ocorreu capacitação, formação ou mesmo discussões com tema relacionado à “Educação e Desenvolvimento” ou “Educação e Sustentabilidade”, dez (10) das quinze (15) escolas já realizaram formação envolvendo essa temática.

Em relação ao questionamento sobre a capacitação para os profissionais da educação da rede municipal de Dianópolis-TO com o tema dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 93,3%, numa representatividade de quatorze (14) escolas, concordam apontando a necessidade de estudos e discussões sobre a Agenda 2030.

Desvelar, elucidar, discutir, transformar são potenciais que podem e devem ser desenvolvidos na e a partir da escola e para que isso ocorra, o profissional da educação precisa estar em sintonia com os acontecimentos mundiais, regionais e locais. Desse ponto de vista, sendo a Agenda 2030 universal, com propostas que focam o ser humano e o planeta, seria um contra-senso se as escolas não adotassem essa discussão.

Morin (2007), afirma que é preciso alcançar sete saberes fundamentais, para que o conhecimento aconteça de modo integral. É preciso civilizar as teorias, ou seja, apropriar-se delas e refazê-las voltadas a humanização, de modo que sejam mais abertas, racionais, reflexivas, aptas a se auto adaptar. O conhecimento do professor, suas estratégias de ensino,

seu modo de posicionar-se diante das especificidades locais é fundamental para que o movimento em busca do conhecimento aconteça.

Segundo a UNESCO (2015) em seu documento sobre a Educação para Cidadania Global (ECG), aumentar o acesso à educação é ainda o maior desafio em muitos países. A relevância da educação na discussão quanto as questões relacionadas à formação humanitária, não se discute. A escola pode proporcionar, além de habilidades e conhecimentos cognitivos, a busca da resolução dos desafios globais que ameaçam o planeta e a vida das pessoas.

Percebe-se certa ênfase na pedagogia transformadora, visto que esta pode tornar relevante a educação dentro e fora da escola e da sala de aula, engajando a comunidade escolar de modo mais amplo, para além do processo de aprendizagem. Entretanto, a aplicação dessa pedagogia transformadora exige mudanças que devem partir do individual para o coletivo, o comunitário e assim toda a instituição.

No ano 2019, o grau de conhecimento dos participantes dessa pesquisa, sobre os ODS, conforme respostas do questionário, apresentou-se em 80%, ou seja, doze (12) dos agentes pesquisados das escolas da rede municipal, com pouco conhecimento sobre a Agenda 2030; 13,3% correspondente a dois (2) integrantes da equipe diretiva de escolas municipais, tinham conhecimento advindo de propagandas em mídias sociais; e 6,7% índice que corresponde a um (1) integrante participante da pesquisa, possuía muito conhecimento.

Pode-se, a partir dos dados acima, abrir discussão sobre a importância das ações inovadoras e contextualizadas que o profissional da educação necessita desenvolver no fazer pedagógico diário. Assim como tantas outras profissões, o ofício de ensinar requer como primazia, não só o domínio do conteúdo ou conhecimento específico de determinada área, mas uma percepção de mundo atualizada, atenta com os principais movimentos globais, nacionais e locais.

Segundo Souza (2008), a ideia de que não pode acontecer o desenvolvimento social sem uma fortíssima participação do setor educacional, já é consolidada há mais de meio século nos países de primeiro mundo. A própria ONU volta-se para essa questão com a criação da UNESCO. Assim, o órgão criado responsabilizar-se-á de modo permanente, estimulando de várias maneiras “os países emergentes a levarem a sério a indissolubilidade desses dois conceitos básicos: o da educação como insumo, e o do desenvolvimento como produto” (SOUZA 2008, p. 17).

A educação não pode andar em linha lateral, paralela, desligada dos acontecimentos mundiais. Deve sim, seguir conjuntamente num mesmo traçado, porém com estratégias de

análise e discussão, permitindo intervenções quando necessárias, através de ações concretas que visem a melhoria e o alcance do bem comum. É preciso desde muito cedo fazer o indivíduo entender-se como centro e processo de movimento e transformação. Quando essa concepção for entendida e apropriada pelo indivíduo desde pequeno, aí estará nascendo o cidadão e estará formado o sentimento de cidadania.

Na visão da UNESCO (2015), uma formação adicional deve acontecer para desenvolver comportamentos, crenças e atitudes transformadoras entre os educandos, assim como a auto avaliação da prática, pelo professor. Para que tal aconteça, será necessária uma formação em serviço, que seja preparatória e capaz de modificar as práticas pedagógicas no rumo da efetividade participativa e transformadora, por meio do processo educacional. Nesse sentido, os gestores e autoridades educacionais, precisam desenvolver uma abertura em relação a esse novo fazer dos educadores, pois terão de desempenhar um novo papel diante do fazer em sala de aula, que vai demandar mudança de posição de mero executor, para facilitador capaz de fazer acontecer a aprendizagem centrada no processo.

Sen (2010, p. 47) afirma que se perde algo muito importante quando as portas das escolhas estão cerradas para as crianças em formação, por conta de crenças equivocadas de que cultura e tradição são escolhas desnecessárias ao processo educacional. Pontua o autor, que o objetivo da educação não é meramente disseminar informação aos educandos, de culturas diferentes da sua. Mas sim, de trazer o conhecimento para cultivo e uso da razão, o qual será fundamental para mais tarde exercer a liberdade de suas escolhas de vida.

Nesta mesma linha de pensamento, Hanson e Brembeck (1969) pontuam a multiplicidade de papéis que a escola desempenha. A democracia não existe sem a educação, pois segundo os autores, a democracia existe em função do acesso à informação, no espírito vigilante dos indivíduos quando sedentos de conhecimento e na livre troca de ideias.

Quando os agentes participantes da pesquisa, foram solicitados a justificar a resposta quanto à necessidade de haver capacitação para os profissionais da educação sobre a temática da Agenda 2030 junto às escolas, as opiniões ficaram muito próximas.

Para um melhor entendimento, as justificativas foram distribuídas conforme seu conteúdo utilizando-se de categorização. Assim, considerando a parte comum e buscando compreender como a educação escolar pode contribuir ou atravancar o processo para a aceleração da implementação dos ODS no município, as justificativas apresentadas pelos participantes da pesquisa foram distribuídas no quadro abaixo, de forma que todas compõem essa análise.

Segundo Bardin (2016), a categorização é uma operação na qual acontece uma classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação, seguido de reagrupamento por critérios previamente definidos. Essas categorias podem ser rubricas ou classes, onde se reúne um grupo de elementos, usando um título genérico. Quando acontece a classificação dos elementos em categorias, obriga a investigação a trazer o que cada um dos elementos tem em comum com os outros.

Tabela 2 - Capacitação para os profissionais da educação sobre o tema da Agenda 2030

Categoria Principal Temática	Respostas	Categoria Secundária Sintática – (verbos)
Conhecimento (4)	<ul style="list-style-type: none"> -Sim, pois não estamos muito inteirados sobre o assunto. - É importante os profissionais estejam sempre buscando novos conhecimentos. - É de fundamental importância estarmos informados para transmitir aos nossos alunos de forma clara e objetiva a finalidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. - É de suma importância, toda capacitação! - Para terem conhecimento. - Para que todos tenham conhecimento sobre a temática. - Para o desenvolvimento do profissional da educação eficaz. - É um tema novo, onde precisamos conhecer e desenvolver ações para o desenvolvimento sustentável do planeta. 	<ul style="list-style-type: none"> Estar (3) Buscar (1) Transmitir (1) Ter (2) Conhecer (3) Desenvolver (3)
Educação Ambiental (3)	<ul style="list-style-type: none"> - Que a sociedade possa cuidar melhor do meio ambiente. - As capacitações oferecem momentos de reflexão e definindo a partir daí ações importante sobre educação ambiental no nosso município sendo a escola protagonista destas ações. - [...]da necessidade de valorizar e respeitar cada vez mais o meio ambiente e conseqüentemente melhora na qualidade de vida. - Pois é necessidade mundial 	<ul style="list-style-type: none"> Cuidar (1) Oferecer (1) Refletir (1) Definir (1) Valorizar (1) Respeitar (1)
Futuro (1)	<ul style="list-style-type: none"> - É necessário haver capacitação nesta área pois assim poderemos incentivar o alunado também a participar e se preparar para um futuro melhor. - Para formar profissionais mais críticos. 	<ul style="list-style-type: none"> Haver (1) Incentivar (1) Participar (1) Preparar (1) Formar (1)
Objetivo (2)	<ul style="list-style-type: none"> - Acredito que precisamos realizar sim capacitação sobre educação e sustentabilidade com o objetivo de conscientizar as pessoas [...] - Depende da finalidade e do objetivo 	<ul style="list-style-type: none"> Realizar (1) Conscientizar (1)

Fonte: Elaborado pela autora.

Considerando a perspectiva de estudos de Bardin (2016), buscou-se a análise para descrever e interpretar as justificativas colocadas pelos indivíduos pesquisados, com o objetivo de reinterpretar as afirmações e atingir uma compreensão além da simples leitura.

A tabela acima mostra dois agrupamentos em categorias. A categoria principal que se refere à temática e a secundária que é sintática e traz para análise os verbos empregados nas justificativas constantes na pesquisa. A principal apresenta quatro temáticas. Percebe-se que apesar de integrar temas diferentes, todas elas estão intrinsecamente ligadas à questão do conhecimento como chave, contudo sob perspectivas análogas. Desse prisma, conclui-se que os profissionais da educação, participantes desta pesquisa, consideram a temática “*conhecimento*” da Agenda 2030 importante e fundamental para saber transmitir clara e objetivamente; que oferece desenvolvimento profissional; habilita um profissional para o senso crítico, que intrinsecamente diz respeito ao crescimento pessoal; sendo um tema novo que exige domínio para produzir ações.

A análise dos verbos empregados nestas expressões mostra que o conhecimento sobre a Agenda 2030 é necessário e reforça a questão profissional para domínio pessoal e embasamento instrucional, ou seja, a justificativa é colocada sob a visão da qualificação profissional, refletem esforços na construção do conhecimento sob a ótica da qualificação pessoal e coletiva.

Com relação à “*educação ambiental*”, denota-se a preocupação com a questão do meio ambiente, mas deixa-se entrever um conhecimento necessário a ser adquirido ou desenvolvido para que uma transformação ocorra, ou seja, para cuidar; definir ações voltadas para a questão ambiental do município; conscientização populacional e necessidade mundial. Quanto aos verbos, percebe-se que as duas categorias se confirmam, pois, a justificativa induz à posição de conhecimento que se quer produzir, a partir da prática pedagógica. Trazem de modo oculto a preocupação com a formação cidadã, que aponta para mudanças de hábitos e atitudes.

Referente a “*futuro*”, desperta para as justificativas em que o conhecimento pode incentivar o aluno a buscar um futuro melhor. Os verbos reafirmam que o profissional da educação entende a responsabilidade de preparar o educando para atitudes proativas, a serem agentes participativos nas decisões que implicam questões sociais e ambientais futuras. Pode-se ainda juntar à análise, a educação com visão democrática, a partir das possibilidades de discussão das realidades vivenciadas, da transformação que parte da construção do conhecimento.

No que compreende a “*objetivo*”, o conhecimento volta-se para finalidades propostas ao fazer pedagógico. Os verbos, de modo implícito, demonstram que é preciso estímulo externo para que a Agenda 2030 seja trabalhada dentro do processo educativo,

considerando que existem projetos nas escolas da rede municipal de Dianópolis-TO que discutem temáticas que a Agenda 2030 aborda, porém ainda não é feito sob a ótica dos ODS e suas metas.

Neste contexto e sob a perspectiva da BNCC (2017), que afirma de modo explícito o compromisso com a educação integral, reconhecendo que a educação básica deve visar a formação e o desenvolvimento humano global, o que implicará compreender a complexidade e não a linearidade do desenvolvimento, será preciso romper com paradigmas reducionistas.

A educação preconizada na BNCC, direciona para os processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, possibilidades e interesses dos educandos, de forma que estes estejam aptos a enfrentar os desafios da sociedade contemporânea.

Dentro do processo educacional embasado na BNCC, o conhecimento e ações educacionais com vista a discutir e implementar a Agenda 2030 a partir da educação, podem ser vistas como uma vertente possível, obrigatória, recomendável, atual, contemporânea e necessária a condição de vida para o futuro do planeta e o desenvolvimento local do município. Portanto, percebe-se através desta análise, ser necessário estímulos externos para que a educação do município seja a vertente transformadora, capaz de proporcionar melhores qualidades de vida as pessoas.

Posto que 100% dos participantes desta pesquisa, sinalizaram que a educação é veículo para o desenvolvimento; desses, 53,3% concordaram que a educação para o desenvolvimento é “*fundamental*” e o restante optaram pelas expressões “*colabora para o desenvolvimento*” e “*é importante ao desenvolvimento*”.

Portanto, associando-se esta à análise anterior, observa-se que a transformação precisa acontecer primeiro dentro da escola e em cada profissional no seu fazer pedagógico, por meio do qual surgem as possibilidades de inovação nas ações cotidianas voltadas para a aprendizagem.

Esse olhar aliado à percepção das necessidades locais e globais é que diferencia a educação meramente instrutiva de uma educação voltada para o desenvolvimento. Para tanto, o papel do líder, enquanto gestor escolar passa a ser fundamental para provocar e envolver a equipe, partindo do fazer pedagógico, com vista a transpor os muros da escola e atingir a comunidade local.

Conforme os dados levantados, as escolas ainda não instituíram o multiuso dos seus espaços junto à comunidade externa. Onze (11) escolas não abrem suas portas aos fins de semana para que a comunidade usufrua de espaços como salas, pátio, quadra de esporte ou biblioteca. Uma das possibilidades é manter parcerias com instituições religiosas ou filantrópicas, as quais usam esses espaços na realização de encontros de doutrinação, bazares, entrega de sopas, palestras entre outras ações.

Muitas instituições escolares no país, tem aderido aos movimentos que fomentam o uso do espaço escolar pela comunidade, de forma organizada, nos fins de semana ou período de férias, para realizar atividades diversas. A partir dessa iniciativa, estreitam-se laços com a comunidade local, aproxima da escola os pais e ou responsáveis, entre outros efeitos positivos. Para Bazolli *et al.* (2017) a utilização frequente da biblioteca, dos computadores, do espaço da escola, evidencia um envolvimento social marcado pela liberdade e diálogo capaz de gerar sentimento de pertencimento.

No questionário aplicado, indagou-se sobre as parcerias da escola com outras instituições, além do órgão municipal como universidades, organizações da sociedade civil, empresas, fundações e demais serviços públicos para o financiamento de projetos ou para o desenvolvimento de ações conjuntas, como elaboração do PPP, formação de professores, atividades pedagógicas, comemorações, campanhas ambientais, sociais ou na área da saúde, constatou-se que onze (11) escolas sinalizaram positivamente e quatro (4) delas não têm instituído qualquer sistema de parceria.

O fortalecimento dos meios de implementação e revitalização de parcerias ainda é um dos principais desafios no avanço da Agenda 2030. “A mobilização multissetorial, envolvendo os governos, a iniciativa privada, as organizações sociais e os indivíduos, é requisito essencial para o avanço do desenvolvimento humano” (IPEA, 2020 p. 26).

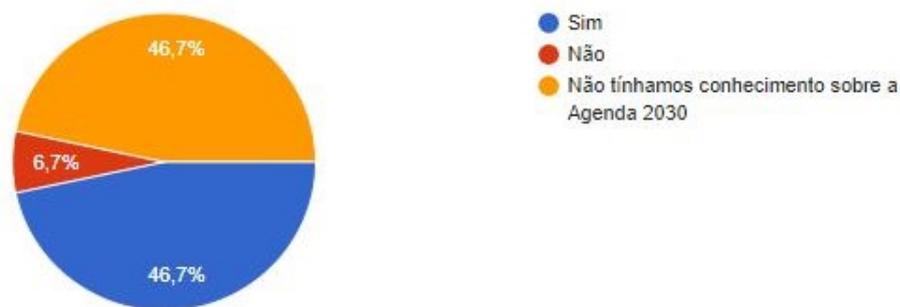
A BNCC (2017) oportuniza alinhar a Agenda 2030 ao fazer pedagógico, porém a pesquisa mostra que sete (7) escolas da rede municipal de ensino, no ano 2019, havia incluído os 17 ODS que compõem a Agenda 2030 nas discussões para elaboração do PPP. Oito (8) escolas não incluíram o tema nas discussões dos PPP/2019, seja por opção ou devido à falta de conhecimento sobre a Agenda 2030.

Do ponto de vista de Souza (2008), é preciso atentar para a contradição que existe entre a teoria e a prática realizada, pois no Brasil, o que se diz não se ajusta aquilo que é feito. Nesse sentido, alerta o autor que deve-se atuar trabalhando a consciência de responsabilidade envolvendo governo e sociedade, bem como o indivíduo, com o propósito de se perceber

dentro do processo e no dever coletivo de compreender e conceber uma educação capaz de levar o país ao desenvolvimento.

Entretanto, apesar de mais de 50% das escolas municipais de Dianópolis não terem discutido a Agenda 2030 na fase de elaboração do PPP/2019, todos os participantes da pesquisa foram unânimes ao afirmarem que os 17 ODS podem ser trabalhados em qualquer nível ou etapa escolar.

Figura 15-Agenda 2030 e a discussão para elaboração do PPP/2019



Fonte: Elaborado pela autora – Plataforma Google Forms.

Sob esse viés, Morin (2007) considera que os princípios do conhecimento demandam pertinência do próprio conhecimento. O autor defende que o conhecimento deve ser articulado e organizado, para assim, os problemas do mundo serem conhecidos e reconhecidos, para o que uma reforma do pensamento é imprescindível. Seguindo com o ponto de vista do Sociólogo, vive-se a era planetária, portanto todo conhecimento necessita situar-se sob esse contexto. É vital e de caráter intelectual que o conhecimento do mundo, como mundo, aconteça. É fundamental que se entenda como ter acesso e processar as informações de ordem mundial, de modo a articulá-las e organizá-las ao contexto local.

Como perceber e conceber o Contexto, o Global (a relação todo/partes), o Multidimensional, o Complexo? [...] esta reforma é paradigmática, e não, programática: é questão fundamental da educação, já que se refere à nossa aptidão para organizar o conhecimento (MORIN 2007, p.35).

Destarte, o ofício do profissional de educação que pensa certo, não é apenas o ato de transferir o que sabe, como se fosse apenas derramar algo em um recipiente vazio. Faz-se necessário estar desafiando o educando, com o qual o professor mantém comunicação e para quem comunica de modo a produzir compreensão daquilo que vem se fazendo e construindo através da comunicação. A tarefa mais importante do indivíduo não “é transferir, depositar,

oferecer, doar ao outro, tomado como paciente de seu pensar, a intelegibilidade das coisas, dos fatos, dos conceitos” (FREIRE 2004, p. 38, grifo do autor).

O educador capaz de promover a transformação é aquele que aceita os desafios que o complexo fazer educacional atual requer, mas também é aquele que não conformado com o que se apresenta, está um passo à frente e faz da pesquisa seu braço para inovar. Vale a pena lembrar Drucker (2012), quando este coloca o ser humano como “*rerum novarum cupidus*”, ou seja, ganancioso por coisas novas.

A escola do século XXI requer dos profissionais da educação o fazer de cada indivíduo aprendente, membro da comunidade escolar interna e externa um “*rerum novarum cupidus*”, como foi mencionado; tomar a responsabilidade e iniciar um processo novo, com o fim de uma educação global. O momento reclama seres competentes, que não se furtam à tarefa de julgar o modo como as coisas são e como elas precisam ser feitas, é o que garante Sen (2010). O autor assegura que, como pessoas, vivendo juntas e criaturas reflexivas – no sentido amplo -, não se pode deixar escapar a noção de que os acontecimentos terríveis que acontecem ao nosso redor são problemas de todos. São responsabilidade de todos, independente de serem ou não de mais alguém. Ele assevera ainda que, negar a importância dessa condição é deixar de lado algo fundamental ligado a existência social. Defende que não há regras exatas para agir, mas é necessário, sim, reconhecer a relevância da própria condição humana, fazendo escolhas que tenham representatividade.

Quando solicitado aos agentes pesquisados que destacassem quais os ODS que teriam prioridade junto à comunidade escolar interna e externa, muitos ODS foram citados porque cada UE apresenta necessidades diferentes.

Assim, o ODS 1- Erradicação da pobreza foi um dos mais citados; seguido do ODS 6 - Água potável e saneamento; ODS 13 - Ação quanto a mudança global do clima; ODS 10 - Redução das desigualdades; ODS 15 - Vida terrestre e ODS 4 - Educação de qualidade. Alguns pesquisados fizeram citação de temas urgentes como lixo urbano e sustentabilidade.

A Agenda 2030 pode ser incorporada nas áreas de aprendizagem, através da transdisciplinaridade. A BNCC vigente desde 2017, está alinhada à Agenda 2030 e traz os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) de aplicação obrigatória em todas as áreas do conhecimento, os quais podem colaborar para que o aluno tenha melhor compreensão de como administrar as opções e escolhas do cotidiano.

Entretanto, ações corriqueiras que moldam o perfil do cidadão para viver em sociedade, como cuidar de seu dinheiro, manter uma saúde estável, tecnologias, lixo urbano,

cuidados com o meio ambiente e o planeta, respeitar as diferenças entre os indivíduos, sabendo discernir entre deveres e direitos e suas aplicabilidades e responsabilidades, podem ser trabalhados de forma contextualizada, pois se encaixam em qualquer área do conhecimento.

Temas Transversais estão longe de serem uma novidade na educação. Em 1996, uma nova reestruturação educacional por meio da Lei nº 9294/96, foram recomendados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que abordam seis temáticas: saúde, ética, trabalho e consumo, orientação sexual, meio ambiente e pluralidade cultural, de natureza flexível e recomendados para serem abordados em diferentes disciplinas, tendo em vista a não obrigatoriedade. Assim, os conhecimentos trabalhados pelas escolas, de maneira científica, deveriam estar alinhados à realidade social e cidadã dos educandos.

Nesta perspectiva, e observando as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), as Resoluções CNE/CEB Nº 7/2010 e nº 12/2012 e a BNCC (2017), os TCT passam a ser considerados como conteúdos essenciais da educação básica, pois contribuem para o desenvolvimento das habilidades vinculadas aos componentes curriculares, e que devem ser contextualizados de acordo com a realidade escolar e as especificidades locais.

Atualmente com a BNCC, a essência dessa estruturação permaneceu, fortalecendo-se com o acréscimo de mais temas. Sob este novo modelo, passaram a compor as macroáreas temáticas.

Quadro 6-Temas Contemporâneos Transversais

MACROÁREAS TEMÁTICAS	TEMAS
Meio Ambiente	Educação Ambiental Educação para o Consumo.
Economia	Trabalho Educação Financeira Educação Fiscal.
Saúde	Saúde Educação Alimentar e Nutricional
Ciência e Tecnologia	Ciência e Tecnologia
Multiculturalismo	Diversidade Cultural Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais Brasileiras
Cidadania e Civismo	Vida Familiar e Social Educação para o Trânsito Educação em Direitos Humanos Direitos da Criança e do Adolescente Processos de envelhecimento respeito e valorização do idoso

Fonte: Elaborado pela autora

Quando questionados sobre assuntos pertencentes às macroáreas dos TCT, que fizeram parte dos projetos da escola no ano de 2019, os participantes colocaram que os mais citados foram: arborização, reciclagem, sustentabilidade, horta, violência, resíduos orgânicos, educação financeira e justiça. Os menos citados, estão relacionados à cultura local, empreendedorismo, drogas, trabalho, educação para o consumo, acessibilidade, preconceito e discriminação, temas locais, solidariedade, educação alimentar e nutricional.

Nesta análise, foi perceptível a grande abertura que se oferece para discussão dentro de cada macroárea dos TCT, sendo possível o alinhamento com as questões da Agenda 2030. Contudo, importa observar a objetividade do assunto discutido e a função real do projeto, buscando a maior aproximação possível entre os assuntos/temas com a realidade local, para que a discussão obtenha os resultados que impactem a comunidade.

Para que a implementação da Agenda 2030 no município de Dianópolis-TO tenha na escola seu movimento de conscientização e transformação discutidos, faz-se necessário um alinhamento pedagógico convergente. Sendo assim, a análise leva à reflexão sobre a questão educacional e a implementação da Agenda 2030 no município. “Contribuir ou atravancar” está intimamente ligado à compreensão da função social da escola, assim como à importância da democracia no processo educacional, ao papel do gestor escolar enquanto líder e, principalmente, no fazer pedagógico do professor.

6.2 Implementação dos ODS na agenda educacional municipal

Após a pesquisa, os questionamentos ainda permaneciam desafiadores, a exemplo de como fazer o gestor municipal, lideranças públicas e os gestores educacionais adotarem a Agenda 2030 no cotidiano do município. Porém, antes convém considerar e discutir alguns desafios em relação à educação básica municipal, a partir do atual contexto, com vista ao desenvolvimento regional nos aspectos humano, social e econômico, conforme preconiza a Agenda 2030.

Primeiro é necessário entender que a Agenda 2030 é um movimento global em prol do planeta e do homem. Segundo, não basta disseminar conceitos ambientais, econômicos ou sociais em cursos ou projetos de capacitação. Terceiro é preciso pensar a Agenda 2030, por meio do conhecimento da realidade local e então instituir estratégias para implementação da mesma. Nada acontecerá isoladamente; a Agenda 2030 é indivisível, razão pela qual ao pensar uma ação, esta poderá impactar outras. Nesse sentido, o engajamento de órgãos

públicos, privados e também do cidadão, é imprescindível para que o desenvolvimento aconteça.

A área educacional no município tem papel preponderante para a disseminação do conhecimento sobre os ODS, pois pode envolver não só a comunidade escolar como a externa, despertando no cidadão o sentimento de pertencimento junto a esse movimento, que deve ser entendido como apartidário, sendo este o grande potencial da educação, cuja função é facilitar a incorporação de conhecimentos.

Entretanto, vale ressaltar que a chave do desenvolvimento não está somente no processo educacional e se configura como uma via de mão dupla; da mesma forma que precisa de um engajamento muito maior, o ponto de partida está na decisão do gestor escolar em conhecer a situação do município no que se refere aos ODS. Para tanto, faz-se necessária substancial mobilização no sentido de levantar dados e informações, fazer comparações envolvendo as três instâncias, ou seja, município, estado e país.

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) lançou em 2017 o Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros (2017-2020), no intuito de colaborar com os municípios. A área técnica da CNM e a iniciativa ART-Pnud, selecionaram uma série de indicadores para as dimensões social, ambiental, econômica e institucional, representando simplificada os ODS. Assim, utilizando-se da base de dados oficiais, conseguiu-se produzir um retrato desses indicadores que refletem resultados referente ao período 2017-2020. Tais resultados apresentam-se em formato de gráfico, do tipo radar, denominado Mandala de Desempenho Municipal e pode ser considerada a linha base para localização dos ODS nos municípios.

6.2.1 A Agenda 2030 na educação municipal de Dianópolis-TO

O ideal a qualquer município seria a adoção da Agenda 2030 como parte das ações governamentais, junto a todas as secretarias municipais e todos os servidores públicos, visto que a Agenda é composta de propostas de ações que podem melhorar a vida das pessoas e do planeta. Essa premissa parte de uma decisão do gestor municipal, na condição de líder.

Porém, a instituição escolar pode inserir as metas dos ODS no Plano Municipal de Educação, levando-se em conta a realidade local. Isso vai demandar um trabalho que parte da sensibilização e alinhamento da equipe escolar para envolvimento da Agenda 2030, conforme

preconiza a BNCC e osTCTs na construção do Projeto Político Pedagógico anual das instituições de ensino municipais.

6.2.2 Passo 1 - Sensibilização e envolvimento

Cada escola, através de sua equipe diretiva, discentes e docentes, torna-se multiplicadora dos valores e princípios que norteiam a Agenda 2030, fazendo com que estes princípios cheguem até as famílias de centenas de alunos da rede municipal, proporcionando o surgimento de novas perspectivas para o desenvolvimento sustentável.

Neste primeiro passo, é importante que toda a comunidade escolar esteja envolvida na construção do PPP, contribuindo para o alcance das metas, assim como identificar e localizar os ODS no bairro onde a escola se localiza no município.

A escola como espaço democrático, tem em seu dia a dia a possibilidade de promover o diálogo, oportunizando aos alunos participação na construção de uma cidade inclusiva e sustentável. A UE também mantém encontros regulares com os responsáveis pelos educandos, o que pode viabilizar oportunidade para discussão dos ODS e instituir agentes locais para a construção e implementação das ações.

Para tanto, pode-se conseguir adesão e engajamento com alguns procedimentos, visto que a educação viabiliza esta mudança por meio de ações incorporadas ao PPP como as que se seguem:

a) Secretaria de Educação Municipal. É importante que a Secretaria de Educação tenha o gerenciamento total dos processos para implementação da Agenda 2030 no município de Dianópolis, a partir da rede educacional e para tanto deve criar uma “Equipe Gestora para Agenda 2030”, composta por um coordenador e um facilitador. Estes poderão selecionados nas escolas da rede municipal, pessoas interessadas pertencentes à comunidade escolar, cuja função é monitorar, dirigir e avaliar os trabalhos. É essencial que esses servidores sejam reconhecidos pelo trabalho realizado junto à equipe e tenham ou recebam conhecimento sobre a Agenda 2030, PME, PEE, BNCC, TCT, agregando valor ao projeto. Também é importante nesta etapa, distribuir um guia ou material que contenha pontos relevantes e informativos quanto aos ODS. Essa Equipe de Gestores para Agenda 2030 levantará a situação do município e da escola em relação aos ODS, pensará ações considerando cada realidade, aperfeiçoando conforme a necessidade do bairro e da escola; assim, o PPP e a Agenda 2030 ganharão força e credibilidade. Outro ponto fundamental é fazer com que a gestão para

Agenda 2030 na rede municipal de ensino aconteça a partir da Secretaria de Educação e da Equipe Gestora para a Agenda 2030, pois estas podem servir de ponte nas relações entre as escolas da rede, disseminando informações, ideias, parcerias e recursos.

b) Agenda de Encontros. Organizar um calendário de encontros com a equipe diretiva das escolas municipais, a fim de que a Equipe Gestora para Agenda 2030, possa disseminar conhecimento e discutir os ODS, sob a perspectiva local. Diagnosticar as necessidades e ações por meio do PPP, para acelerar a implantação da Agenda 2030 na localidade. Lembrando sempre das condições para que haja 100% de participação (dia e horário convenientes, água, lanche, transporte, hospedagem, material informativo e instrucional).

c) Conteúdos Acessíveis Previamente. A Equipe Gestora para Agenda 2030 deve oportunizar conhecimento antecipado da pauta de cada encontro, disponibilizando material para leitura prévia, facultando reflexões e discussões a partir de ideias e experiências locais. Um importante meio para disseminação do conteúdo e dos lembretes para o dia do encontro é o uso de ferramentas tecnológicas.

d) Motivação e Baú de Ideias. A Equipe Gestora para Agenda 2030 poderá preparar as reuniões com material motivador, claro, com exemplos, depoimentos e práticas realizadas e alcançadas, podendo trazer integrantes de outras escolas, de bairros diferentes para compartilhar projetos e experiências.

e) A Lista. Uma lista de participantes e voluntários com os dados da escola, cargo/função e contato pessoais dos envolvidos deverá fazer parte dos registros da Equipe Gestora para a Agenda 2030. No dia anterior aos encontros, realizar contatos confirmando presença e reforçando a importância da escola e da comunidade no processo de implementação da Agenda 2030.

f) Registro. É importante que aconteça um registro dos encontros (fotos, filmagem e relatórios escritos), as discussões, ideias, dificuldades, as ações a serem implementadas. As buscas por soluções, a fim de que não fique apenas no projeto, mas haja realmente engajamento. Se a Secretaria de Educação ou mesmo a Prefeitura Municipal possui uma equipe de comunicação, esta deverá ser acionada para cobrir os encontros e as ações a serem efetivadas. Para tanto, disponibilizar antecipadamente a agenda com datas de encontros e ou ações previstas.

g) Formação Continuada da Rede Municipal. A Secretaria Municipal deve apoiar, no decorrer das ações de implementação, a Equipe Gestora da Agenda 2030 do município na realização de encontros para os professores e comunidade escolar, capacitando e demonstrando

as ações realizadas internamente pela escola. Neste processo, convidar as famílias para participarem do movimento, e posteriormente implementar em seus lares o que a escola trabalha com os filhos, proporcionando a construção de agendas locais, com envolvimento da comunidade a partir do processo educacional.

h) Informativo local. Outro fator importante é um informativo educacional local, digital do tipo jornal ou folder para ser distribuído à comunidade externa, levando-a ao conhecimento das metas e dos trabalhos realizados em prol da educação, com base na Agenda 2030. Cada escola poderá ter um espaço para publicação de suas matérias informativas, as quais poderão ser produzidas pela própria comunidade escolar. Pode-se também buscar parceria junto ao setor de comunicação municipal ou ainda utilizar-se das mídias sociais.

6.2.3 Passo 2 - Preparar os instrumentos para planejamento do Projeto Político-Pedagógico à luz dos ODS

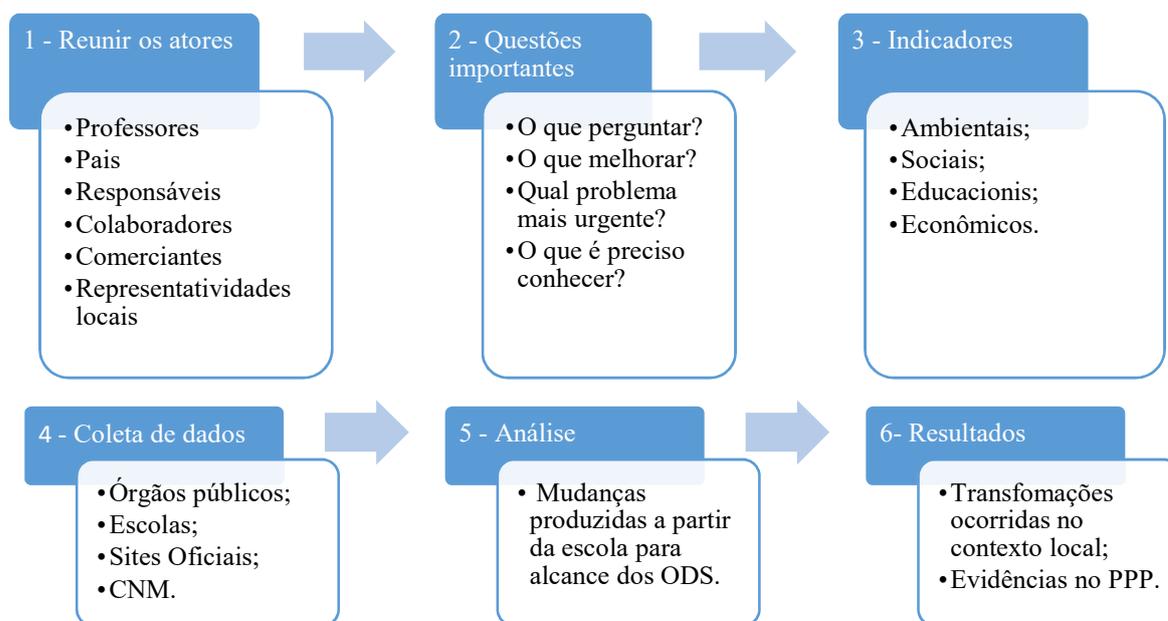
O PPP segue princípios expressos na Constituição Federal, devendo ser elaborado democraticamente pelas instituições educacionais, com a participação de toda a comunidade escolar. Quando bem elaborado, retrata a realidade da UE dentro das dimensões pedagógica, administrativa, financeira e jurídica, o que possibilita avaliação constante para assertividade.

Precisa ser entendido, estudado, elaborado de forma a interagir a esfera política e a pedagógica no documento. Para a escola significa eliminar o extemporâneo, trazendo a possibilidade de discutir e propor ações direcionadas ao ensino, mas também capazes de transmitir às famílias valores e percepções para reflexão em relação à transformação social, a partir do conhecimento e de ações sociais e ambientalmente corretas.

A possibilidade de construção do PPP pela educação municipal em suas UEs, alinhado aos ODS, não só cumpre o que a BNCC preconiza, mas amplia a relevância da formação de um cidadão transformador local, mas também um cidadão global.

Abrir as portas da escola para ouvir a comunidade escolar e local e discutir questões de interesse mútuo, no final do ano letivo ou mesmo no início, é o ponto de partida para uma educação diferenciada, com foco na aprendizagem e desenvolvimento sustentável. A instituição escolar poderá envolver uma representatividade de pessoas que residem no bairro onde a escola está inserida, convidando não só os pais mas comerciantes, instituições religiosas, associações, órgãos públicos ou privados para discutirem juntos os objetivos e metas, bem como a melhoria da qualidade de vida do bairro e do município.

Figura 16- Construção coletiva do Projeto Político Pedagógico



Fonte: elaborado pela autora.

Essa democratização do espaço escolar poderá alinhar a aprendizagem aos anseios e necessidades locais, trabalhando com os ODS e sua implementação. É importante, neste momento, definir os problemas mais urgentes, os quais o bairro precisa resolver e manter o propósito. Novamente aqui, diretrizes e práticas com foco são imprescindíveis.

Compartilhar com a representatividade social a história da escola, ações de sucesso, abrir discussão para conhecer o que as pessoas esperam da instituição escolar durante o ano letivo, possui grande relevância em vista da possibilidade de trabalhar com ações educacionais dirigidas e focadas na realidade local. Essa é a concepção política do projeto escolar. Deste ponto em diante a escola seguirá a construção do seu projeto pedagógico, assumindo sua autonomia de nortear o fazer pedagógico.

No sentido de promover maior eficiência dos projetos da escola, a pesquisa para obtenção de dados referentes aos problemas apontados pela comunidade escolar é um elemento importante, tendo em vista a necessidade de informações fidedígnas para a construção das ações pedagógicas na implementação dos ODS. Estes dados podem ser encontrados junto a órgãos oficiais municipais, estaduais e federais ou até mesmo nas redes

digitais. Para a coleta de informações ou de dados, deve-se definir as fontes e as técnicas que serão usadas para obtê-las. As mesmas podem ser variadas como pessoas, objetos, relatórios, documentos, o que ou quem pode revelar o que é preciso conhecer. Já as técnicas dizem respeito à forma mais adequada de obter o que se busca conhecer.

Após essa definição, é a vez da equipe pedagógica reunir-se, estudar e entender quais projetos serão trabalhados, a fim de alcançar o que foi proposto pela comunidade, utilizando-se os dados pesquisados sobre a realidade local e os problemas identificados. Esses dados contribuirão, a posteriori, para verificar se as mudanças começaram a acontecer e se realmente causaram transformação na vida das pessoas.

A eficiência não será alcançada se todos os problemas forem pensados ao mesmo tempo. Pode-se iniciar pelo que se mostra prioritário, trabalhando para que os resultados demonstrem mudança de atitude e de hábitos na comunidade. Vale salientar que mudanças exigem persistência e acontecem em etapas, ou seja, nem todos vão aderir ao mesmo tempo, mas a educação num processo de continuidade e aprofundamento pode promover avanços graduais, para implementar os ODS no município, por meio do conhecimento disseminado nos anos escolares.

O PPP da unidade escolar deve apresentar em suas dimensões, os princípios gerais que busca alcançar em favor da aprendizagem e da formação cidadã. Cada uma das dimensões, ou seja, pedagógica, administrativa, financeira e jurídica devem inspirar os objetivos. É conveniente que a escola não descuide do currículo, mas o integre às propostas da Agenda 2030, para que o conhecimento adquirido desperte o pensar para a cidade e para a cidadania.

Quanto aos objetivos, eles devem traduzir a ânsia por resultados positivos, principalmente aqueles voltados para uma aprendizagem significativa. Mas também, devem discutir e solucionar os entraves sociais e ambientais abordados pelos ODS, com propostas adequadas para cada nível e etapa da educação, possibilitando analisar realidades e fomentar atitudes melhores, formando assim desde o início dos anos escolares, o pensar para as pessoas e o planeta.

Os projetos e atividades devem envolver as ações pensadas para o alcance dos objetivos, bem como o desenvolvimento dos ODS, buscando sempre ter como base a identificação de uma área que precisa mais urgentemente ser trabalhada ou estimulada. Uma boa sugestão é trabalhar com TCT que não pertencem a uma disciplina específica, pois são pertinentes a todas e podem integrar diferentes tipos de organização curricular, de modo intradisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar.

Morin (2007) corrobora esta discussão, quando aponta que a educação do futuro se confronta com um problema global. Para ele existe uma inadequação que a cada dia fica mais ampla, profunda e grave onde, de um lado encontra-se os saberes desunidos, divididos, compartimentados e do outro lado estão os problemas cada vez mais multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários. Elementos como o contexto, o global, o multidimensional, o complexo, tornam-se invisíveis diante dessa inadequação. “Para que o conhecimento seja pertinente, a educação deverá torná-lo evidente” (MORIN 2007, p. 36).

A intradisciplinaridade pressupõe uma abordagem dos conteúdos relacionados aos TCT de modo integrado ao conteúdo de cada componente curricular. A interdisciplinaridade, implica na realização do diálogo entre os campos dos saberes, acolhendo as contribuições de outras aéreas, ou seja, promove interação. Já a transdisciplinaridade contribui para que o conhecimento construído extrapole o conteúdo escolar, por que favorece a flexibilização das barreiras que possam existir entre as diversas áreas do conhecimento.²³

Os TCTs permitem a efetiva educação para a vida em sociedade, tendo em vista que uma das oportunidades decorrentes de sua abordagem é a aprendizagem da gestão de conflitos, que contribui para eliminar, progressivamente, as desigualdades econômicas, acompanhadas da discriminação individual e social (BRASIL, 2019, p.19).

As metas definem os resultados que devem ser alcançados para que os objetivos sejam atingidos, porém é necessário reconhecer qual é o papel da educação neste processo para transformar vidas. Geralmente, as metas representam uma quantificação do que será feito em cada etapa pedagógica, administrativo/financeira e jurídica.

Para Hanson e Brembeck (1969), uma indagação sobre o papel da educação frente à transformação deve acontecer, pois a educação dita “tradicional” tem sido resistente às transformações necessárias, porém agora precisa se perceber de modo a ajudar as pessoas a preservar aqueles elementos do passado que compõem a cultura e que, portanto, precisam ser conservados, ao mesmo tempo em que deve proporcionar a construção de novos hábitos no pensar e agir, a fim de atender aos novos tempos.

As ideias defendidas pelos autores acima mencionados, apesar de já ter mais de cinco décadas, permanecem pertinentes aos tempos vividos atualmente. A educação precisa exercer

²³ Ministério da Educação, 2009. Temas Contemporâneos Transversais na BNCC.

o seu papel transformador, a partir de investimentos de qualificação profissional, contínua e tecnológica.

Outro ponto relevante é tornar explícitas na construção do PPP, as ações que podem contribuir para alcançar os ODS, podendo ser de diferentes modos: ações que contribuirão para cada ODS de forma individual, que sejam voltadas para realidade escolar e da comunidade do entorno da escola ou de outra forma, como analisar as ações realizadas em uma determinada área ou projeto, que poderão contribuir para o alcance de um ODS específico. Pode-se também adequar ao que a escola já vem trabalhando, ações que contribuam para ampliar o alcance dos objetivos, atingindo também a comunidade externa.

Desse modo, em cada uma das etapas de elaboração do PPP, é muito importante ter conhecimento sobre a realidade do município, do público alvo da escola, do bairro, das necessidades e problemáticas sociais, econômicas e ambientais, assim como das metas e avanços quanto à aprendizagem escolar, das potencialidades dos profissionais envolvidos no projeto. Precisam também ser consideradas as potencialidades da localidade, para que a aprendizagem proporcione uma apropriação do conhecimento na construção de metas que levem à transformação social, a partir dos projetos e ações realizados pela escola.

6.2.4 Passo 3 – Implementação de estratégias, parcerias e monitoramento

A implementação das estratégias e ações no PPP visando os ODS, é uma fase que demandará acompanhamento e liderança da Equipe Gestora da Agenda 2030, porém a UE poderá manter a autonomia na escolha das ações, bem como da alocação de recursos e a busca de parcerias. O processo de liderança e a capacidade de gerenciar equipes pode trazer bons resultados junto às escolas e levar ao sucesso da disseminação de atitudes voltadas aos ODS, bem como junto à comunidade externa.

A organização da estrutura escolar (espaço físico, tempo, materiais, pessoal), podem contribuir muito para o sucesso das ações. Toda estrutura deve pactuar para o alcance das metas do PPP e, conseqüentemente, para ações voltadas aos ODS sempre alinhados ao currículo escolar.

Dentro do possível, envolver as pessoas de acordo com suas habilidades, competências e conhecimentos. Lembrar da interdisciplinaridade entre as turmas da escola, colaborando umas com as outras na construção de atividades voltadas aos ODS.

Alinhar as ações e processos facilita o desenvolvimento de atividades, pois pode colaborar para monitorar as questões orçamentárias de forma eficaz. As parcerias e a gestão integrada, podem permitir intercâmbio de resultados com outras escolas da rede municipal e até mesmo de instituições privadas e do comércio local. Atrair mais iniciativas em prol das pessoas, do planeta e da cidade, promoverá o crescimento das possibilidades de sucesso para implementação da Agenda 2030 no município.

Essa interação, divulgação e parceria pode estimular a participação da sociedade civil no desenvolvimento das ações dos projetos iniciados na escola. O conhecimento gera a ideia de corresponsabilidade.

Cabe ao gestor educacional e a toda sua equipe, manter avaliações e monitoramento das atividades e dos impactos na aprendizagem do aluno. O monitoramento possibilita acompanhar as ações implementadas, inspira a equipe a enxergar as falhas e os acertos, assim como corrigir o percurso das ações. Neste processo de avaliação e monitoramento, pode-se buscar respostas para questões como: houve eficiência quanto às parcerias buscadas e os recursos disponibilizados? Aprendizagem e transformações aconteceram e geraram impactos? A escola está tornando-se mais sustentável? E o bairro, tem implementado ações de sustentabilidade? Aconteceram mudanças de atitudes para o alcance das metas dos ODS? Quais os resultados efetivamente alcançados? Quais ações deram mais certo? O que realmente provoca a comunidade escolar a participar?

Convém lembrar que a qualidade da educação está vinculada aos esforços necessários ao seu alcance e que todos - equipe, pais, alunos, comunidade - são responsáveis pelo sucesso da escola e da aprendizagem e, conseqüentemente, pela adoção de hábitos convergentes com as metas dos ODS. É conveniente traçar um plano de ação ou plano de metas para que todos entendam a necessidade de envolvimento e compromisso, o que pressupõe trabalho e atitude. Somente a mudança de atitude poderá gerar desenvolvimento e mudança na vida dos indivíduos.

Importante ter claro, que as mudanças exigem tempo e resultam de etapas bem definidas e trabalhadas ao longo do período letivo, em ações contínuas e bem definidas. Essas ações podem ter seqüência nos anos seguintes, visto que a Agenda 2030 ainda garante dez anos para continuidade do trabalho. Quanto mais eficiente o monitoramento, maior chance de sucesso na escola e comunidade.

Nesse processo de sensibilização, parceria e monitoramento a escola pode formar e gerir Grupos de Trabalho para os ODS locais (GT – ODS), convidando como integrantes os

pais ou responsáveis pelos alunos e pessoas da comunidade. Esses grupos podem realizar reuniões frequentes, com objetivos de estudo dos ODS, bem como discutir e levantar questões, propor soluções para realidades vivenciadas que afetam ou estimulem o alcance dos ODS.

Estimular a participação do cidadão, por meio de entrega de Certificados de Participação e Títulos de “Cidadão Assessor para ODS Locais”, ao final de cada ano letivo, para quem participou efetivamente do GT-ODS. Esse GT-ODS) pode atrair os responsáveis pelos alunos a participarem mais do processo educativo e da vida escolar dos filhos. A escola se fortalece quando os pais e responsáveis interagem com ela de modo mais efetivo. Por fim, sensibilizar, estimular sempre o conhecimento sobre os ODS em reuniões com os professores, pais e ou responsáveis.

6.2.5 Passo 4 – Administração Municipal

A administração municipal é o órgão mais importante para que o reconhecimento da Agenda 2030 aconteça de muitas formas no município, para além do processo educacional, o que demandará envolvimento de todos os setores públicos e privados, de modo a agirem de forma efetiva para transformação local. A iniciativa depende muito da postura e envolvimento do gestor municipal. A implementação da Agenda 2030 é uma responsabilidade de todos. Para tanto, no processo de governança é importante ter claro que os interesses devem estar voltados para a coletividade e o bem comum.

O processo educacional em seu fazer pedagógico, consegue trabalhar com os ODS adaptando-os aos níveis educacionais, discussões e ações para aprendizagem e quando bem planejado, consegue atingir a comunidade externa da escola. As consequências dessas ações, podem influenciar a governança municipal na construção, implementação e acompanhamento de políticas públicas.

Segundo Souza (2008), teorias recentes sobre desenvolvimento dos povos, crescimento econômico e inclusão social, comprovam que esses fatores não acontecem com ações isoladas de um único fator. Mudanças qualitativas ocorridas nas sociedades, devem-se a vários fatores trabalhados de modo integrado e harmônico, assegurando condições básicas de desenvolvimento.

6.2.6 Passo 5 – Sistematização dos registros do Projeto Político-Pedagógico

Todas as ações implementadas no PPP da escola durante o ano letivo deverão ser registradas por meio de evidências como: fotos, relatórios, publicações entre outros. É importante que aconteça essa conexão entre ODS e o PPP, para que a sociedade civil local, urbana e rural, jovens, mulheres, homens, estudantes e instituições de ensino, possam visualizar, tomar conhecimento do movimento e do legado rumo a transformação social, política, econômica e ambiental, a partir do conhecimento que se constrói na escola, bem como redimensionar informações, melhorar ou ampliar as metas propostas permitindo tomar decisões, corrigir rumos, fortalecer as práticas e reconhecer os avanços e retrocessos para ações futuras e sequenciais.

Esse monitoramento e registro de todo processo permitirá, ao final do ano letivo, a análise das estratégias utilizadas e se estas foram assertivas; se as parcerias e os recursos aplicados foram eficientes, identificando até que ponto as ações a partir da educação geraram transformações; e se essas transformações geraram atitudes sustentáveis.

Figura 17 - Análise comparativa para relatório no PPP



Fonte: elaborado pela autora.

Na figura acima, sugestiva para registro no PPP, a linha de base deve apresentar o processo em que se encontrava determinado objeto, ou situação ou problemática antes da ação ou projeto desenvolvido. Esta linha de base, vai apresentar a necessidade de desenvolver a ação para alcançar os ODS, podendo conter depoimentos, relatórios e fotos.

A implementação no PPP deve sistematizar o processo de desenvolvimento do projeto, bem como objetivos e metas. O resultado final, por sua vez, deverá apresentar as mudanças ocorridas a partir do que foi estudado e realizado. Nem sempre o resultado final poderá ser comprovado logo no encerramento do projeto, mas a escola e os responsáveis pelo mesmo poderão, durante o ano letivo, registrar em diferentes períodos, as evidências de alcance das metas. É importante essa forma de registro, porque alunos e comunidade local vão perceber e vivenciar a educação em prol do alcance das metas da Agenda 2030, constatando

nos resultados que podem melhorar a vida de todos, no decorrer do tempo e com as mudanças de atitudes corretas.

6.2.7 Passo 6 – Reconhecer o papel do líder e gestor educacional

Quanto ao gestor da instituição de ensino, este deve realizar uma gestão responsável cumprindo as normas constitucionais, seguir o alinhamento do PME, bem como da BNCC e as normativas da Secretaria Municipal e Estadual de Educação, procurando fazer da educação democrática o caminho para o envolvimento de toda comunidade.

Diante dos questionamentos feitos por Drucker (2012, p. 209-210) “Como vencer a resistência à inovação na organização atual? [...] como tornar a organização receptiva à inovação, querer a inovação, alcançá-la e trabalhar para ela?” e, considerando o papel do gestor escolar enquanto líder, pode-se concluir que a gestão democrática com foco no desenvolvimento educacional pessoal e local, deve ter bem delimitadas suas diretrizes e práticas em quatro áreas principais:

a) Inovação. A equipe docente deve ser receptiva à inovação, com predisposição de ver na mudança oportunidades de crescimento e não como ameaça. A inovação deve ser organizada, estruturada sabendo onde se quer chegar, daí a importância das diretrizes e das práticas certas.

b) Monitoramento e avaliação. Mensurar os resultados permitirá a utilização de estratégias adequadas, bem como manter a equipe integrada e embasada, a fim de melhorar o desempenho. Todo conhecimento é fonte para transformação.

c) Liderança. O gestor é líder e como tal precisa desenvolver práticas específicas quanto à organização, provisões, apoio, gerenciamento de pessoal, como incentivo e reconhecimento aos bons resultados da equipe escolar.

d) Parceria. Saber que existem coisas que a instituição escolar não alcançará sozinha, que vão depender muito da boa vontade e administração do gestor municipal, mas a escola pode realizar aquilo que está ao alcance de seus colaboradores e educandos. Sempre que necessário e possível, lançar mão de parcerias poderá viabilizar muitos processos. É importante que o gestor educacional entenda que, deixar de realizar ações para a educação sustentável ou não alinhar a Agenda 2030 ao PPP de sua escola, pode contribuir para o atraso local e manutenção da desigualdade social.

Nesse sentido, a liderança está associada ao engajamento da comunidade escolar e da sociedade local, nos processos de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação do PPP e das ações para Agenda 2030, sem dispensar a participação da comunidade, por via dos seus diversos setores.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de iniciar as colocações finais sobre a pesquisa desenvolvida e aqui apresentada, retoma-se às questões impulsionadoras do tema em estudo.

Partiu-se do pressuposto que para o alcance das metas da Agenda 2030, a educação influencia o desenvolvimento regional, visto que é multiplicadora do empoderamento do ser humano, contribuindo para construção de uma cidadania sustentável, compreensão e formação do pensamento crítico e de agentes transformadores locais.

A proposta trouxe o desafio de alinhar as etapas para alcançar, não somente o que se pretendia, mas o que realmente podia-se realizar. Importante registrar que o marco inicial das pesquisas junto às escolas da rede municipal, se deu a partir de palestras, que atingiram os professores, gestores e colaboradores da zona urbana e rural. Esta oportunidade proporcionou que muitos desses profissionais adquirissem o primeiro conhecimento sobre os ODS, o que colaborou para novas estratégias e ações para o ano de 2020/2021 no que se refere à prática pedagógica das escolas em relação à Agenda 2030.

Entretanto, foi preciso redirecionar alguns instrumentos e estratégias devido aos fatores de isolamento social, impostos pelo Coronavírus, mas manteve-se a convicção de que o resultado poderia ser relevante e pertinente ao processo educativo no município de Dianópolis.

Isto posto, retoma-se aos objetivos relacionando-os com os resultados. Analisar o alcance dos ODS por meio do PPP das escolas municipais em Dianópolis-TO, levou ao entendimento que o Projeto Político Pedagógico deve resultar de discussões, reflexões e investigações realizadas pela escola, observando-se a finalidade e o papel social da Instituição Escolar. De maneira clara, deve sinalizar os caminhos, ações e modos operacionais que todos os envolvidos devem realizar. As escolas da rede municipal de Dianópolis têm seu PPP organizado, com ações realizadas durante o ano letivo 2019, comprovadas e evidenciadas.

Dois aspectos se destacaram em relação a esse objetivo proposto na pesquisa quanto à elaboração do referido documento norteador.

O primeiro refere-se à concepção política do documento, diretamente relacionada ao processo democrático da educação. A participação social da comunidade interna e externa na discussão do papel da escola, das necessidades locais e ações que podem contribuir para a melhoria da educação e para aproximar a comunidade da escola; conhecer potencialidades, cultura, anseios e realidade local para planejar ações dentro do processo pedagógico e

educativo, que visem contribuir para o bem comum e a melhoria da qualidade de vida de todos. É muito importante que não somente responsáveis por alunos participem dessas discussões, mas que seja um processo aberto à comunidade onde a escola esteja inserida. Todos os municípios devem e podem ser convidados a contribuir e, dessa forma, valorizar o saber que certamente vai extrapolar os muros da escola, verdadeiro sentido da educação. Para construir o desenvolvimento na perspectiva de Escobar (2007), deve-se considerar as alternativas locais, pois são importantes para construir os mundos locais e regionais, mesmo que muitas dessas visões tenham sido resultados das influências globais.

O segundo aspecto diz respeito às ações que compõem o PPP/2019, que envolvem questões ligadas aos 17 ODS e suas metas, e que não foram trabalhadas nas escolas municipais de Dianópolis sob a perspectiva da Agenda 2030. Observou-se que a maioria das instituições escolares municipais no ano letivo de 2019 não discutiram os ODS para elaboração do PPP, embora a BNCC (2017) aponte para a educação convergir para a Agenda.

O presente estudo também compreendeu a relação entre educação e desenvolvimento quando se constatou a relevância do fator humano e social no empoderamento e participação nas discussões e decisões que, direta e ou indiretamente afetam a todos, contribuindo para o desenvolvimento local a partir da questão educacional.

Ao debruçar-se nos estudos teóricos e documentações pertinentes que contribuíssem para a fundamentação das evidências levantadas, foi possível construir meios para conscientização e reconhecimento da necessidade de aceleração dos debates em instituições públicas ou privadas, para implantação dos ODS no município, com vistas ao desenvolvimento local, despertando a conscientização do sudeste tocantinense sobre a importância da educação enquanto vetor fundamental ao desenvolvimento regional.

Dentre as ações sugeridas, destaca-se a criação da Equipe Gestora para os ODS, a qual desempenhará papel fundamental na condução das etapas para implantação da Agenda 2030. Será necessário engajamento e compromisso na transformação da realidade com iniciativa e planejamento a partir do órgão municipal.

Cabe registrar, que uma formação específica junto aos profissionais da educação, a fim de fazê-los capazes de construir não só a educação sustentável, mas uma prática com foco no resultado, saindo da superficialidade dos conhecimentos trazidos e lançando mão de ações desafiadoras poderá contribuir, de modo eficaz, para a construção de uma Agenda local, a partir da educação.

O professor deve perceber que seu papel é mais que do que meramente instrucional. Deve estar consciente da realidade local e global, ter visão de futuro, buscar a discussão para problematizações que são conhecidas, necessitam ser melhoradas e vencidas.

Dentro do processo democrático da escola, deve-se trazer o direito das minorias, permitindo a expressão e discussão de ideias divergentes, respeitando a diversidades e opiniões, formando consenso para transformar a realidade social das pessoas.

Ter iniciativa e percepção de que a educação é a porta para o conhecimento e que esta pode, quando bem ministrada, promover localmente transformações que certamente vão impactar o futuro não tão distante.

Em decorrência do estudo realizado, a SEMED de Dianópolis-TO, montou a Equipe Gestora para Agenda 2030 a fim de fomentar discussões que contemplem os ODS não só dentro da Unidade Escolar, mas também junto a comunidade local. As primeiras ações e iniciativas para implantação da Agenda 2030, já se tornaram realidade no município a partir do início do ano 2021 e tem como projeto piloto, duas escolas da zona rural, Escola Municipal Contagem e Escola Municipal Descoberto (quilombola).

Assim, a partir da pesquisa realizada, abre-se a possibilidade de construir uma agenda local, que contemple o desenvolvimento a partir dos movimentos educacionais e da realidade vivida.

Este estudo não tem a pretensão de esgotar as possibilidades de transformação através da educação, mas contribui na construção de novos conhecimentos, de novas pesquisas e teorias que podem surgir, por meio da análise da realidade local, do processo educativo e das boas iniciativas. Além de oportunizar pesquisas que apontem estratégias para um fazer pedagógico novo, para a formação de um cidadão para o mundo, com mais igualdade, sustentabilidade e assim provocar mudanças na cidade, para o alcance do desenvolvimento sustentável, tendo a educação como impulsionadora.

É uma agenda bastante abrangente e desafiadora e precisa ser preparada e pensada coletivamente. A educação é o caminho de oportunidades para as transformações rumo a um mundo melhor, sustentável e mais humanizado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. C. P. ; PEREIRA, Y. C. C. Cidades para pessoas: tempo e espaço para olhar, refletir e propor. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Rio Grande, v. 35, n. 3, p. 220-237, set./dez. 2018. E-ISSN 1517-1256. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/8256/5559>. Acesso em: 21dez. 2019.

ASSUNÇÃO, M. M. **Magistério primário e cotidiano escolar**. Campinas: Autores Associados, 1996. 96p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 1995.

BARROSO, J. O Estado, a Educação e a regulação das políticas públicas. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 26, n. 92, p.725-751, edição especial, out. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a02.pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

BAZZOLI, João Aparecido. (org.). **Palmas em Foco: contradições de uma cidade planejada** [recurso eletrônico]. Palmas: EDUFT, 2019. 164 p.

_____.(org) **Cidades sustentáveis: Tocantins em Foco**.– Palmas, TO: EDUFT, 2017. 281p.

_____. (Org.). **A extensão universitária como indutora à cidadania: a experiência do nós propomos**. Palmas-TO: EDUFT, 2017. 128p.

_____. (Org.) *et al.* **O papel da extensão Universitária como indutora da participação social**: Palmas participa. Palmas, TO: EDUFT, 2017. 283 p.

BARONI, Margaret. Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, 32(2):14-24. Disponível em: <https://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-32-num-2-ano-1992-nid-44263/>. Acesso em: 20 dez. 2019.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. Tradução de Silvia Mazza. 6. Ed. São Paulo: Perspectiva. 2015. 728 p.

BENITES, Ana Jane. **Análise das cidades inteligentes sob a perspectiva da sustentabilidade: o caso do Centro de Operações do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica). UNICAMP, São Paulo: 2016. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/321541/1/Benites_AnaJane_M.pdf Acesso em: 20 dez. 2019.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOMFIM, Leny A. (Trad.) **Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde**. Local, data. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312009000300013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 28 ago. 2019.

BORDA, Pablo *et al.* **Estratégias para el análisis de datos cualitativos**. Série: Cuadernos de Métodos y técnicas de la investigación social; Como se hace? N° 2. Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires Ciudad de Buenos Aires, Argentina, 2017.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. **Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Brasília, 10 junho de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 12out. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC**. Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 07 jan. 2020.

_____. Ministério da Saúde. **Conselho Nacional de Saúde**. Norma Operacional nº 001/2013, dispõe sobre a organização e funcionamento do Sistema CEP/CONEP, e sobre os procedimentos para submissão, avaliação e acompanhamento da pesquisa e de desenvolvimento envolvendo seres humanos no Brasil. Disponível em: http://www.hgb.rj.saude.gov.br/ceap/Norma_Operacional_001-2013.pdf. Acesso em: 15nov. 2019.

_____. **Conselho Nacional de Saúde**. Resolução nº 466, dezembro de 2012. Incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, referenciais da bioética. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 12out. 2019.

_____. **Ministério da Saúde**. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis à pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 12out. 2019.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica de pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica**. Tradução de Ruth Joffily, prefácio de Jean Ladriere. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977. 251p.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 152p.

CAMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.** [online]. 2013, vol.6, n.2, pp. 179-191. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-82202013000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12jan. 2019.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo : Contexto, 2007. (Repensando a geografia)

_____. **O espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

CARVALHO, M. P. **No Coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais.** São Paulo: Xamã, 1999. 248 p.

CERVI, Emerson U. **Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política.** – Volume 1 / Emerson Urizzi Cervi. – Curitiba: CPOP-UFPR, 2017. v. 1, 256p.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS – CMN. **Meu Município e a Habitat III.** Brasília: CMN, 2015. Disponível em: [https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Meu%20Munic%EDpio%20e%20a%20HABITAT%20III%20\(2015\).pdf](https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Meu%20Munic%EDpio%20e%20a%20HABITAT%20III%20(2015).pdf). Acesso em: 12out. 2019.

_____. **Guia Metodológico: projeto MovI-MENTE, Projeto de Mobilidade Sustentável sob a Metodologia UM-SMART.** 2015. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/biblioteca/exibe/2128>. Acesso em: 12out. 2019.

_____. **Mobilidade Urbana Municipal Sustentável: panorama e Diretrizes.** 2016. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/biblioteca/exibe/2488%22>. Acesso em: 12out. 2019.

_____. **Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos municípios brasileiros.** 2017. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/biblioteca/exibe/2488%22>. Acesso em: 12out. 2019.

DELORS, Jacques. **Educação um Tesouro a Descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.** 1998. Disponível em: https://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/Dellors_alli_Relatorio_Unesco_Educacao_tesouro_descobrir_2008.pdf. Acesso em: 12out. /2019.

DEMO, P. **Participação é uma conquista: noções da política social, participativa.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

DIEHL, Astor Antônio; TATIN, Denise C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

DIONNE, H. **A Pesquisa-ação para o Desenvolvimento Local.** Tradução de Michel Thiollent. Brasília: Liber Livro, 2007.

DRUCKER, Peter Ferdinand, 1909-2005. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios / Peter F. Drucker;** Tradução de Carlos Malferrari. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

ESCOBAR, Arturo. **La invencion del Tercer Mundo – Construcción y deconstrucción del desarrollo.** Série: Colonoalid/modernidade/descolonialidad. Caracas, Venezuela. 2007. Disponível em: <https://bibliotecapromocion.msp.gob.ec/greenstone/collect/promocin/index/assoc/HASH018c.dir/doc.pdf> . Acesso em: 10 ago. 2020.

FREIRE, Paulo; BETTO, Frei. **Essa escola chamada vida.** São Paulo: Ática, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 29. ed. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

_____. **Pedagogia da Esperança**. 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e terra, 2009.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia da pesquisa**: um guia para iniciantes. Tradução de Magda Lopes. Revisão técnica de Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2013.

_____. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artemed, 2009.

GADOTTI, Moacir. A formação do administrador da educação: análise de propostas. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, Porto Alegre, n.1, v. 2, p. 38-47, 1983.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. Secretaria do Planejamento e Orçamento. 2017. **Perfil Socioeconômico dos Municípios**. Disponível em: <https://portal.to.gov.br/invista-no-tocantins/perfil-socioeconomico/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

HANSON, John W., BREMBECK, Cole S. **Educação e Desenvolvimento**. Coordenadores: John W. Hanson e Cole S. Brembeck – Universidade do Estado de Michigan. Tradução de Vera Mendonça. IBRASA – Instituição Brasileira de Difusão Cultural S. A. São Paulo. 1969, p.556

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/arranjos_populacionais/2015/pdf/publicacao.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

IPEA. **ODS – Metas nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável proposta de adequação**. 2018. Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/publicações Acesso em: 15 nov. 2019.

_____. **ODS 17 – Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. O que mostra o retrato do Brasil?**. 2020. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/200408_Cadernos_ODS_17.pdf. Acesso em: 12 dez. 2020.

_____. **Relatório brasileiro para o Habitat III / relator: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. – Brasília: ConCidades, IPEA, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27266 Acesso em: 15nov. 2019.

JHERING, Rudolf Von. **A luta pelo Direito**. São Paulo: CL EDIJUR, 2016.

JOPPERT, Márcia P.; SILVA, Rogério Renato. **Guia metodológico para Monitoramento e Avaliação Participativa de Ações Municipais**/Confederação Nacional de municípios – CMN e programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/Brasil. Brasília: CNM/PNUD, 2012. Disponível em : <https://redeassocialpg.files.wordpress.com/2016/10/joppert-2012-guia-metodolc3b3gico-para-monitoramento-e-avaliac3a7c3a3o-participativa-de-ac3a7c3b5es-municipais.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

JUNIOR, Gerson de F.; FREITAS, Elisa P. Espaço e sustentabilidade: governança para cidades sustentáveis. **Revista GeoPantanal**. UFMS/AGB. n. 23.231-244. jul./dez. de 2017.

KIECKHÖFER, Adriana M. **Promoção do desenvolvimento integrado e sustentável de municípios**. 2005. 221f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). UFSC, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/101947/222016.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 ago. 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, Alberto (coord.). **Políticas públicas para cidades sustentáveis: integração intersetorial, federativa e territorial**. 2016. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstream/11324/3063/1/BVE17068992p.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.

MACHADO FILHO, Haroldo. **Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11**. Nações Unidas no Brasil (ONUBR). s/ano. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/ODS/Gloss%C3%A1rio%20-%20ODS%206.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

MARTINS, Gilberto de A.; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**/ Edgar Morin; tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho.- 12.ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO,2007.

NASCIMENTO, Francisco Rômulo F. do. **Brasil ODS: um modelo colaborativo de apoio à realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU**. 2018. 70f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação). UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Sistemas e Computação, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.cos.ufrj.br/uploadfile/publicacao/2849.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019.

OLIVEIRA, Luana M. **Critérios, procedimentos e práticas para cidades mais sustentáveis**. Ano? 00f.? Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade). Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100136/tde-14082016-220001/>. Acesso em: 28 set. 2019.

OLIVEIRA, Gilson B. de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista FAE, Curitiba, v.5, n. 2, p. 37-38, maio/ago. 2002.

ONU. **World Urbanization Prospects 2018**. Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/wup/>. Acesso em: 25 nov. 2019.

OCDE. **Glossary of Statistical Terms**. Disponível em: <https://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=1266> Acesso em: 15 nov. 2019.

PAULA, Juarez. **Desenvolvimento e gestão compartilhada**. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/3093035CA1CC0D4C83257640006A272E/\\$File/NT00042956.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/3093035CA1CC0D4C83257640006A272E/$File/NT00042956.pdf). Acesso em: 20 fev. 2020.

PIMENTA, S.G. Professor reflexivo: Construindo uma crítica. In: GHEDIN, E. (Org.); PIMENTA, S. G. **Professor reflexivo no Brasil - gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002. p.17-52.

PNUD/IPEA/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/IBGE. **Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros**. PNUD, 1998.

PNUD. ONUBR, 2017. **Articulando os programas de governo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Orientações para organizações políticas e a cidadania**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/articulando-os-programas-de-governos-com-a-agenda-2030-para-o-de.html>. Acesso em: 19 mai. 2020.

_____. **Guia de orientación para las organizaciones políticas y la ciudadanía los programas de gobierno com la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible y sus Objetivos Sustentables**, 2017. Disponível em: https://www.undp.org/content/dam/costa_rica/docs/undp_cr_Gu%C3%ADa_ODS.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.

REY, Fernando G. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção de informações**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. – São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção primeiros passos, 203), 4. reimp., 1988.

SANDRI, Letícia. **Dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma análise da transição das agendas de desenvolvimento em seus aspectos institucionais e de governança**. Ano? 00f.? Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, ano? Disponível em: <https://pec.unisul.br/index.php/SPI/XSPI/paper/view/127>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Amartya. As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado / Amartya Sen e Bernardo Kliksberg; tradução Bernardo Ajzenberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Flávio José R. da. O Conceito de Desenvolvimento no Pensamento de Arturo Escobar. **Revista Pegada**, Presidente Prudente SP, v. 17 n. 2, dez/2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/4671/3585>. Acesso em 09set. 2020.

SILVEIRA, Denise T. (org.); GERHARDT, Tatiana Engel. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SOUZA, Débora M. e. **Líderes para a sustentabilidade e os objetivos de desenvolvimento sustentável: uma articulação entre a teoria de papéis e a psicologia ambiental**. 2018. 148f. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Clínica). PUCSP, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/21027/2/D%C3%A9bora%20de%20Mello%20e%20Souza.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SOUZA, Flávio Eliziário de; FRIESLEBEN, Mariane. A educação como fator de desenvolvimento regional. **Revista FAE**, Curitiba, v. 21, n. 2, p. 163-178, jul./dez., 2018.

SOUZA, Paulo Nathanael P. de. **Educação e Desenvolvimento no Brasil**. – São Paulo: Integrare, 2008.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação: 500 anos de educação escolar**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-88, mai/jun./jul./ago./2000. Número Especial.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (org). **Controle Social de Territórios Teoria e Prática v.1**. Palmas-TO: Universidade Federal do Tocantins/EDUFT, 2018.

_____.; KRONEMBERGER, Thais S. (orgs). **Gestão social e conselhos gestores**, v.3. – Rio de Janeiro: FGV, 2016.

THIOLLENT, Michel Jean-Marie. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

UNESCO. **Educação para a cidadania global: tópicos e objetivos de aprendizagem**. 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000234311>. Acesso em: 12 out. 2019.

WEISS, M. C.; BERNARDES, R. C.; CONSONI, F. L. Cidades inteligentes: a aplicação das tecnologias de informação e comunicação para a gestão de centros urbanos. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 9, n. 18, 2013. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rt/article/view/2634>. Acesso em: 12 out. 2019.

_____. Cidades inteligentes como nova prática para o gerenciamento dos serviços e infraestruturas urbanas: a experiência da cidade de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, n. 3, p. 310-324, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S217533692015000300310&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 out. 2019.

WENDEL Henrique (org.); LOPES, Diva Maria F. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010.

ZAGANELLI, B. M.; et al. O grupo focal na Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 25, n. 3, p. 37-47, 28 dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/download/22121/14521/>. Acesso em 15 nov. 2019.